

DESTACÁVEL
MARIA DA GRAÇA SOUSA GUEDES
jogos tradicionais
portugueses

REVISTA | N.º 9
DE ANIMAÇÃO | Revista
SÓCIO-CULTURAL | Trimestral
Novembro/1978
30\$00

INTERVENÇÃO

**ANO
INTERNACIONAL
DA CRIANÇA**



Os Animadores-Delegados de Intervenção

Tentando cimentar a expansão da Intervenção, estamos a desenvolver esforços no sentido de cobrir o território nacional, de uma rede de delegados da Intervenção, que a nível regional e local tenham as seguintes funções:

- 1.º — Informar sobre tudo o que se passa de âmbito cultural nessa região ou local, enviando-nos artigos ou outros trabalhos e informações.*
- 2.º — Divulgar a revista, tentando mobilizar as pessoas para a sua compra e procurando junto dos livreiros, do local e região, se a revista aí chega e é vendida.*
- 3.º — Promover eventuais iniciativas, colóquios, convívios, etc., de apoio ao "Projecto Intervenção" na região ou local.*
- 4.º — Êmpenhar-se na campanha dos mil novos assinantes.*

Esperamos, por isso, no nosso endereço a tua oferta (individual ou colectiva) para esta tarefa.

Será desnecessário afirmar da importância desta tarefa para a sobrevivência e continuação do "Projecto Intervenção".

Cá a esperamos pois.

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: LUÍS MARTINS

Colaboram neste número:

Luís Martins

Rodolfo Proença de Jesus

Mário Ribeiro

Maria da Graça Sousa Guedes

Emília Barbosa

Francisco Albuquerque

Manuela Matos

Paulo Poiães

CAOB

Fotografia:

João Freitas

José Moreira

Arranjo gráfico:

Dorindo Carvalho

Secretariado:

Isabel Guerra

Gonzaga Natércia



Foto da capa de Oliveira Ramos

Desenho da capa tirado da montagem audiovisual da "Maria dos Olhos Grandes e do Zé Pimpo" do C.A.O.B.

oferta Sec

REVISTA

DE ANIMAÇÃO

SÓCIO-CULTURAL

INTERVENÇÃO

N.º 9

Novembro/1978

Redacção: Edifício do Amparo, 1

Largo do Martim Moniz

Telefone 86 40 56 — Apartado 21 064

Lisboa 2

Composição e impressão: Gráfica 2000, Lda.

Distribuição: DIJORNAL, distribuidora

de livros e periódicos, lda.

R. Joaquim António de Aguiar, 64-2.º — Lisboa 1

Preço deste número: 30\$00

Tiragem: 5000 exemplares

sumário

Ano Internacional da Criança - 1979	2
Meios audiovisuais	11
Poesia popular da Beira	15
Acção cultural e ideológica	16
A expressão do movimento	18
Análise monográfica duma comunidade (zona)	20
O Museu das Janelas Verdes, de dentro para fora	22
Destacável — Jogos tradicionais portugueses	23
UNESCO — Recomendação	43
A música e a criança	48
A educação, a escola e a vida - II	50
O bairro — Que intervenção? Que animação?	52
Associações para a defesa do património	
Que vocação?	54
Criatividade e escola	56
Textos exemplares	58
2.º Encontro de Associações e de Animadores Culturais	62
Informação	64

INTERVENÇÃO

Uma oportunidade excelente de repensar e experimentar novos caminhos para a animação socio-educativa e a formação de animadores.

Domingos Morais (a)
Delfim Brás
Lyda Janeiro Acabado
Fátima Quitério
Maria Helena Gomes (b)



«Na perspectiva libertadora dessa Psicopedagogia, não podemos esquecer o ponto de encontro de todas as expressões, para o que realçamos, (...), a importância primordial que atribuímos ao jogo. De tal modo que nos atrevemos a pôr a actividade lúdica como denominador comum das reeducações expressivas (...).

Seria, portanto, no manancial originário da expressão lúdica, que a Reeducação Expressiva beberia a sua permanente inspiração psicopedagógica».

Arquimedes S. Santos in «Algumas considerações acerca de uma Psicopedagogia e Expressão Artística e de Reeducação Expressiva».

- (a) Professor na Escola Superior de Educação pela Arte. Membro da Comissão Nacional do Ano Internacional da Criança
(b) Aluna finalista da Escola Superior de Educação pela Arte.

ano internacional da criança — 1979

I Experimentar novos caminhos

1979, será o Ano Internacional da Criança. A decisão da Assembleia das Nações Unidas não passará no entanto de um simples projecto de intenções, se em cada país a sua concretização não ultrapassar as comemorações de princípios com os quais todos estão mais ou menos de acordo.

A Comissão portuguesa já formada, aponta como objectivos e metodologia a seguir, caminhos certos. Integrando representantes de vários ministérios (MAS, MEC, MEP, M.I, MNE, SEC, SECS) e contando com a participação de dinamizadores na disposição de trabalhar a sério, a responsabilidade de levar a bom termo o projecto compete em 1.º lugar a cada um de nós, habitantes deste País, mas também aos responsáveis políticos que assumiram compromissos internacionais de que só sairão de cara lavada se for levada a cabo uma «política integrada de infância e juventude».

É animador ver dar um especial destaque à «participação das comunidades locais» e ao «escutar as crianças».

(...) Esta Comissão pensa que as actividades do A.I.C. são uma primeira oportunidade de estimular e apoiar esta educação básica, através de uma ampla movimentação descentralizada das comunidades locais — complementada pela acção dos grandes meios de comunicação social — destinada a debater os problemas que dizem respeito às crianças e a encontrar e propor as soluções que julguem oportunas. (...)

(...)«Promover um conjunto de actividades recreativas e de animação especialmente dirigidas às crianças, tendo particularmente em conta a participação activa destas e as necessidades de descentralizar, bem como a prioridade às zonas mais desfavorecidas «asente num» escutar as crianças, sabendo que a sua participação activa é uma das formas mais fecundas para a realização da justiça que lhes é devida... (...)

Como levar por diante a sua concretização tendo em conta a diversidade regional e a escassez de verbas, assim como das pessoas que localmente estarão com as crianças — como voluntárias ou profissionais — é o que nos propomos desenvolver.

Entendemos a animação sócioeducativa como um trabalho específico, fora do contexto escolar (institucional) com crianças e pré-adolescentes (dos 7 aos 13 anos) contribuindo para o seu desenvolvimento bio-psico-social através de actividades em que seja feito apelo à criatividade, afirmação pessoal e inserção na realidade próxima.

A preparação dos animadores a quem é confiada esta tarefa, tem de ser cuidada, evitando soluções facilitadoras e apressadas, criando uma responsabilização e dotando aqueles com os instrumentos necessários para que a sua acção seja adequada. É um trabalho em

que é feito apelo a criatividade dos próprios animadores, que através dele se transformam, acedendo a níveis superiores de participação social.

A sensibilização dos adultos, dos pais e técnicos de educação, assim como das autarquias locais é determinante na implantação dos centros de actividades. Conseguir os locais de funcionamento em associações culturais e edifícios públicos, a mobilização de meios de transporte e a cedência de materiais é um primeiro passo para uma pretendida planificação responsável que tenha em conta dotar cada comunidade com infra-estruturas sociais que não ignorem as necessidades das crianças e jovens.

O recurso a animadores voluntários que se assumem como responsáveis numa prática consequente pela qualidade de vida dos locais onde habitam, não dispensa a profissionalização de animadores que garantam uma continuidade evolutiva e respondam por uma prática psicopedagógica adequada e deontologicamente correcta. Não negando a participação daqueles, a sua função terá, nas circunstâncias actuais, de ser supletiva, dado estarem moralmente ocupadas por outras actividades profissionais durante as horas do dia mais adequadas ao funcionamento das actividades.

A título indicativo, referimos algumas das actividades a desenvolver:

1. — Actividades de Extensão Cultural — Centradas numa biblioteca instalada localmente, e aberta toda a semana. Pretende-se que promova p / ex., actividades de horto-jardinagem, experiências, estudos, histórias, textos e poemas, técnicas de impressão elementar (limógrafo, imprensa, jornal de parede, cartazes, etc.) que movem a formação de grupos de trabalho por livre escolha de crianças e jovens.

2. — Actividades Ludo-Expressivas — (Oficinas de criatividade). Frequência por pequenos grupos de actividades de expressão musical, cinética e dramática, expressão plástica, carpintaria, etc..

3. — Actividades Desportivas — Ar livre (campismo, passeios, jogos de pistas), jogos tradicionais, utilização de ginásios e aparelhos, acção sobre o meio ambiente, etc..

4. — Visitas, passeios, espectáculos — Programação mensal que inclua visitas a locais pedagógica e culturalmente interessantes e a utilização dos espaços comunitários (associações e salas de espectáculo) com actividades de interesse para crianças, o que não significa espectáculos para crianças que salvo raras excepções se caracterizam por um profundo desconhecimento das idades evolutivas.

Entendemos que o presente projecto é viável, desde que se tenham em conta as tradições e hábitos culturais das comunidades vizadas e se aproveitem as potencialidades e valores que quase sempre existem.

O lançamento de experiências piloto em locais que reúnam condições favoráveis, ou aproveitando centros de actividades para crianças e jovens já em funcionamento, permitirá a formação em situação de educadores e o despertar vocacional de jovens e adultos que queiram enveredar por uma formação em educadores de infância, técnicos de serviço social, educadores pela arte, animadores desportivos, animadores culturais entre outros.

II Formação de animadores — experiência num bairro periférico de Lisboa (1)

«Os métodos a empregar são os métodos activos, ou seja, aqueles que esforçam por acorrer para cada conhecimento ou disciplina às iniciativas das próprias crianças. Alternarão o trabalho individual com o trabalho de grupo, sendo um e outro susceptíveis de pôr em acção as diferentes aptidões da criança, quer fazendo-a enfrentar com os recursos que lhe são próprios as dificuldades do estudo, quer fazendo-a escolher um papel particular e uma responsabilidade pessoal na obra colectiva. Desta maneira revelar-se-ão as suas capacidades, intelectuais e sociais, e o lugar deixado à sua espontaneidade fará do ensino recebido um ensino adequado a elas.

in »Plano de Reforma Laugevin-Walln«

A — A PRÁTICA

B — ... AJUDA À REFLEXÃO E À PROCURA DE FUNDAMENTAÇÃO...

C — ... TRANSFORMA O EDUCADOR...

D — ... QUE PROJECTA UMA NOVA PRÁTICA

- (1) Esta II parte, refere o trabalho de 4 meses de um grupo de Estagiários da Escola Superior de Educação pela Arte, as dificuldades e alegria de implantar um centro de actividades expressivas. Os textos são excertos de relatórios que incluem reflexões pessoais dos estagiários e transcrições de autores que em diferentes campos do conhecimento têm contributos válidos. As conclusões, escolha dos títulos e selecção dos textos são responsabilidade colectiva do orientador / estagiários.

A — A PRÁTICA

Foi no dia 4 de Março que tivemos o nosso primeiro contacto com o Bairro. A nossa proposta de estágio foi bem recebida pelos membros da direcção do clube — «tudo o que seja para o bem das crianças nós apoiamos». Falaram-nos do bairro e do projecto de urbanização com grande entusiasmo. A prática do clube, essencialmente desportiva e recreativa, foi-nos dito visar acima de tudo a «educação da criança», educação desta entendida como o afastamento da sua vida da rua, das brigas e dos palavrões. A principal objecção que nos foi feita foi em relação ao número de crianças, que consideravam reduzido e susceptível de provocar conflitos, pela necessária selectividade. A necessidade de trabalharmos com um número máximo de crianças, assim como o carácter daquilo que nos propunhamos não foi entendido nem poderia sê-lo, como viemos a verificar. «É abrir aí a porta do salão e eles aparecem». Ficou finalmente combinado que seria o clube a dar a necessária divulgação e a fazer as inscrições segundo a ordem de chegada.

A partir daí, fomos várias vezes ao bairro nas duas semanas seguintes. Constatámos que a dinâmica do clube não era a mais propícia para este tipo de actividade. A pessoa que tinha a seu cargo as instalações, de dia, tornou a mostrar relutância quanto à realização de inscrições, e por outro lado, os contactos com a Direcção, através dela, eram deficientes.

A divulgação e as inscrições tiveram de ser feitas por nós. Colocámos primeiramente anúncios no clube e na escola mas não tivemos recepção. Finalmente tivemos de recorrer às professoras para organizarem inscrições directamente com os seus alunos.

Desde o início o trabalho com as crianças foi dificultado por factores de vária ordem:

— o espaço de que dispunhamos era o salão desportivo do clube, uma sala de chão de cimento, com um pequeno palco, sujo e sem condições de iluminação (não tem janelas, a luz natural é a que entra pela porta, e a luz eléctrica é deficiente:

— todos os dias havia dificuldade na obtenção da chave do salão e do quadro eléctrico;

— o mobiliário do salão é constituído por várias cadeiras metálicas. Não dispunhamos de mesa, mas em compensação havia algumas de matraquilhos;

— ao fundo do salão funciona um posto médico que não tem entrada própria e que nos obrigava a manter aberta a porta do salão, sendo as interferências constantes, tanto das pessoas que utilizavam o posto como de toda a espécie de curiosos — isso era necessariamente perturbante mas em certas ocasiões divertido: pudemos utilizar um cão como personagem principal numa dramatização e ter a participação assídua de uma criança de dois anos que se integrava perfeitamente.

No primeiro dia trabalhámos aproximadamente com 19 crianças na impossibilidade de exercer qualquer controle. Constatámos mais tarde que destas, só seis constavam na 1.^a lista das professoras. A partir daí a assiduidade foi sempre irregular. As crianças participavam segundo o seu interesse, não permanecendo algumas delas o tempo inteiro porque tinham ginástica ou treinos ou porque tinham de fazer um recado à mãe, ou tomar conta dos irmãos. De resposta rápida às propostas demonstram desde o primeiro dia um grande interesse pelos trabalhos de expressão plástica assim como por toda a realização concreta em que possam utilizar materiais e utensílios, em que produzam qualquer coisa e o façam em quantidade. O seu espírito de competição é extremamente desenvolvido e os jogos e actividades de grupo são difíceis de levar avante pelas rivalidades e tensões que se criam. Por outro lado, se bem que adiram activamente a propostas e jogos de sensibilização (descoberta de som, expressão corporal) estas actividades não conseguem interessá-los muito e com continuidade parecendo por vezes que a subtilidade de algumas das propostas transcendem a sua objectividade e o seu desejo de se voltarem para trabalhos concretos. Os passeios à mata para a realização de trabalhos solicita-os inteiramente. É ali acima de tudo o seu mundo. Conhecem a sua vegetação, animais, caminhos e clareiras, a pedra que assinala o bombeiro caído há anos num incêndio, a árvore-baloço, o mirante, cenário das suas brincadeiras. É caminhando pela mata que a sua espontaneidade e afectividade mais se faz sentir, expressa numa conversa, esclarecedora do sucesso histórico que custou a vida ao bombeiro (as versões são várias e defendidas com fervor), das flores que se podem comer e que sabem muito bem, do caminho mais curto para chegar ao mirante, das contínuas recomendações para não cairmos

naquela descida mais abrupta, no rumo de flores que vão fazendo com as mais bonitas para nos oferecerem, do segredo ao ouvido daquele ninho que conhecem e mais ninguém pode saber.

A espontaneidade e a violência caracterizam os seus modos de conduta para com os outros e as relações são complexas e passam por questões transmitidas dos pais. Isso revela-se nas discussões em que a agressão verbal passa sempre por referências desagradáveis ao azeite da casa de cada um, ou ao comportamento dos seus familiares.

A maioria das crianças tem laços de parentesco entre si — são todos irmãos, primos, vizinhos, e os mais velhos têm o direito de mandar nos mais novos e também nos primos, mas defenderão sempre os primeiros contra os segundos.

A maioria das crianças está muito atrasada em relação à classe escolar, falta muito à escola, e reprovam sucessivamente. Há sempre relutância da parte delas em falar sobre o que fazem na escola ou da classe que frequentam. Alguns não vão lá há vários meses — «a minha professora já disse que eu não passava, não vou lá fazer nada». Mas os que mal sabem escrever envergonham-se disso.

A nossa perspectiva inicial de um trabalho progressivo e evolutivo modificou-se face à realidade com que deparámos (variação do grupo de crianças devido a faltas, atrasos e entrada de novas crianças todos os dias). As nossas propostas tiveram de tornar-se cada vez mais concretas e de realização imediata. Começámos a sentir que um trabalho válido com um grupo de crianças não podia resumir-se meramente a estar com elas *n* vezes por semana. Que sem uma integração efectiva no meio social, que nos possibilite entender o participar na sua dinâmica, conhecer as pessoas e as suas relações, corremos o risco de não entender as próprias crianças. E esse trabalho não se faz em 4 meses (começámos agora apenas a ter contacto com algumas mães e entrar em suas casas, conversar sobre os seus problemas, conhecer os irmãos mais pequenos).

Na impossibilidade de constituir naquela sala um ambiente do trabalho adequado, sentido como próprio — todos os dias deparávamos com modificações, não era possível guardar ali os trabalhos das crianças sem correr o risco de que aparecessem estragados, o jornal que se afixou numa parede foi rapidamente arrancado... — Recorremos à escola para que nos fosse cedida uma sala, o que da parte desta foi imediatamente deferido mas foi muito mais dificultado ao nível dos mecanismos burocráticos da D.G.E. Básico.

Ao cabo de um mês e após múltiplas deslocações, pedidos verbais e escritos, cópias e mais cópias, foi-nos entregue por especial favor autorização para a utilização da sala — um pouco tarde, já no mês de Junho e quase no fim do estágio, mas permitindo entrever possibilidades de estabilização no comportamento e assiduidade das crianças.

As nossas principais dificuldades face às crianças residiram no fazer-lhes sentir a necessidade de levar um projecto até ao fim, com perfeição, ultrapassando o

aliciante competitivo. Isso aconteceu várias vezes, mas pontualmente — numa pintura, numa história, raramente numa realização conjunta — não se atingindo a integração do grupo.

Alguns aspectos que sentíamos necessidade de ter abordado em mais profundidade, não o foram, concretamente a prática do texto livre com o apoio de técnicas Freinet que nos parecem extremamente importantes para estas crianças (utilização da Imprensa escolar, limógrafo, jornais de parede, histórias, albuns, etc.).

AJUDA À REFLEXÃO E À PROCURA DE FUNDAMENTAÇÃO

«A acção educativa, levada aos seus limites normais, torna-se necessariamente acção social, mesmo acção política; ela é necessariamente acção revolucionária, porque viver é revolucionário» **Celestin Freinet** in «L'educateur Proletarien» 1933.

1. Estes princípios gerais de educação correspondem a várias perspectivas concretas de actuação que procurámos seguir neste estágio, ou seja, a criação de um clima de aceitação por parte do grupo através duma não imposição de propostas de actuação, mas sim um respeito pelo seu processo e ritmo de aprendizagem.

Que tipo de relação educativa pretendíamos conseguir?

Partindo da criança como centro de relação educativa, procurámos encontrar a nossa forma de estar perante o grupo numa perspectiva correspondente aos princípios não directivos preconizados por Rogers, os quais em nossa opinião implicam para o educador toda uma autenticidade e disponibilidade.

Pensamos que a possibilidade de um educador estar disponível perante a criança, terá necessariamente

mente de passar pela sua autenticidade, ou seja, por uma aceitação de si próprio e da criança enquanto ser autónomo, de modo que esta não se torne alvo de projecção das suas frustrações e outros sentimentos negativos na relação educativa.

Procurámos que as nossas propostas reflectissem um envolvimento de toda a nossa sinceridade, de toda a nossa humildade, de todo o nosso afecto.

Procurámos também que a nossa experiência pedagógica fosse ao encontro de algumas das ideias-chaves preconizadas por Rogers que passamos a enunciar:

«— Não se deve tentar manter uma atitude de fachada.

— Não deixar de ser o que somos.

— É na experiência que me aproximo da verdade.

— A vida flui, tudo se altera, nada é fixo.

— O ensino deve ser realizado em função da experiência do aluno, não em função do aluno, não em função de teorias e princípios estranhos a essa experiência.

— O aluno deve ser o centro do processo educativo.

— A não directividade implica uma atitude incondicionalmente positiva e construtiva.

— A não directividade não é sinónimo de deixar andar ou de indiferença ou até mesmo de desprezo.

— Dar ao aluno o comportamento em esforço volitivo que seja temporariamente imperfeito mas potencialmente fecundo (auto-determinação).

— A não directividade é essencialmente abstenção de julgamento avaliador, não ausência da função de julgamento.

— Possibilitar o máximo de satisfação das necessidades mais profundas da pessoa humana.

— Responsabilizar o indivíduo pela sua própria socialização, fazendo-lhe sentir a necessidade de associação e comunicação com o outro.



— *A relação pedagógica é qualquer coisa que se vive e não qualquer coisa que se observa*

Rogers

«Se os professores aceitarem os alunos como eles são, se lhes permitirem exprimir os seus sentimentos e atitudes livremente sem condená-los nem julgá-los, se planearem as actividades de ensino com eles e não para eles, se criarem uma atmosfera na aula relativamente livre de tensões emocionais, seguem-se consequências que são diferentes das que se verificam quando estas condições não existem...»

Eisner

«Um clima de aula permissivo e compreensivo proporciona uma situação livre de ameaça em que o aluno pode trabalhar sem estar na defensiva...»

Sheldin

«...a não directividade é uma orientação que permite um certo modo de relação, considerando que a atitude não directiva não é uma «receita» nem sequer uma técnica, mas uma maneira de ser pela qual o educador «testemunha que tem confiança nas capacidades de auto-direcção» da criança. Assim, identifica, de algum modo, atitude não directiva com atitude de compreensão.

Isto não exclui porém, a atitude do educador, antes a tem por uma das suas qualidades...»

L. Jeannequin, citado por Arquimedes S. Santos

No que se refere à aprendizagem das crianças os nossos objectivos também eram bastante claros de acordo com as perspectivas de Rogers, por considerarmos tal como este autor que:

«— Não podemos ensinar outra pessoa directamente; apenas podemos facilitar a sua aprendizagem.

— Uma pessoa aprende significativamente apenas aquelas coisas que aprende como ligadas à manutenção e desenvolvimento da estrutura do ego.

— Existe a tendência para resistir, através da rejeição e da simbolização distorcida, à experiência que, se assimilada, representa uma alteração na organização do ego.

A estrutura e a organização do ego tornam-se mais rígidas sob ameaça; alargam os limites quando estão completamente livres de ameaça. A experiência que é captada como inconsistente com o ego só pode ser assimilada se a organização actual do ego estiver distendida e alargada de modo a incluí-la.

— A situação educativa que promove mais eficazmente uma aprendizagem significativa é aquela em que a ameaça ao ego do aluno se reduz ao mínimo e se facilita a percepção diferenciada do campo da experiência.»

Todo o nosso trabalho incidiu portanto inicialmente, numa pesquisa individual e consoante o ritmo de cada criança. Levando-os deste modo a um conhecimento mais aprofundado do seu próprio corpo, da relação deste com o espaço que o envolve e ainda com os objectos que manuseia ou que a sua imaginação pode diversificar.

A seu tempo este processo foi sofrendo a sua evolução possibilitando que as rarefas e responsabilidades fossem executadas e discutidas em colectivo, o mesmo

acontecendo às novas propostas. Procurámos realmente que estas crianças passassem por uma experiência que lhes permitisse sentir uma nova forma de aprendizagem na qual nada lhes era imposto mas tudo aconteceu de acordo com a sua vontade, apesar de se respeitarem as regras estabelecidas pelo próprio grupo.

Acreditamos que se esta prática fosse um acontecimento quotidiano poderia possibilitar a estas crianças, tornarem-se mais capazes de:

— Começarem a ver-se a si mesmas de modo diferente.

— Aceitarem-se a si mesmas e aos seus sentimentos de uma maneira mais total.

— Tornarem-se mais confiantes em si mesmas o mais autónomos.

— Tornarem-se mais na pessoa que gostariam de ser.

— Tornarem-se mais flexíveis, menos rígidas nas suas percepções.

— Adoptarem objectivos mais realistas.

— Comportarem-se de uma forma mais amadurecida.

— Modificarem os seus comportamentos desadaptados, mesmo que se trate de um comportamento há muito estabelecido.

— Aceitarem mais abertamente os outros.

— Tornarem-se mais abertas à evidência, tanto no que se passa fora de si mesmas como no seu íntimo.

— Modificarem as suas características de personalidade de base, de uma maneira construtiva.

Rogers

2. Há determinadas concepções básicas a que evidentemente não podemos estar alheios quando nos propomos «fazer educação pela arte» com um grupo de crianças. Quando chegamos a determinadas opções práticas, quando apontamos para a globalização das várias expressões e acentuamos o carácter lúdico das nossas propostas, quando colocamos como objectivos a «espontaneidade de expressão» e o «desabrochar da criatividade», estes termos não são meros chavões, e são entendidos numa acepção que tem por base uma concepção educativa e artística bem particular.

Consideramos como Read que:

«A arte é fundamentalmente um fenómeno orgânico e mensurável. Como a respiração possui elementos rítmicos, como a fala, elementos expressivos; mas «como» não exprime neste caso uma analogia: a arte encontra-se incorporada no processo real da percepção, pensamento e acção corporal a aplicar à vida, como um mecanismo regulador que só podemos desconhecer à nossa custa. Sem este mecanismo a civilização perde o seu equilíbrio e cai no caos social e espiritual.

A educação pode definir-se por conseguinte, como o cultivo dos modos de expressão — consiste em ensinar crianças e adultos e fazer sons, imagens, movimentos, ferramentas e utensílios. Um homem que pode fazer bem estas coisas é um homem bem educado.

Todas as faculdades do pensamento, lógica, memória, sensibilidade e intelecto, intervêm em tais processos e neles não se exclui aspecto algum da educação. E são todos processos que implicam arte, pois arte não é outra coisa que o bem fazer sons, imagens, etc.. O objectivo da educação é por conseguinte a criação de artistas, de pessoas eficientes nos diversos modos de expressão»

Read

Mas importa salientar por outro lado que não são apenas os «fins» que justificam esta educação. A psicologia da Gestalt e as investigações de correntes sobre o papel das imagens mentais e em particular a «imagem eidética» (cf. Read), abrem novas perspectivas de entendimento dos processos mentais humanos. As operações lógicas inerentes à estrutura da linguagem e preservadas pela tradição escolar, quando treinadas exclusivamente como é feito no actual sistema educacional, poderão ser anti-naturais e resultar prejudiciais, destruindo, ao abafar outros processos mentais, a capacidade imaginativa, a capacidade de prazer sensorial.

«Ninguém sabe nada acerca da expressão. Mas o termo está na moda e qualifica tantas coisas diferentes que perdeu o seu sentido, ou então tornou-se um desses denominadores do comum utilizados nos discursos políticos — a liberdade, o interesse nacional, a cultura, a expressão.

A formulação da sensação, eis o que é a expressão. Contudo nenhuma palavra será suficiente para dar uma definição completa deste fenómeno tão abundante em aspectos e matizes.

Desde a pré-história da sua existência no passado longínquo da sua vida pré-natal, o homem escreve sensações numa memória que não controla. Além disso, como ser racional, tenta afastar da sua lógica tudo o que escapa à domesticação do seu intelecto; a sua vida torna-se uma estreita passagem delimitada por todos os lados, excluindo a imaginação, a experiência não racional. Este homem encontra-se num cerciamento que o mantém afastado de expressão que ao mesmo tempo ele ignora e rejeita (porque é uma carência na sua existência e um perigo para o sistema da sua vida).

No ponto em que nos encontramos hoje, no limiar da saturação em todos os domínios, há apenas duas vias: educar a consumir cada vez mais, ou educar a criar.

A saturação é a mesma quer se trate de automóveis, de pós para lavar ou de bens culturais. Consumir é aborver uma produção tornada demencial, é mudar sem cessar, aceitar a instabilidade como uma condição de vida — é adquirir para além das necessidades verdadeiras, sucumbir à solicitação permanente de uma oferta que cria um desejo jamais saciado e sempre renovado. A insatisfação permanente é o estado de espírito dos consumidores. No domínio dito cultural, há um condicionamento perfeitamente análogo; fazem-se consumir ruídos e imagens. A rádio quase matou toda a expressão musical. Os pedreiros que cantavam enquanto trabalhavam já não podem passar sem o seu transistor; consomem ruído, porque já não são capazes de preferir o silêncio ou o som da sua própria voz.

Arno Stern

Isto será parte do que queríamos dizer quando falámos em «valores culturais alienantes».

Expressão e jogo. Expressão através do jogo:

«Aprender a exprimir-se significa — como nas disciplinas que conduzem à respiração, à concentração, à descontração... — levar ao máximo rendimento determinadas funções naturais e atribuir deste modo a certos gestos um poder de que eles tinham perdido o hábito».

«O jogo infantil é expressão da relação da criança com a totalidade da vida, e não é possível teoria lúdica alguma, que não cubra também a totalidade da relação da criança com a sua vida. Considera-se que o jogo se

aplica a todas as actividades espontâneas e auto-generadas da criança; a todas as actividades que são fins em si próprias e que não se relacionam com as «lições» ou com as necessidades fisiológicas normais quotidianas da criança. Nós consideramos o jogo como uma forma de arte. Definimos já arte como o esforço da humanidade para atingir uma integração com as formas básicas do universo físico e com os ritmos orgânicos da vida. Todas as formas de jogo (actividade corporal, repetição de alguma experiência, fantasia, apreciação do ambiente, jogos colectivos), são outras tantas tentativas sinestésicas de integração e sob este ponto de vista estão a par das danças rituais dos povos primitivos e tal como devem considerar-se como formas rudimentares de poesia e drama, com as quais se associam naturalmente formas rudimentares das artes visuais e plásticas.»

ARNO STERN

Parece-nos necessário para que este processo em que a criança se empenha e que visa a sua integração, seja válido, que a perspectiva educativa abranja uma intervenção ao nível do meio em que a criança se envolve, ao nível dos adultos que o cercam. Parece-nos bem expresso aqui, aquilo que chamámos «interligação lúdico-arte-quotidiano».

3. (...) «Estas objecções são naturais e justificadas, quando se permanece no contexto da Escola tradicional, em que a criança trabalha o menos possível.

É necessário, justamente mudar na totalidade tanto as motivações como as próprias condições desse trabalho. A erva e as flores não cresceriam num terreno que uma falsa consciência tivesse tornado esteril. É-nos necessário encontrar o húmus a partir do qual a vida retomar o seu ciclo benéfico. Chegamos então a este resultado que é comum a todas as classes que trabalham com a imprensa.

O texto escrito tem agora um objectivo e uma função — comunicar com outros companheiros e adultos, próximos ou afastados — e a criança sente naturalmente a necessidade de escrever, de se exprimir tal como um bebé sente a necessidade de falar».

(...) «Se o desenho com todas as técnicas de expressão artística se basta a si próprio porque produz beleza e suscita a emoção, a escrita não tem o mesmo privilégio. Se é procurada e desenvolvida quando utilizada para um fim adequado e evidente, motivada por uma necessidade orgânica(...) a criança compreende o valor comunicativo da escrita. Mas é preciso ainda que esta comunicação com os camaradas ou com os professores, a palavra e a mimica bastam, sem que seja necessário qualquer aprendizagem técnica»(...) «A escrita só tem sentido se nos sentirmos obrigados a recorrer a ela, a fim de comunicarmos o nosso pensamento fora do alcance da voz, para além das provas da nossa escola».

(...) Pais e sociedade, os patronos naturais da escola pública, raciocinam infelizmente demasiadas vezes como o capitalismo interesseiro.

Para a maior parte dos pais, o que importa, com efeito, não é de forma alguma o enriquecimento profundo da personalidade dos seus filhos, mas a instrução suficiente para enfrentar os exames, ocupar lugares invejados, entrar nesta escola, ou agarrar-se aquela administração.

No outro polo, a sociedade não é nem mais compreensiva nem mais generosa. Ela é muitas vezes dominada pela preocupação política de se conservar, e não tem tempo de reflectir sobre o que será dentro de dez ou vinte anos. É o futuro imediato que a alimenta. E é para este futuro imediato que pede à escola que prepare a criança para fins imediatos que impõe e que podem não ser nem mais racionais nem mais humanos do que aqueles em nome dos quais o industrial empreende o fabrico em série e o lançamento de um objecto inútil para a sociedade ou talvez mesmo perigoso e prejudicial.

Face a estas duas concepções interesseiras devemos definir nós o verdadeiro objecto de educação: a criança deverá desenvolver ao máximo a sua personalidade no seio de uma comunidade racional que ela serve e que a serve.

A escola do futuro, girará à volta da criança membro da comunidade. É a partir das suas necessidades essenciais em função das necessidades da sociedade a que pertence, que se concluirá das técnicas manuais e intelectuais a utilizar de matéria a ensinar, do sistema de aquisição e das modalidades de educação.

C. Freinet «texto livre»

4. Independentemente da validade deste projecto atendendo ao tempo de duração do estágio, contactámos que o meio social em que a experiência se desenvolveu, tem pontos bastante positivos de apoio a este tipo de trabalho no que se refere à libertação quotidiana de cada criança, às suas relações entre si, suas brincadeiras comuns, aliás já pouco vulgares em cidades, mas ainda existentes neste tipo de bairros, mas por outro lado, bastante degradante noutros aspectos, já referenciados por nós. Daí nos parecer segundo as conclusões que enunciámos que outras experiências a verificarem-se neste local, deveriam passar também por uma perspectiva de intervenção comunitária que em nossa opinião deveria apontar para uma concepção em que:

- a acção seja centrada na comunidade;
- o homem seja encarado como um elemento integrado nessa mesma comunidade;
- a aprendizagem parte de uma auto-descoberta do eu-comunitário e se insira numa dinâmica e criatividade comum de modo a possibilitar uma sociedade sem classes em que a escola seja a própria comunidade, enfim a própria vida.

TRANSFORMA O EDUCADOR...

Para trabalhar com crianças num bairro como este, é necessário conhecer muito bem o seu meio, conhecer os adultos, e isto é um processo lento(...)

(...) Houve muita crise que se escapou, que não entendi naquelas crianças, e isso deu-me por vezes uma certa insegurança, para além do turbilhão que era estar com elas e me fazia desejar ter dez olhos, para conseguir ver tudo ao mesmo tempo. Mas o que foi mesmo importante para mim porque me senti feliz trabalhando com eles, minuto a minuto, que não houve um dia em que eu não sentisse vontade de lá ir(...)

(...) Gostaria de ter trabalhado mais para mim própria, reservado mais tempo para pensar, escrever, estudar um aspecto ou outro — há uma série de questões que se me levantam, por exemplo como orientar, como integrar uma actividade de expressão corporal naquele meio, com aqueles espaços e a experiência física daquelas crianças(...)

F.Q.

(...) É claro que se tudo isto veio a limitar-nos ou prejudicar-nos, no desenvolvimento sistematizado das actividades artísticas por nós programadas, a experiência vivida foi como que um catalizador para nos indicar dentro das circunstâncias presentes, os objectivos a atingir e os meios necessários para os alcançar(...)

(...) Senti:

L.A.

— que aprendi. O que me leva a pressupor que também ensinei.

— Uma afectividade por aquele grupo de crianças, que procurei transformar numa relação que lhes permitisse expremirem-se livremente.

— que me absorveram quase sempre durante o espaço de tempo que partilhámos.

— que conseguimos em comum estabelecer (criar) algumas regras de vivência em grupo.

D.B.

(...) No dia em que decidimos ir ao Mirante, para fazer trabalhos de pesquisa de sons e de cores, foi para eles uma alegria imensa pois era a sua vez de me mostrarem algo que eu desconhecia. Fomos pelos caminhos mais difíceis, desafiando-me a acompanhá-los, pois das vezes que foram lá com as professoras da escola, estas iam sempre pela estrada. Mostraram-me os abrunhos, as árvores onde costumavam ir aos ninhos, os sítios onde se escondiam do guarda florestal quando disso tinham necessidade, os sítios onde eles costumavam ficar à espreita das prostitutas que por ali andavam a fazer o seu «negócio»(...)

(...) Para mim é importante que a J. deixe de pensar que «isso de não bater nas crianças é só gente rica» (...)

H.C.



...QUE PROJECTA UMA NOVA PRÁTICA

— que tenta evitar que os técnicos se substituam à comunidade na tomada em mãos do seu devir comunitário;

— que relativiza; cada comunidade ou bairro é um caso específico e as respostas estandardizadas apenas criam dependências desmotivadoras;

— que alerta para a burocratização (programas, horários, inspectores, regulamentos, equipamentos desnecessários) e para a escolarização negativa (avaliação, prémios, concursos, emulações, competições dependência, desresponsabilização);

— que aponta para uma intervenção comunitária e de equipa multidisciplinar.

— que rejeita as «animações de tempos livres» enquanto formas superficiais de entreter pessoas (alienar)

e reafirma a necessidade (direito) de todas as crianças terem acesso a actividades que lhes permitam o livre desenvolvimento das suas capacidades expressivas, num ambiente de trabalho cooperativo, através de meios artísticos e ludo-expressivos, em ligação com o meio próximo, com a vida, «possibilitando uma actividade criadora, tanto de integração como contestação» (Carlos Caldeira).

Acreditamos que a formação permanente dos educadores e a transformação das situações educativas (a que infelizmente a escola está tantas vezes alheia), passa por uma ligação estreita com a vida, forma de fazer face ao que de obsoleto e escolástico existe nas nossas instituições «educativas» onde muitos de nós se vêem forçados ao exercício sádico-masoquista de perpetuação de formas e conteúdos da anti-vida, de modelos e normas sociais repressoras da criatividade e do livre desenvolvimento das pessoas e dos grupos.



ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA 1979

No dia 21 de Dezembro de 1976, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou uma resolução proclamando 1979 como o Ano Internacional da Criança.

O Ano Internacional da Criança tem, como objectivo, reafirmar que o bem-estar das crianças é responsabilidade de todos e está indissoluvelmente ligado à paz e à prosperidade do mundo de amanhã.

Por outro lado, o ano de 1979 assinala o 29.º Aniversário da Declaração dos Direitos da Criança, sendo portanto, uma ocasião especialmente propícia para intensificação dos esforços, no sentido de fazer respeitar esses direitos que são resumidos em poucas palavras, o direito a:

- afeição, amor e compreensão;
- alimentação adequada e cuidados médicos;
- instrução gratuita;
- oportunidade para brincar e jogar;
- um nome e uma nacionalidade;
- cuidados especiais se é diminuída;
- receber socorro em primeiro lugar, em ocasião de desastre;
- Aprender a ser membro útil da sociedade e a desenvolver as suas capacidades individuais;
- ser educada em espírito de paz e fraternidade universais;
- gozar destes direitos sem se olhar à sua cor, sexo, religião e origem nacional ou social.

Correspondendo ao desejo da Organização Mundial das Nações Unidas, de que cada país concentre os seus esforços na preparação e execução de programas a favor das suas crianças, o governo português comprometeu-se, no seu programa aprovado pela Assembleia da República, a apoiar a respectiva celebração, em Portugal.

Por despacho ministerial foi criada a Comissão Nacional para o Ano Internacional da Criança.

A Comissão elaborou o seu programa de acção para o Ano e, através do seu secretariado, encontra-se à disposição de todos os

grupos e entidades que desejem participar activamente naquilo que se pretende: um grande movimento em defesa dos direitos das crianças, de reflexão sobre as suas necessidades, e de contribuição para uma política integrada de infância e de juventude.

Desse programa salientamos o empenhamento, por diversos meios:

- na criação e desenvolvimento, na população portuguesa, da consciência da sua responsabilidade na saúde, educação e bem-estar da criança;
- no estímulo e apoio às iniciativas locais, regionais e nacionais que vizem os objectivos do A.I.C.;
- na participação activa das crianças na realização do Ano;
- na recolha de elementos que venham a contribuir para a formulação de uma política integrada da infância e da juventude.

A Comissão estabeleceu uma lista de temas pela qual se orientará nas actividades de que toma a responsabilidade directa mas está, evidentemente, aberta a todos os outros que lhe possam ainda ser sugeridos.

Será dada a maior divulgação possível a todas as iniciativas ligadas à realização do Ano Internacional da Criança, quer através dos órgãos de comunicação social, quer através de boletim que a Comissão Executiva do A.I.C. publicará mensalmente. Este boletim, amplamente difundido, servirá, ao mesmo tempo, de ligação entre todas as comissões e grupos constituídos, e de difusor de toda a informação que chegue à mesma Comissão.

Quer contribuir para que o Ano Internacional da Criança seja um grande movimento nacional ao serviço das crianças?

PEÇA INFORMAÇÕES • DÉ SUGESTÕES
TOME INICIATIVAS

Secretariado do A.I.C. (provisório) Av. Elias Garcia, 12-1.º - Lisboa 1
Telef. 77 83 10 - 77 84 51 - 77 03 00 - 77 06 94 - 77 03 76

ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

Programa da Comissão Nacional

1. Objectivos do A.I.C.

Em resolução aprovada em 21 de Dezembro de 1976, a Assembleia Geral das Nações Unidas, evocando algumas resoluções anteriores, em que se chama a atenção para a importância que têm os serviços de base destinados às crianças, na aceleração do progresso económico e social dos países, e ainda para o facto de continuar a ser muito grande, no mundo, o número de crianças sub-alimentadas, sem acesso a serviços de saúde adequados e à preparação escolar e profissional necessárias bem como a outros meios susceptíveis de garantir o seu desenvolvimento pleno, proclamou 1979 como o Ano Internacional da Criança, com os seguintes objectivos:

- 1.1. **Servir** de enquadramento à defesa activa dos direitos das crianças e aos esforços que visem tornar os responsáveis pelas decisões e o grande público mais conscientes das necessidades específicas das crianças.
- 1.2. **Estimular** o reconhecimento do facto de que os programas em favor das crianças deveriam fazer parte integrante dos planos de desenvolvimento económico e social, uma vez que o que se pretende é realizar, tanto a longo como a curto prazo, actividades continuadas a favor das crianças à escala nacional e internacional.

2. Objectivos e Acções da Comissão Nacional

Para além e antes dos objectivos assinalados pelas Nações Unidas para o Ano Internacional da Criança, a Comissão Nacional lembra que na Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada unanimemente por todos os Estados Membros da O.N.U. em 1959, se reconhece que as crianças têm, por parte da sociedade, direito a:

- afeição, amor e compreensão
- alimentação adequada e cuidados médicos
- instrução gratuita
- oportunidades para brincar e jogar
- um nome e uma nacionalidade
- cuidados especiais se é diminuída
- receber socorro em primeiro lugar, em ocasião de desastres
- aprender a ser membro útil da sociedade e a desenvolver as suas capacidades individuais
- ser educado em espírito de paz e fraternidade universais
- gozar destes direitos sem se olhar à sua cor, sexo, religião e origem nacional ou social.

O grande objectivo das Nações Unidas, ao declararem 1979 Ano Internacional da Criança, é chamar a atenção do Mundo para aqueles direitos, propondo a cada país que faça, pelas suas crianças, o máximo e o melhor, atendendo às características e possibilidades de cada um.

A Comissão tem em conta a situação extremamente carenciada das crianças portuguesas.

Lembra a propósito, que Portugal é a Nação da Europa com mais mortalidade infantil — 33,9 / 1000 em 1975 — indicador que é internacionalmente utilizado, como por exemplo, o P.N.B. e o rendimento per capita, para se classificar o nível de desenvolvimento económico de um país. Esta mortalidade infantil é tão assustadoramente elevada que se calcula que, em cada dia que passa, 10 crianças morrem desnecessariamente por falta de informação e de condições de higiene elementar.

Outros indicadores significativos, a título de exemplo, são ainda:

- saneamento básico — 71% de habitações não possuem água corrente;
- nutrição — 49% da população consome proteínas em dose inferior à reconhecida como necessária;
- educação pré-escolar — são abrangidas unicamente cerca de 10% das crianças e, em muitos casos, sem beneficiarem das condições mínimas necessárias;
- actividades de tempos livres — é de cerca de 2,8% de crianças entre os 6 e os 13 anos a participação nestas actividades.

De todas as acções que se podem realizar para melhorar este estado de coisas, uma das mais eficazes e económicas é sem dúvida a sensibilização e educação das populações. Esta acção que implica a participação activa das populações é, não só uma necessidade como uma profunda ambição do povo português.

Esta Comissão pensa que as actividades do A.I.C. são uma primeira grande oportunidade de estimular e apoiar esta educação básica através de uma ampla movimentação descentralizada das comunidades locais — complementada pela acção dos grandes meios de comunicação social — destinada a debater os problemas que dizem respeito às crianças e a encontrar, experimentar e propor as soluções que julguem oportunas.

É de acordo com esta perspectiva que a Comissão entende definir os seus objectivos e empreender determinadas acções.

2.1 Objectivos

- 2.1.1. Contribuir para a criação e desenvolvimento, na população portuguesa, da consciência da sua responsabilidade na saúde, educação e bem estar da criança.
- 2.1.2. Estimular e apoiar as iniciativas locais, regionais e nacionais para a discussão dos problemas que afectam ou podem vir a afectar o desenvolvimento e a saúde da criança na sociedade de hoje, bem como a realização de outras actividades integráveis nos objectivos do A.I.C.
- 2.1.3. Escutar as crianças, sabendo que a sua participação activa é uma das formas mais fecundas para a realização da justiça que lhes é devida.
- 2.1.4. Recolher dados que possam servir de base à formulação de uma política integrada da infância e juventude.
- 2.1.5. Suscitar a adopção de medidas tendentes a uma melhor resposta dos serviços.

2.2 Acções

- 2.2.1. Preparar e divulgar, periódica e continuamente através dos meios de comunicação social, diferentes formas de sensibilização e esclarecimento da população acerca dos principais problemas que afectam as crianças em Portugal. A título de orientação, ver os temas constantes em anexo.
- 2.2.2. Motivar reuniões locais e a formação de grupos de trabalho que forneçam dados sobre as reflexões e conclusões que serão enviados, directamente ou por coordenadores locais, à Comissão.
- 2.2.3. Promover o tratamento e estudo, por técnicos e pais, dos elementos enviados pelos grupos locais.
- 2.2.4. Publicar um Boletim periódico, através do qual se estabeleça a ligação entre o trabalho realizado pelas várias comissões e grupos constituídos, e forneça toda a informação necessária.
- 2.2.5. Promover um conjunto de actividades recreativas e de animação especialmente dirigidas às crianças, tendo particularmente em conta a participação activa destas e a necessidade de descentralização, bem como a prioridade às zonas mais desfavorecidas.
- 2.2.6. Atender particularmente à situação, necessidades e anseios dos filhos dos trabalhadores migrantes.

A Comissão, para a divulgação dos seus objectivos e apoio às suas acções, utilizará cartazes, brochuras, folhetos, filmes, exposições, etc.



INTERVENÇÃO

INSTRUMENTOS

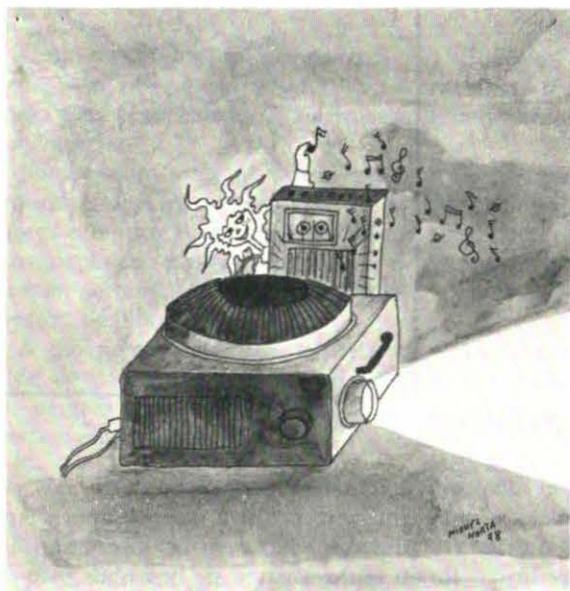
MEIOS

AUDIOVISUAIS

O DIAPORAMA AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO POPULAR

A experiência do CAOB

O DIAPORAMA



Consciente do impacto irrecusável do fenómeno audiovisual, o C.A.O.B. (Centro de Apoio às Organizações de Base), privilegiou-o, desde o início da sua actuação, em 1976. Integrou na sua metodologia o cartaz, a fotolinguagem, o gravador de som, a projecção de filmes, etc. Promoveu seminários de sensibilização ao emprego dos diferentes meios audiovisuais no trabalho com os organismos de base, tendo chegado a orientar alguns cursos com o objectivo de iniciar os participantes na montagem de uma banda sonora, na captação de imagens, na construção de um diaporama. Além disso, manteve sempre um sector de produção de material audiovisual, não só para apoio das próprias intervenções, como também para pôr ao serviço de outros animadores, grupos e associações.

Propomo-nos contar a nossa experiência neste domínio, começando pelo *diaporama*. Mais tarde, poderemos fazer incidir a nossa atenção sobre a fotolinguagem e o cartaz, abordando assim várias técnicas de comunicação.

Para apresentar o *diaporama*, seria possível fazer uma exposição marcadamente teórica, pondo em destaque alguns dos múltiplos aspectos susceptíveis de discussão. Preferimos, porém, remetermo-nos para a prática do *diaporama* como instrumento de trabalho numa perspectiva de animação.

Mais concretamente, vamos falar do *diaporama* contando como nasceu um dos que produzimos. Embora se trate de um *diaporama* circunscrito a um livro para ser lido por crianças (só?), a óptica ao apresentar-se este caso, visa a educação popular e, num plano mais geral, o trabalho com grupos e comunidades, promovido por associações culturais.

Encontrámos a seguinte definição de *diaporama*: apresentação de uma série de diapositivos, consagrados a um determinado tema, acompanhados dum comentário gravado, com o fundo sonoro de música ou de ruídos, ou mesmo dum simples fundo musical.

Nós diríamos, mais simplesmente, montagem de uma sequência de diapositivos em sincronização com uma banda sonora. Como se pode depreender, trata-se aqui de uma união estreita e dialéctica entre a imagem e o som.

Portanto, além da linguagem específica da imagem e do som, tomados isoladamente, a simbiose destes elementos no *diaporama* exige que formem um todo harmónico de forma que a mensagem que se pretende comunicar mantenha equilíbrio e coerência, a partir da sua estrutura.

Se tivermos em conta a diferença de captação da mensagem transmitida, ou só pelo som, ou só pela imagem, por um lado, e a mensagem percebida conjuntamente pelo ouvido e pela vista, por outro lado, poderemos avaliar a complexidade de que pode revestir-se o *diaporama* pensando nos destinatários distribuídos por jovens, adultos e crianças, mundo urbano e rural, gente lida no cinema, banda desenhada e televisão, ou acostumada à oralidade de tradições que se ouvem e se transmitem sem outros instrumentos de permeio.

Tudo isto impõe um equilíbrio difícil para que não se fique apenas com uma banda sonora ilustrada com diapositivos a servirem de simples decoração, ou, pelo contrário, com uma sequência de imagens amenizadas por um fundo musical incharacterístico, ou, ainda, com um conjunto inadequado relativamente aos destinatários.

Vamos, porém, ficar por aqui com estas considerações, para entrarmos propriamente na história do «Zé Pimpão».



DIAPORAMA DO ZÉ PIMPÃO

Nasua origem está o livro: «HISTÓRIAS DA MARIA DOS OLHOS GRANDES E DO ZÉ PIMPÃO», escrito em 1971, por Canuto Jorge Glória e editado pelo ITAU.

O projecto de transpor para diaporama aquele sugestivo livro nasceu numa sala de aula de português, na Escola Preparatória Marquesa d'Alorna, de Lisboa, no início de 1978.

Professora e alunos tiveram a ideia e seleccionaram as frases tiradas das «Histórias...». O Sector de produção de audiovisuais do C.A.O.B., contactado, ajudou a preparar o guião, coordenando toda a *montagem*. Miguel Horta agarrou no lápis, tintas e pincéis. Roberto fotografou os desenhos e pinturas, bonecos e paisagens, conseguindo assim os *diapositivos*. Fernando Matos escolheu os sons para a *banda sonora*. Para testar o trabalho, Isac e Miguel foram apresentar o resultado junto dos alunos do ensino primário das Galinheiras, às turmas da Escola Preparatória Marquesa d'Alorna, a professores, assistentes sociais, enfermeiros de saúde pública, bibliotecários, técnicos de literatura infantil e gente dos cineclubes.

Não foi fácil, mas foi instrutivo. Funcionava!

GUIÃO			
SLIDE N.º	IMAGEM	SOM	TEMPO
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			

O GUIÃO

O guião não é mais do que o esquema director do diaporama. Dele constam a ordenação numérica dos diapositivos, a identificação a imagem a captar com as indicações necessárias para a sua produção, na casa destinada ao som ficam o texto, apontamentos sobre ruídos, fundo musical e silêncios, junta-se finalmente um espaço para outras observações pertinentes, entre as quais a do tempo (em segundos) de projecção.

Haverá o cuidado de atender ao conjunto da narrativa da forma a conseguir-se unidade global, distribuindo os diferentes momentos de maior ou menor intensidade de acordo com a intenção pretendida e com a arte de contar e de transmitir.

O guião pressupõe a discussão dos objectivos em relação aos destinatários, a definição clara da mensagem, a opção apropriada dos meios.

A nossa experiência demonstra que muitos diaporamas falham por não se ter atendido suficientemente à importância do guião. Muitas vezes pretende-se improvisar num domínio que não se conhece e cai-se num beco sem saída.

Obviamente, o guião inicial receberá modificações ao longo de todo o processo de montagem.

Já nos tem acontecido, e achámos positivo, discutir o texto do guião com os próprios destinatários. Normalmente a equipa que prepara o diaporama ouve outras pessoas ao longo de todo o processo de produção.



DIAPPOSITIVOS

O diapositivo, também conhecido entre nós como «slide», é uma imagem positiva sobre suporte transparente para a projecção. No caso do «Zé Pimpão» os diapositivos foram feitos a partir de desenhos inspirados nas imagens do próprio livro.

Utilizou-se o sistema de manchas de tinta em folhas de cartolina, a servirem como que de cenário, e desenharam-se e pintaram-se os personagens, recortando-se depois, de forma a poderem ser fotografados nos diferentes cenários, personagens e flores naturais.

Como tínhamos a preocupação de conseguir uma boa qualidade para fotografar os desenhos servimo-nos de uma máquina fotográfica CANON F1, utilizando uma mesa de luz e uma lente de aproximação. A película usada foi AGFACHROME 50S, própria para diapositivos a cor. Para a duplicação dos diapositivos a princípio voltámos a fotografar de novo os desenhos, mais tarde utilizámos o equipamento próprio da CANON para duplicação a partir dos diapositivos originais, empregando com bons resultados a película AGFACHROME CU-COP.

Há películas próprias para se conseguir diapositivo a cor com luz do dia e em interiores, menos iluminados.

É possível obter diapositivos a preto e branco fotografando os negativos com filme a preto e branco de baixa sensibilidade, obtendo assim a imagem positiva.

Há quem faça diapositivos desenhando sobre papel de engenheiro, película inutilizada, plástico. A KODAK vendia caixas contendo cem dispositivos, especialmente concebidos para serem escritos ou pintados. Nestes casos a qualidade obtida depende de vários factores.

Um dos problemas que se nos têm posto diz respeito às dimensões do diapositivo e ao facto de ser projectado horizontal ou verticalmente. No diaporama de que vimos falando todos os diapositivos são de 35 mm e horizontais.

Apesar dos problemas que levanta a sua projecção, embora raramente, já utilizamos uma combinação intencional entre diapositivos horizontais e verticais.



Uma miscelânea de diapositivos de diferentes formatos, sem obediência a uma opção criteriosa, resulta penosa para o espectador, a quem se interpela como que chicoteando-o.

Juntar num mesmo diaporama, imagem real e abstracta, diapositivo desenhado ou pintado, colorido ou a preto e branco e de diferentes formatos, pode resultar numa manta de retalhos, sem sentido nem unidade. Só um domínio perfeito do diaporama poderá ultrapassar este e outros escolhos.

A um principiante aconselharíamos a maior simplicidade de processos, sem se aventurar em combinações que exigem uma experiência mais amadurecida da técnica audiovisual.

BANDA SONORA

O texto, como já explicámos, foi seleccionado a partir do livro. Para a locução, desta vez, não recorremos a um profissional. Foi a própria professora e dois jovens que contaram as «histórias...». Para fundo musical utilizaram-se vários discos procurando-se trechos que se adaptassem ao teor da história, contando-a sonoramente. Os ruídos de chuva e vento foram conseguidos artesanalmente. Não se utilizaram silêncios. Como é evidente o grande êxito dum banda sonora reside na chamada «mistura e montagem». Neste caso recorremos a um profissional. Tivemos o cuidado de não escolher trechos musicais muito conhecidos ou utilizados na publicidade. Sucedeu, no entanto, que alguns meses depois, tivemos a desagradável surpresa de ouvirmos na televisão anúncios com música utilizada no diaporama. Aconteceu!

Em outros diaporamas temos recorrido a excertos de entrevistas. Por motivos diversos, tem acontecido que das entrevistas pouco material tem sido aproveitável; na verdade, a qualidade da gravação deixava muito a desejar.

Nos diaporamas que conhecemos, a imagem, pela originalidade que normalmente reveste, tem mais força do que o som, em geral, menos trabalhado.

TEMPO

O tempo de projecção de cada diapositivo, no diaporama de que estamos a falar, anda à volta de 10 segundos e está em estreita conexão com o ritmo da banda sonora, facilitando assim o trabalho do projeccionista.

Poderá, no entanto, em outros diaporamas demorar-se mais tempo num diapositivo ou passarem-se mais de-

pressá vários, conseguindo-se uma espécie de flash. Dependerá do objectivo que se pretenda e deverá atender-se à capacidade de leitura dos destinatários. Em princípio não deve ultrapassar-se os 30 segundos de projecção. O Zé Pimpão tem uma duração inferior a 12 minutos e é constituído por apenas 36 diapositivos.

Embora não se possa falar de tempos ideais, pensamos que não se deve ir muito além dos 20 minutos nem projectar muito mais do que 70 diapositivos. É claro que poderá haver excepções.

Esta nossa convicção está relacionada com o emprego do diaporama como instrumento de animação e não como espectáculo em si mesmo.

SINCRONIZAÇÃO

É da natureza do diaporama a existência de um sincronismo entre uma determinada imagem e um determinado som.

A sincronização pode fazer-se manualmente seguindo as indicações do guião final.

É possível também usar-se um aparelho próprio que fica conotado ao projector e ao gravador, havendo o cuidado de anteriormente se gravarem os impulsos de comando.

Já temos assistido a projecções em que o «bip» dos impulsos contido na gravação é audível, permitindo assim que um projeccionista accione a tempo o projector. Não nos parece esta a melhor solução.

A PROJECCÃO

Muitas vezes sucede que um bom diaporama não resulta porque não houve o cuidado de preparar o local com antecedência ou porque não se respeitaram algumas regras fundamentais como o impedir que a projecção se efectue numa sala que dá passagem, a exigência de silêncio e de se obter uma perfeita escuridão da sala, a necessidade de se conseguir um ecran ou pano branco bem esticado, o dispor-se de um amplificador de som e de colunas, o experimentar-se com antecedência o gravador e o projector, verificando a boa ordenação dos diapositivos, etc.

Nunca é demais ter à mão extensões eléctricas, fichas triplas, um fusível, uma chave de fendas, fichas eléctricas de diferentes calibres.

A ANIMAÇÃO

Para nós uma parte fundamental do diaporama consiste na animação que ele pode possibilitar. Acreditamos mesmo que um animador poderá não só enriquecê-lo como tirar partido de um material que não seja excepcional.

Relativamente ao Zé Pimpão podemos contar como se têm passado as coisas:

Até agora, o diaporama tem sido utilizado como instrumento de animação, junto de crianças, entre os 6 e os 14 anos.

Após uma pequena introdução, explicando como nasceu, projecta-se, fazendo-se especial atenção à qualidade do som e à visibilidade da imagem, assim como à disposição dos participantes distribuídos pela sala.

Depois de projectado, normalmente, generaliza-se o diálogo, havendo o cuidado prévio de se disporem as

peças de forma a que seja facilitada a comunicação entre todos.

Por vezes, o debate abre com perguntas acerca da construção do próprio diaporama: o livro, o guião, os desenhos transformados em diapositivos, a linguagem do som contando as «Histórias...», as cores escolhidas para desenhar os «dois» mundos, enfim, a ligação da banda sonora com as imagens.

Não raro, fala-se da expressividade das cores, do significado da cabeleira revolta do Zé Pimpão, dos seus pés grandes e descalços, da musicalidade e qualidade literária do livro; das dimensões do «mundo» da Maria dos Olhos Grandes, dos bairros de barracas.

Frequentemente parte-se do diaporama para troca de pontos de vista sobre o seu aproveitamento nas aulas de português, educação visual e música.

Outras vezes, a projecção culmina um trabalho já iniciado e amadurecido dentro da classe.

Sempre, a imaginação criadora de pequenos e grandes, sugere novas pistas de descoberta e então um traço, a cor, uma lágrima, o roçar do vento, o impacto do som, abrem uma discussão que pode conduzir à análise da realidade social e da sua problemática vivida ao vivo com outras «Marias dos Olhos Grandes» e tantos outros Zé Pimpões.

O importante é deixar livre a palavra e ir colectivamente descobertas, as descobertas, o sonhado e o vivido. O grupo fará o seu próprio caminho. O necessário é evitar manipulações, dirigismos, impor soluções.

O animador que acredita no grupo, sabe que o milagre das coisas novas, nunca ouvidas ou ditas como quem as inventa e encontra para si e para os outros, acontece mesmo.

Então, o diaporama, que se viu, interessa pouco, porque já foi recriado!

Há quem peça para se projectar o diaporama uma segunda vez na mesma sessão.

É costume fazer-se circular o livro, sem que provoque distração, pedindo, por exemplo, para alguém ler toda a página final. Assim o diaporama não escurece o livro. O audiovisual não nega a escrita.

C.A.O.B. (Centro de Apoio às Organizações de Base) — Largo do Mitelo, n.º 1-1.º — Lisboa-1 — Tel. 570710.



of
3



pag 24

INTERVENÇÃO

POESIA POPULAR DA BEIRA

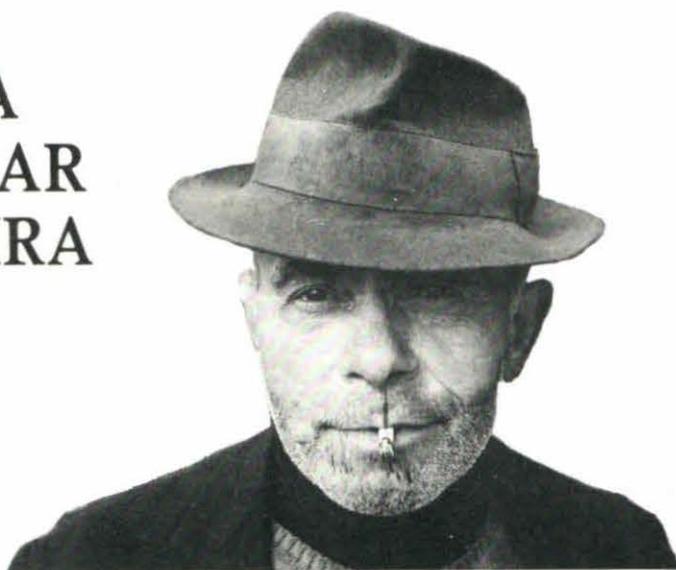


Foto de M. Vilas Boas

Para animadores socio-culturais de origem geográfica e de classes distintas das características do meio onde desenvolvem o seu trabalho, conhecer a vivência concreta do povo, exprimido em contos, cantigas, quadras, é tarefa prioritária.

Isso fez na Raiva, aldeia a 30Km de Coimbra, o Higinio David.

Foi há cerca de um ano que numa conversa gravada numa taberna - cantares e contos populares nos ficaram como amostra do sentir, dos temas e termos utilizados.

*Se não fosse o operário
Tu rico, nada terias!
Oh rico que tens dinheiro
Assim se passam os teus dias.
Tens deles todo o contrário,
Porque eu trabalho o dia inteiro.
Por breve minuto largo
Me trazes no cativoiro.
Mas a morte de ti se vinga
Oh rico que tens dinheiro*

| bis

*Abro as portas ao jardim
Minhas flores quero regar
Perpétuas são as soledades
Manjericos são para cheirar*

| bis

*E essa flor é que é o llrio.
Que encobre todos os dias
As flores ao meio-dia,
Abrem mais sem ter vontade.
É um luxo de mocidade.
Mas permite-me se tiver gosto
Ter sempre o jardim composto
Perpétuas são as soledades*

*Ó rico que tens dinheiro
És soberbo e avarento
Põe-me a riqueza de parte
Mostra-me o teu merecimento*

| bis

*Se na enxada pegasses
Não eras tão orgulhoso
Verias quanto era custoso
Se a terra cavasses.
Talvez então não falasses
Não fosses tão opulento
E nesse curto momento
Falas muito porque tens.
Despreza-me esses teus bens
Mostra-me o teu merecimento*

| bis

*De que valeu ao marquês
Ter palácios, ter dinheiro?
Vem a morte e leva tudo
Não poupou a vida ao marquês.*

*O que vale ter riquezas
Junto à alta fidalguia
Se a terra e a campa
Ocultam todas as grandezas*

*A morte rouba a nobreza
Foi protesto que ela fez
E roubou de uma só vez
Ao homem do estandarte,
Com quintas por toda a parte.
De que valeu ao marquês
Ter quintas por toda a parte?
O caminho é uma albarda
Que se põe a quem se quer bem;
Eu para não ser albardado
Não quero bem a ninguém.*

| bis

| bis

*Sem as minhas "capações"
Aí vai no tempo quente:
A ti te deixei quelhudo
Para não perder a semente.*

*Trabalhador porque cantas?
—Eu canto sem alegria.
Canto para espantar
As mágoas do dia a dia*

*Tu és rico e eu sou artista
Sem mim não podes passar.
Enquanto tiver vigor,
P'ra ti hei-de trabalhar.*

*—E depois é que começa a dizer: Fiz-te isto,
Fizeste-me aquilo...
—Então e não a sabe?
—lá saber sei... mas não a sei toda.
—Comece lá até onde souber.
—Não vai. Se a gente não estiver coisa...
Depois começa a estorcedar...*

Este texto insere-se, de algum modo, como charneira entre dois trabalhos publicados no último número de «Intervenção» — o de Manuela Silva e o de Luís Martins.

No primeiro deles, as noções de cultura e ideologia aparecem confundidas, ao ponto de não se ter julgado necessário enunciar as próprias palavras «ideologia» ou «ideológico», se bem que, por vezes, se esteja à falar de coisas que têm muito a ver com o que por isso, correntemente, se entende. O segundo, ocupa-se explicitamente da «ideologia fascista», mas associa sempre «cultura e ideologia», embora o seu ponto de partida seja o reconhecimento de que convém, na prática, fazer uma certa distinção.

É certo que, em trabalhos teóricos, esta identificação é corrente com o conceito alargado de cultura de raiz antropológica. cremos, no entanto, que quando se abordam questões próximas de uma prática de «acção cultural», é bom não ficarmos por aqui. Porque, se se entende que cultura e ideologia são rigorosamente o mesmo, por que não seriam sinónimos «acção cultural» e «acção ideológica»? Ora, muitos hesitarão em aceitar a identidade destas expressões. Mais facilmente a aceitaremos nós, e vamos ver porquê.

Do ponto de vista de uma *intervenção*, parece-nos útil postular que as «manifestações culturais» — no sentido lato: música, artes dramáticas, dança, poesia, escultura, etc., etc. *mas também* costumes, comportamentos, culinária, etc. — são expressão de um conjunto de noções básicas e de valores, de uma concepção do «modo de viver em sociedade» que podemos designar como uma «ideologia».

Sucedem que, em meios rurais pouco alfabetizados (mas também, com frequência, em meios rurais com nível educacional aceitável e mesmo, mais do que se pensa, nos meios urbanos e industriais) essa ideologia não é *conscientemente* formulada: ela só é detectável indirectamente, através das referidas manifestações culturais.

É aqui que surge a grande dificuldade da «acção cultural». Com efeito, o animador cultural, ele, é quase sempre portador de uma ideologia *consciente*, que é capaz de formular e lhe determina a acção, para além de dispor (ou julgar que dispõe), geralmente, da capacidade de identificar os suportes ideológicos do comportamento daqueles a quem essa acção se dirige. O encontro do animador com as populações situa-se ao nível das «manifestações culturais», mas a assimetria ao nível da «ideologia» — consciente e actuante, num caso; inconsciente, no outro — pode criar graves problemas de relacionamento e de diálogo. Nos referidos artigos, os seus autores mostram conhecer esta questão (mais explicitamente o segundo), mas a não distinção daqueles dois níveis e da decorrente assimetria torna difícil o seu aprofundamento.

acção cultural e ideológica

João Martins Pereira*

Tentando ir um pouco mais longe, na mesma direcção, vejamos um exemplo concreto.

O animador cultural, estando consciente (ou julgando estar) de um conjunto de conceitos e de ideias, no quadro das quais irá situar a sua acção, tende normalmente a privilegiar o «conteúdo» relativamente à «forma»: por um lado, dirige preferencialmente essa acção para actividades «com conteúdo» — muitas vezes confundido com «texto» — como sejam o teatro ou o canto coral, p. ex., com menosprezo daquelas em que, no seu entender, predomina a «forma»: a dança, a música, a escultura/cerâmica, a tecelagem, as mais diversas expressões do que é comum designar por artesanato; por outro, e naturalmente, no campo das primeiras, tende a ser muito mais exigente no «conteúdo» do discurso que na «forma», por que se organiza e se exprime. Em contrapartida, as populações a quem se destina a acção do animador, menos capazes de uma articulação imediata entre um discurso e a sua própria «concepção de vida», preocupam-se, geralmente, menos com o «conteúdo» e privilegiam as «formas» de expressão.

O que pode resultar daqui? Por exemplo: que, na melhor das intenções, um animador promova a representação de uma peça de teatro cujo conteúdo considera altamente progressista, mas cuja forma por que foi realizada, terá sido extremamente «reaccionária». Expliquemo-nos: uma população que tem muito radicados valores de «hierarquia social», de «autoridade», de respeito pelos que «sabem mais»; etc., e que não se preocupa em avaliar se um texto que lhe é proposto é ou não coerente com valores que não sabe formular, não verá inconveniente em representar/assistir a um espectáculo teatral de «conteúdo» eventualmente contraditório com esses valores, enquanto que os recém-actores acharão naturalíssimo que seja o animador-letrado a dizer o que cada um *tem de fazer* e *como o tem de fazer*, coisa a que sempre foram habituados. Em tal caso, a actuação do animador terá sido simplesmente nula, no sentido em que não contribuiu minimamente para qualquer «alteração do *statu quo*». Na realidade, o conteúdo eventualmente progressista não exerce nenhum efeito, dado que não é a esse nível, que nesse meio, o essencial das «mensagens» são recebidas. Em contrapartida, ao nível a que se situa a sensibilidade social, o do «modo» de fazer, em que se poderia tirar partido do sentido colectivo, que é frequente em tais grupos sociais, de forma a despertar uma libertação da criatividade — essa *sempre* progressista, qualquer que seja o «conteúdo» —, a esse nível manteve-se a distribuição tradicional dos papéis: a *autoridade* e os que obedecem sem discutir.

Outro aspecto relacionado com a questão da ideologia é o que se refere ao *tempo*.

Consciente das «ideias justas», o animador tenderá a ser voluntarista, a pretender ser rápido na sua acção. Mas confronta-se com um meio cuja

ideologia, latente, se foi elaborando/transformando ao longo de um tempo histórico indeterminado, meio que resiste (salvo em situações excepcionais) às mudanças bruscas. Isto, sem falar na confrontação das noções de tempo que derivam do próprio «processo de trabalho», isto, em particular, quando a «acção cultural» se desenvolve em meio rural: é o ritmo urbano/industrial que faz parte (talvez inconscientemente neste caso) da ideologia do animador-cidadino que se opõe ao ritmo do processo de trabalho do campo, o ritmo do «sol e das estações que impregna os comportamentos rurais». O animador só vencerá este obstáculo se for capaz de uma visão estratégica, a prazo, se a sua unidade de tempo se aproximar mais de «geração» do que do «mês».

É altura de voltar ao princípio. Dir-me-ão que, ao preocupar-me com a *eficácia* da «acção cultural» tendo em vista o objectivo — porque é esse o objectivo — de transformar a ideologia subjacente às «manifestações culturais», sou eu que estou a propor que a «acção cultural» seja de facto «acção ideológica», ou seja, em última análise, que sou eu que estou a identificar cultura e ideologia.

Ora, é justamente isso. Não há acção cultural que não seja ideológica, logo, política também. O que eu pretendia dizer no princípio deste artigo é que há que estar consciente disso e não ter receio das palavras. Falar da «acção cultural» evitando cuidadosamente falar de «ideologia», ou falar de «cultura e ideologia» mantendo incólume a expressão «acção cultural» — é isso que me parece ser uma certa fuga ao facto de que a cultura e ideologia estão, na realidade, intimamente associadas e que não tem sentido admitir a possibilidade de uma «acção cultural ideologicamente neutra». A distinção que fizemos entre o nível (cultural) das «manifestações» e o nível (ideológico) das ideias fundamentais foi apenas uma «simplificação didáctica», que serviu para pôr em evidência a assimetria de situações entre animador

e populações, e bem assim, as consequências daí decorrentes.

Dito isto, é possível que alguns observem que, mesmo assim, não fui suficientemente longe. Que falei de «ideologia», mas não de «ideologias», de classes. É óbvio que não se deverá interpretar o que ficou escrito como havendo a *ideologia* dos animadores face à *ideologia* das populações no seio das quais trabalham. Limitei-me ao «caso típico», por isso mesmo redutor, do animador «progressista» no seio de uma população impregnada de ideologia «conservadora». Mas não ignoro que, no limite, até se possa verificar a situação inversa. Sobretudo, não ignoro que a «efectivação» das ideologias é uma simplificação por vezes perigosa de uma questão muito mais complexa, que tem naturalmente que ver com as classes e com a relações classes/ideologias, bem mais intrincadas do que por vezes se supõe. Só que isto seria matéria para outro artigo.

Apenas uma última nota, a propósito das fases excepcionais da receptividade ideológica/cultural. Também isto daria pano para mangas, pelo que me limito a assinalar o facto de que determinados períodos históricos, a *prática* colectiva proporciona uma excepcional abertura à evolução acelerada de ideologias aparentemente «petrificadas». O facto, em si, parece-me incontroverso. Sucede, porém, que as *regras* do «confronto» a que acima nos referimos, essas permanecem as mesmas.

Em Portugal, muitos não o terão compreendido, e daí que, num período particularmente estimulante e com um imenso potencial de transformação social, esse confronto, inevitável, tenha, na realidade, sido «agressão».

* Autor de várias obras de que se destacam: «Pensar Portugal hoje», «Indústria, Ideologia e Quotidiano», «O Socialismo, a transição e o caso português»; foi director da *Gazeta da Semana*.



INTERVENÇÃO

É condição essencial de uma sociedade democrática, o direito e o dever dos seus elementos emitirem as suas opiniões e se exprimirem livremente. A possibilidade de expressão é condição de uma vida social democrática, e é igualmente condição de equilíbrio e de realização pessoal. A par doutros modos de expressão (plástica, musical, etc.) a expressão pelo movimento apresenta-se com características particulares e oportunidade invulgar de possibilitar um harmonioso equilíbrio dialéctico entre o homem e os outros homens, entre o homem e o meio que o envolve.

Breve caracterização das suas diferentes formas

A expressão pelo movimento reveste-se de muitas formas:

Dança clássica, dança moderna, dança contemporânea, dança jazz, dança criativa, expressão corporal, etc. Embora não se pretenda aqui discutir estas diferentes correntes, vamos contudo tentar delimitar as suas principais características.

A *dança clássica* nasceu na Itália e sua origem remonta às cerimoniais danças de passeio renascentistas; no início foi um mero ingrediente de dramas e comédias profundamente impregnadas ideologicamente. Traduzindo a cultura dominante, reflecte um conceito de vida e um modo determinado de entender o homem e o mundo.

Foi em França que a dança clássica adquiriu a sua autonomia; era uma combinação de pantomima, canto e música. Foi na «Académie Royale de Danse» instituída em 1661 por Luís XIV que foram criadas as regras da técnica da dança clássica, e a forma que em essência são as que persistem ainda hoje.

No fim do século XVIII, Noverre deu à dança clássica um conteúdo dramático que até então era composta por uma série de números virtuosistas, sem coerência.

Foi na Itália que apareceu inicialmente o uso das sapatinhas de «pontas» tendo em vista produzir a sensação de movimentos incorpóreos. Para reforçar ainda esta sensação de leveza, passou-se também a usar vaporosas saias de tule denominadas «tutus».

A *dança moderna* é, ou pretende ser, uma forma de pensar o social. Um tema, uma crítica de carácter social, a «irreverência» às técnicas tradicionais de dança, mostra que esta não se confina em si própria, nem nas suas características estéticas. O bailarino aqui não nega o homem e a sua realidade social, antes o afirma, usando a dança como meio de actuação sobre essa mesma realidade, de acordo com a visão que dela tem.

Não é possível falar de dança moderna sem citar Isadora Duncan como principal pioneira deste tipo de dança. No início do século XX, Isadora Duncan teve um papel primordial revolucionando a dança e libertando-a de regras rígidas e de vestes complicadas. Desde então passou-se a dar menor importância ao virtuosismo e mais à expressividade dramática em íntima relação com o enquadramento e a música.

Citaremos apenas, aqui, dois grandes nomes da dança

a expressão pelo movimento

Jocelyne Delimbeuf*

moderna: Mary Wigman (Alemanha) e Martha Graham (E.U.A.).

A *expressão corporal* é, no fundo, tudo o que exteriorizamos através do gesto (conscientemente ou inconscientemente). É no fundo toda a relação que cada ser estabelece com o mundo, de acordo com a sua educação, experiência e cultura. A expressão corporal, ao valorizar a actividade motora e a relação face a outras formas de expressão intelectualizadas e dominantes, afirma-se quase como uma anti-cultura, numa sociedade em que a «competição», o «resultado» é «medida» de todas as causas, a expressão não se mede em «records», não tem resultado final, é vivida na altura, não se repete e não tem por objectivo mostrar algo a possíveis espectadores.

Só pretende valorizar as capacidades do indivíduo, o prazer de se movimentar e de se relacionar consigo próprio e com os outros, e a beleza que o homem tem quando se exprime através do gesto, com o que é o real do seu ser; é, digamos assim, uma forma de cultura do homem por si próprio, para utilizarmos uma expressão de Marx.

Ao favorecer o desenvolvimento da criatividade, esta forma de cultura que é a expressão corporal, apresenta-se como condição essencial de modificação e de alteração dos padrões de comportamento, de atitudes pressupostas numa sociedade em mudança, numa Revolução Cultural indispensável à cimentação de uma nova sociedade, que não o seja só nos seus aspectos exteriores, mas também no seu âmago, no íntimo e na maneira de estar dos homens que a compõem.

A expressão corporal, que se traduz no imediato, pela desinibição e pelo consequente aumento da capacidade de comunicação entre os participantes, pode ser útil e importante quando aplicada em grupos de teatro ou em equipas de desporto colectivo, já que ela propicia uma determinada dinâmica de grupo, uma coesão entre os seus elementos que leva as pessoas a empenharem-se num objectivo comum.

Na expressão corporal, a pessoa é posta em confronto consigo própria, com o outro e com os outros onde vão surgir os problemas de socialização.

Através desta, a pessoa pode tomar consciência das suas atitudes, dos seus problemas, condição fundamental para tentar ultrapassá-los e caminhar para uma situação de equilíbrio pessoal e qualitativamente superior.

Daí, que a expressão corporal pressuponha o diálogo entre os participantes e o orientador e não haja «receitas» logicamente para «fazer» expressão corporal.

Contudo, podemos dar aqui alguns tópicos inerentes à elaboração de uma sessão: os estímulos, vulgarmente utilizados, são o sonoro e a situação lúdica (de jogo) visando desenvolver a criatividade que a vida e a sociedade nos vai retirando e impossibilitando de desenvolver.

Várias etapas são utilizadas, nem sempre com a sequência que a seguir definimos:

1 — *Relação com o próprio*

O conhecimento do seu próprio corpo — como utilizá-lo, que movimentos fazer com a minha cabeça, com o ombro, com a anca, com o pé, etc.

Geralmente, esta etapa desenrola-se no solo, pela sensação de segurança que este produz e pelo facto de permitir um maior encontro consigo próprio, (não observo o outro nem sou observado).

2 — *Relação com o espaço, o tempo e a energia*

No primeiro destes aspectos, é exemplo a exploração do espaço que ocupamos, do espaço no qual nos podemos movimentar.

No segundo, as estruturas rítmicas e a sua relação com o movimento. No terceiro aspecto, situações de agressividade ou de ternura e do nosso empenhamento nessa demonstração, na qual é utilizada mais ou menos energia.

3 — *A relação com o outro* — Situações lúdicas com dois elementos

Adaptação ao outro e desenvolvimento do sentido crítico no que respeita a si próprio e ao outro.

4 — *A relação com o grupo*

Situações de comunicação que propõem uma vivência a nível social.

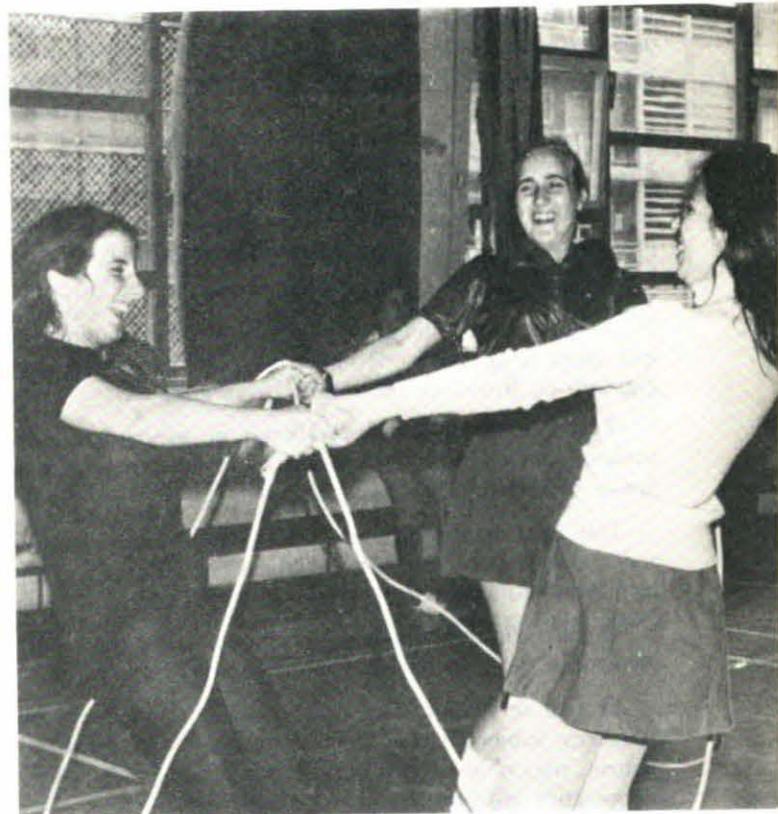
É de valorizar os pontos 3 e 4, quando se efectua um trabalho com pessoas tímidas, bloqueadas, inibidas.

Para pessoas demasiado extrovertidas, normalmente superficiais, que necessitam de reflexão interior, é de privilegiar os pontos 1 e 2.

A dança jazz é uma pressão estilizada, ligada à música jazz e ao folclore. São formas de expressão de uma cultura popular e como tal encontram-se ligadas mais às pessoas e exercem sobre elas grande motivação, são como que um ritual que liga o homem à sua terra, às suas tradições; têm estruturas rítmicas simples, permitindo a toda a gente usufruir do prazer e alegria do movimento com um mínimo de técnica. É algo que tem a ver connosco, no fundo, com todos os explorados e estrangeiros na sua terra, com os marginalizados, com todos os que aspiram e lutam por uma vida melhor e diferente.

A dança criativa é a que mais possibilidades educativas apresenta. É um trabalho global, que responde às necessidades de movimento da criança e do jovem e pretende desenvolver a sua criatividade, transmitindo equilíbrio, postura, coordenação motora, relação com o espaço, o tempo, a energia, e relação com o outro e com o grupo — através de temas propostos, desenvolvidos pelos participantes com liberdade de criar e dar largas à imaginação, o que implica, obviamente, a possibilidade das situações tomarem, muitas vezes, rumos não previstos pelo orientador.

R. Laban é o «pai» da dança educativa, teorizou o movimento e defendeu a generalização desta actividade nas escolas, em pé de igualdade com as outras disciplinas, pela importância que a expressão pelo movimento tem na formação integral do indivíduo, factor indispensável ao desenvolvimento duma personalidade harmoniosa, não visando o ter (possuir muitos conhecimentos armazenados) mas o ser aberto, activo e participativo.



INTERVENÇÃO

Este trabalho que a seguir apresentamos, foi efectuado para a UPAJE e teve em conta isso mesmo. A UPAJE, que é constituída por várias equipas de animação (interdisciplinares) ou específicas (grupo de teatro, grupo de fantoches, equipa de audiovisuais, etc.) tem por isso uma estrutura que tivemos em conta ao fazer este trabalho.

Contudo aqui fica como sugestão para os animadores que pretendem conhecer bem a zona onde trabalham ou onde vão iniciar trabalho cultural.

Para melhor podermos actuar junto de uma população, para mais eficientemente a podermos servir no sentido do seu desenvolvimento cultural e social, devemos saber quais são as suas necessidades e aspirações mais prementes.

Daí que a metodologia de análise de uma comunidade que agora se apresenta não pretenda partilhar esse conhecimento ou limitá-lo, mas antes *sistematizá-lo*.

Isto quer dizer que deverá estar no espírito do animador, uma estratégia de investigação de acordo com o nosso objectivo.

Daí que esta análise não possa pelo facto de não poder contemplar (ou prever) todas as situações fazer desinteressar o animador por aspectos aqui não previstos.

O contrário também deve ser evitado, isto é ter a ideia que «tudo» deve ser obrigatoriamente preenchido.

Se não se souber, não se deve «mandar palpites» ou pareceres subjectivos é melhor termos dados «incompletos», mas objectivos e verdadeiros do que tudo «completo» com palpites e «parece-nos».

Note-se para reforçar isto, que uma análise nunca está completa, tem de estar-se sempre a completá-la e a enriquecê-la.

Outro conselho: este impresso deve ser feito em conjunto pela equipa e aproveitado para uma reflexão conjunta. Seria ideal que esta análise e reflexão fosse entendida a elementos da comunidade analisada.

É preciso aprender que preencher este inquérito, não é perder tempo ou fazer uma burocracia, isto é *um estudo, uma reflexão tão importante como qualquer outra acção*.

Para finalizar: que este projecto de «análise duma comunidade» possa ajudar cada equipa em particular e a UPAJE, a ter uma percepção dos problemas e situação cultural, social e económica das populações a que se dirige, condição básica para um trabalho correcto e profícuo.

ANÁLISE MONOGRÁFICA DUMA COMUNIDADE (ZONA)

LUÍS MARTINS/UPAJE

(União para a Acção Cultural e Juvenil Educativa)

GRUPO I

Capítulo 1.

— Análise geral da zona abrangida

1.1 — PRÉVIA

1.2 — RECONHECIMENTO

Neste capítulo deve ser delimitada e descrita a zona geograficamente.

1.1 — Antes de lá iniciarmos o trabalho (caso esta análise esteja a ser iniciada para uma comunidade aonde ainda não desenvolvemos trabalho mas que se espera fazê-lo em breve) poderemos consultar mapas da zona e ter um primeiro conhecimento da zona — se é rural ou industrial, regime de propriedade, pequenos ou grandes proprietários, grau de analfabetismo, etc. — que poderão ser retirados de um estudo geral sobre o país.

Isto tem a vantagem que a equipa não vá às cegas desenvolver uma acção em qualquer local.

1.2 — Reconhecimento no local: consiste em analisarmos rapidamente as características socioeconómicas de um modo geral. Esta primeira olhadela é portanto uma visão que terá de ser necessariamente superficial. A sua importância consiste na familiarização com a zona, o tipo de pessoas e o habitat (casas, ambiente físico, estruturas materiais, objectos, etc.). A finalidade deste reconhecimento é o de ter uma visão de conjunto e permitir a percepção dos fenómenos principais a analisar, que depois serão aprofundados em análise posterior. Este capítulo tem aliás a função de uma primeira análise que será aprofundada com o tempo. (Cap. 2).

Capítulo 2.

— Inventário dos objectivos da monografia

2.1 — LOCALIZAÇÃO

2.2 — ACTIVIDADES SÓCIAIS

2.3 — ACTIVIDADES ECONÓMICAS

2.4 — ACTIVIDADES CULTURAIS

2.5 — ANÁLISE ESPECÍFICA E CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DA COMUNIDADE E OUTROS DADOS, QUE DETECTAMOS E NÃO FORAM CONTEMPLADOS EM CIMA

Neste Capítulo passa-se a uma análise mais sistemática e objectiva.

2.1 — Localização

- Localização geográfica (mapa da zona se possível, delimitação geográfica precisa).
- Análise física (relevos, rios, lagos, vegetação, meio ambiente, poluição, etc.).
- Meios de transporte (muitos, poucos, quais?). Vias de comunicação (muitas, acessíveis?).

2.2 — Actividades Sociais

- Formação da comunidade (porquê desta razão histórica):

— factores que levaram à implantação naquele local da população;
— historial dos principais acontecimentos e também nos últimos anos.

- Demografia: quantitativo populacional, distribuição etária, mortalidade (infantil), correntes migratórias, etc.

(Esta análise pode ser coadjuvada com as estatísticas).

- Distribuição sócio-profissional: analisar as principais forças sociais de classe. Por outro lado interessa ver a distribuição profissional por sectores profissionais e ainda em relação aos grupos políticos ou de opinião. A investigação deste sector é importante, pois aqui poderemos iniciar a análise de conflitos sociais na comunidade e a procura de líderes de opinião, associativos, confessionais, etc.

2.3 — Actividades Económicas

- Estrutura de propriedade;
- levantamento cadastral da zona;
- o n.º de proprietários rurais, comerciais e industriais (n.º, predominância);
- assalariado e o tipo de actividade;
- a saúde: interessa observar hábitos de alimentação e higiene; as doenças e epidemias e o apetrechamento sanitário (médico, posto de enfermagem, hospital, serviços de saneamento básico, limpeza do lixo, etc.).
O contacto com um médico da zona pode permitir-nos uma achega aos dados principais a este respeito;
- habitação: o tipo de habitação mais vulgares, as condições de higiene, a comodidade, etc.
- o regime de trabalho: horário, trabalho feminino, trabalho de menores, etc.;
- tipo de produção agrícola e (ou) industrial.

2.4 — Actividades Culturais

- A educação, o analfabetismo, o n.º de escolas, população escolarizável e escolarizada, n.º de professores, etc.
Uma conversa com o professor primário

pode ajudar, evitar contudo na nossa atitude aquele aspecto de detective irritante que põe as pessoas na defesa. Tudo deve ser feito naturalmente, investindo sempre na relação pessoal sincera.

- A cultura: n.º de bibliotecas, e centros culturais, clubes recreativos e desportivos; a qualidade e a quantidade de actividades recreativas são dados que um responsável por um grupo cultural pode ajudar a obter.
- Feiras e mercados.
- Organizações e equipamentos colectivos, cooperativas, creches, organizações sindicais e patronais, etc.

2.5 — Análise específica e características próprias da comunidade e outros dados, que detectamos e não foram contemplados acima.

Esta questão será tanto mais importante quanto maior for a nossa implantação no local, que pode ir até ao inquérito individual (sempre a evitar) a menos que haja já uma boa implantação e conhecimento do local. Aqui também se deve tentar definir as grandes necessidades e aspirações sentidas pela comunidade em questão.

Note-se que estas necessidades nem sempre são lineares, pode-se pensar por exemplo que numa aldeia onde não há estrada ou onde não há lavadouros públicos possa ser essa uma das necessidades fundamentais, mas, no contacto com as pessoas concluímos que mais que tudo elas gostariam de ter por exemplo um rancho folclórico.

GRUPO II

— Acção desenvolvida pela UPAGE

- Descriminação.
Meios utilizados (humanos e materiais).
- Meios utilizados (humanos e materiais).
- Contactos humanos e materiais no local.
- Resultados (ver fichas anexas).
- Apreciação global da acção efectuada.

GRUPO III

— Acção a desenvolver

- Projectos e planos.
- Meios a dispor.
- Outros.

— Bibliografia: A. Jacinto Rodrigues

— Frente Cultural: *Afrontamento*

Se se quiser passar a uma análise mais profunda e investigação sobre o meio social, nomeadamente através de inquéritos:

- Investigação em Ciências Sociais, J. Pereira, Almeida — *Presença*.
- Metodologia do inquérito sociológico, Marinus Pires Lima — *Análise Social* (cadernos).

INTERVENÇÃO

O Museu
das Janelas Verdes,
de dentro
para fora

MADALENA CABRAL

Cada um de nós tem a sua ideia de «MUSEU»: grande edifício bem recheado de objectos valiosos; casa fechada e austera reservada aos sábios ou amadores da sacrossanta Cultura; lugar/exposição de objectos veneráveis dos tempos passados, eu sei lá! Poucas vezes (talvez) nos lembramos de que um jardim zoológico ou botânico é também um museu, e nunca nos lembramos de um museu de arte moderna — porque estes, praticamente, não existem no país...

Será que um museu tem que ver com a minha vida, com as minhas curiosidades?

- Museu de História,
- Museu de Arte,
- Museu de Ciência ou de Técnica?

Qualquer que seja o campo dos meus interesses, aquilo que se guarda nos museus tem relação com a minha vida, com a vida de outros homens, antes de mim.

Da mais antiga arqueologia até à mais moderna ciência, passando pelas artes (expressão do homem em cada tempo) ou pela botânica — o museu revela quer a luta do homem pela sobrevivência ou a utilização dos elementos da natureza para o seu melhor estar no mundo, quer a sua transformação adaptada pelos conhecimentos técnicos de cada época, pela civilização, conceitos de vida, intenções.

— Vivemos rodeados de museus, sem deles nos servirmos.

No meu caso, vivo *dentro* do Museu das Janelas Verdes há largos anos, sei que tem um recheio fundamental para o conhecimento de uma certa cultura nossa (do séc. XII ao séc. XVIII) e que o seu pessoal — do director aos guardas — está interessado em que ele seja um centro útil e activo para serviço de todo o público.

Sendo o número de pessoal reduzido para a tremenda tarefa que lhe cabe, que se passa então neste Museu?

Para além da tarefa imprescindível de conservar e estudar as suas colecções de forma a melhor poder apre-

sentá-las ao público com a conveniente informação, o museu entende pô-las mais próximas do público — dar lugar a uma relação entre elas e o público — através de acções diversas, através de situações criadas com o fim de desbloquear a nossa passividade de cidadãos distraídos ou rotineiros.

Assim, e para além de muita outra forma de informação e contactos à escala internacional e nacional, o Museu tem desenvolvido ao longo dos anos um serviço de Educação especialmente destinado a estabelecer uma ponte entre a sua exposição — de que faz parte o seu palácio do séc. XVII e uma capela barroca — e o público jovem, o público escolar, os professores, os grupos variados que o procuram.

O Serviço de Educação aposta — e quase sempre ganha — na capacidade pessoal de descoberta de cada indivíduo, estimulando ou motivando curiosidades e interesses, dando ocasião ao gosto pela pesquisa e encontro próprios, à relação de dados já adquiridos; evita, pois, a lição/visita/palestra pré-fabricada e os seus monitores querem ser o acompanhante oportuno de cada visitante (e do grupo): motivadores e não mestres, elementos catalizadores de um acto a iniciar no museu mas que só estará certo se continuar na vida de cada um, na observação da vida de cada dia — uma vez que o museu é, de certa forma, um lugar artificial de encontro com objectos criados para uma vida *real*.

É salutar, como despertador da nossa imaginação, lembrar a modernidade de cada obra exposta no Museu de Arte Antiga, quando da sua encomenda: por quem, para o quê, como?

Talvez semelhante busca e encontro acabe de vez com o slogan «Museu/Túmulo».

Museu Nacional de Arte Antiga, 6 de Junho de 1978.



REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

DESTACÁVEL

INTERVENÇÃO

jogos
tradicionais
portugueses

MARIA DA GRAÇA SOUSA GUEDES *



«Os jogos para crianças» Bruegel 1560 — Viena, Kunstaistorischen Museum
Os jogos tradicionais magistralmente representados aqui por Bruegel, representam um património cultural
extraordinariamente rico. Porque hoje são ignorados ou desprezados?

* assistente do ISEFP

Se observarmos as crianças que BRINCAM, num pátio de recreio de uma escola infantil ou primária, num jardim público ou num canto do logradouro do bairro onde habitam, verificamos que vivem com ALEGRIA e praticam uma forma de ACTIVIDADE GLOBAL, LÚDICA, dispensando os adultos. Dançam, jogam à bola, à macaca, ao pião, saltam à corda, recitando lengalengas, acompanhando-os com canto, com gestos, como se fôra um cerimonial que celebram com a maior seriedade. As palavras, os gestos, as melodias, são nossas conhecidas. Eles foram transmitidos de geração em geração.

Se nos deslocarmos, ao fim da tarde, pelas nossas aldeias, aos domingos, aos dias feriados, ainda podemos encontrar, nos adros das igrejas, junto a pontos de encontro habitual, grupos de HOMENS que jogam à malha, à ferradura, à péla, à laranjinha, ocupando deste modo, SAUDAVELMENTE, os seus TEMPOS LIVRES.

Todos estes jogos, praticados pelas crianças ou pelos adultos, são muito antigos e foram criados, sem dúvida, pelos seus praticantes, a partir da recolha do reportório dos mais velhos, e, frequentemente, adaptados às situações de momento. Durante o próprio movimento, eles podem ser adaptados a um condicionalismo da região, ou à maneira de ser dos seus habitantes; isso explica as versões diferentes de um mesmo jogo de uma região ou de um país para outro.

Ao observar uma criança que pratica qualquer um destes jogos, e ao verificar o PRAZER com que ela os executa, pensamos que dão resposta a uma NECESIDADE de ACTIVIDADE, que associa o PRAZER do canto ou das palavras que rimam, ao PRAZER do MOVIMENTO.

JOGOS TRADICIONAIS — MEIO EDUCATIVO

Podemos afirmar que os JOGOS TRADICIONAIS constituem uma ACTIVIDADE extraordinariamente rica que contribui para o DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO, pelo que devem ser considerados um MEIO EDUCATIVO.

O DINAMISMO LÚDICO, a CARGA AFECTIVA que encontramos nos Jogos Tradicionais, contribuem para:

- a integração em grupo
- a aquisição de uma certa disponibilidade corporal
- o desenvolvimento de sentido rítmico — compreensão do tempo.
- o enriquecimento oral da linguagem
- a formação da personalidade.

INTEGRAÇÃO EM GRUPO

As crianças que, de mãos dadas, se agrupam numa pequena roda, logo se apercebem que, juntas, em vez de isoladas, participam numa acção comum.

Nos jogos cantados ou não, acompanhados de gestos, os seus participantes, em número indeterminado, são chamados, na presença de todos, a desempenhar papéis, quer através de acções individuais, quer através de acções colectivas.

Como em qualquer jogo colectivo, estes jogos são fonte de COMUNICAÇÃO de crianças umas com as outras.

«O jogo, na escola primária, revela a primeira forma do mundo social» — J. Chateau.

DISPONIBILIDADE CORPORAL

Ao JOGAR, há necessidade de envolver as diferentes partes do corpo solicitadas para a execução dos GESTOS necessários — desde o domínio dos gestos naturais até uma COORDENAÇÃO DINÂMICA GERAL, cada vez mais complexa.

Há jogos em que encontramos uma relação íntima entre o gesto e a linguagem, etapa importante no desenvolvimento harmonioso da criança.

No jogo das pedrinhas, por exemplo, a criança DESCOBRE a sua mão e do que esta é capaz de manipular. Noutros é desenvolvida a independência de uma parte do corpo que vai fortalecer a lateralização.

SENTIDO RÍTMICO — COMPREENSÃO DO TEMPO

Nas danças de roda, deslocam-se em marcha, saltitam, correm, enquanto cantam, batem palmas ou fazem gestos. Param a um dado momento, dão 1 / 2 volta, continuando no outro sentido enquanto pronunciam uma lengalenga ou cantam. São sensíveis à população, à velocidade ou abrandamento da música que cantam. Sentem, orgânicamente, as acentuações e as pausas; coordenam o GESTO ao RITMO.

ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO

Nos jogos individuais ou colectivos, há organização do **espaço próximo**, quando descobrem o espaço que o seu corpo abraça, sem deslocar os pés, por exemplo, quando lançam a malha (jogo da macaca).

Quando descobrem que se encontram à frente atrás, ou ao lado de um colega.

Há estruturação do espaço nas formações em grupo: roda, coluna, sob um túnel, etc., etc.

ENRIQUECIMENTO DA LINGUAGEM

Nos jogos com lengalengas, com diálogos, com canto, a criança vai, naturalmente, adquirindo o gosto pela utilização da sua linguagem oral. É posto em jogo o conjunto do sistema articulatória, que a fará articular e repetir as frases, com ou sem rima. Convém chamar a atenção para que a recitação de todas estas fórmulas exigem um esforço de MEMORIZAÇÃO.

FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE

O que será, para a criança, ter de DECIDIR?

Quando escolhe um colega que tem de desempenhar um papel específico, quando conduz um grupo, quando escolhe um camarada, quando inventa uma resposta que tem de dar, de imediato.

E quando perde ou ganha e tem de se controlar imediatamente.

Estas situações encontram-se, com a maior frequência, em quase a totalidade dos jogos tradicionais; elas participam de um modo positivo, na formação do CARÁCTER e da PERSONALIDADE de qualquer criança.

FACTORES EDUCÁVEIS

Agruparemos tudo o que atrás foi dito, em FACTORES:

- de ordem MOTRIZ
- de ordem PSICOMOTORA
- de ordem SOCIOMOTORA

que contribuem para o DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO.

MOTRIZES	PSICOMOTORES	SOCIOMOTORES
<p>De Execução:</p> <p>RESISTENCIA — orgânica muscular</p> <p>ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • jogos de ataque e defesa • jogos de corrida e perseguição • jogos de saltos <p>FORÇA — POTÊNCIA</p> <p>ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • jogos de força — luta • jogos de levantar e transportar • jogos de ataque e defesa <p>VELOCIDADE</p> <p>ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • jogos de corrida e perseguição <p>SOUPLESSE ARTICULAR</p> <p>ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • jogos de equilíbrio e destreza • jogos de lançamentos 	<p>COORDENAÇÃO DINÂMICA GERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • ajustamento às diversas situações • invenção de respostas novas • posse de vocabulário rico <p>PERCEÇÃO DO PRÓPRIO CORPO</p> <p>tomada de consciência dos segmentos e das funções corporais</p> <p>AJUSTAMENTO POSTURAL</p> <p>organização do eixo corporal relativamente a atitudes e movimentos.</p> <p>ORGANIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL</p> <p>situar-se e agir em espaços variáveis e segundo ritmos diferentes.</p>	<p>COLABORAÇÃO EM GRUPO</p> <p>ESPÍRITO DE INICIATIVA</p> <p>CONTROLE EMOCIONAL</p>

CONCLUSÃO

«PERGUNTAR À CRIANÇA PORQUE JOGA, É PERGUNTAR À CRIANÇA PORQUE É CRIANÇA» (Jean Chateau)

Geralmente, o adulto, pensa que o JOGO é uma actividade fútil; que distrai a criança dos seus trabalhos escolares. É pois uma perda de tempo contra o qual reage, impedindo-a de jogar...

«O JOGO É O TRABALHO, O BEM, O DEVER, O IDEAL DE VIDA. É UMA ATMOSFERA EM QUE O SER PSICOLÓGICO PODE RESPIRAR E, CONSEQUENTEMENTE, AGIR» (Claparède).

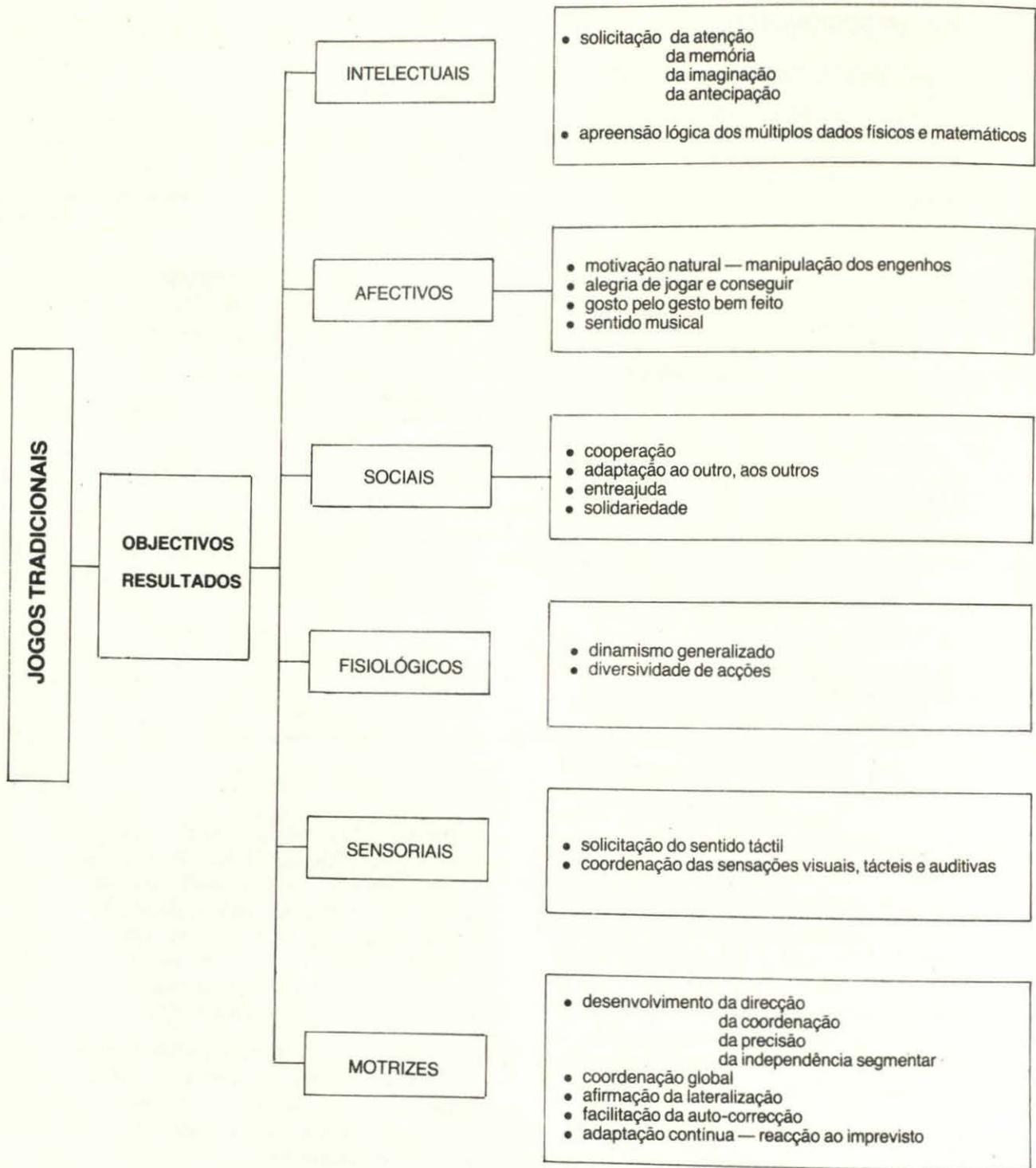
«O HOMEM NÃO É COMPLETO SENÃO QUANDO JOGA» (Shiller).

O jogo, na criança, responde à necessidade de experimentar as suas forças, as suas capacidades de compreensão e de execução, da SUA VONTADE. Assim como o trabalho é a actividade séria do homem, o jogo é **actividade séria da criança**.

Pretendemos chamar a atenção para o valor EDUCATIVO dos JOGOS TRADICIONAIS, que se podem realizar em qualquer local, dentro ou fora da Escola, ao ar livre ou dentro de casa. Colocam as crianças em situações globais, lúdicas, concretas, que as levam a resolver problemas corporais, temporais, espaciais, e de relação umas com as outras. E, sobretudo, praticam-nos com uma enorme ALEGRIA.

No entanto, estas formas lúdicas tendem a desaparecer. Cada vez mais as crianças dispõem de espaços livres mínimos, cada vez mais a televisão, a rádio, os discos, fazem substituir o canto, as danças de roda. Fazem-nos esquecer.

Para resolver esta carência era IMPORTANTE que todos os ANIMADORES se encarregassem de os transmitir, quer em aulas de Educação Física, quer na ocupação dos tempos livres. Não é necessário uma elevada competência técnica. Para que esta actividade seja MOTIVANTE e utilizada como MEIO EDUCATIVO é, sobretudo, necessário que o Animador possua um elevado reportório que origine SITUAÇÕES diversas e que encontre, nos jogos tradicionais, os OBJECTIVOS que são a seguir esquematizados.



Será que os JOGOS TRADICIONAIS não são CULTURA?

JOGOS DE RUA E CAMPO

Todos os jogos realizados pelos adultos e pelas crianças que necessitam de espaço suficiente para que a sua prática não se torne perigosa.

FAMÍLIAS POR ORDEM ALFABÉTICA:

- 1 — jogos de ataque e defesa ou luta
- 2 — jogos de equilíbrio
- 3 — jogos de força
- 4 — jogos de lançamento e competição

JOGO DE ATAQUE E DEFESA OU LUTA

Jogo do Pau

Esté é talvez o jogo mais tipicamente nacional.

É praticado pelos adultos (homens).

Falar sobre este jogo seria demasiadamente longo e, por tal, limitar-nos-emos a dizer o essencial. Há uma obra de Frederico Hopfer com o título de «O jogo do pau», que trata longamente deste jogo e da sua história em Portugal.

O jogo do pau é uma espécie de esgrima praticada pelo povo desde há longos anos esgrima essa feita com varapaus e cujo tamanho varia consoante a estatura de cada jogador: aquele, colocado verticalmente, deverá ficar com a sua extremidade superior ao nível da boca do homem que o utiliza. O varapau é feito de madeira de lodão, pouco nodosa e bem lisa.

Antigamente talvez o varapau fosse utilizado como arma de defesa pelos guardadores de rebanhos e viajantes, contra os salteadores e contra as feras. Depois começou a aparecer nas feiras e os homens, talvez por uma questão de hábito, não se separavam dele. E, logo que surgisse qualquer barulho os varapaus entravam em acção — fosse qual fosse o assunto que se discutisse: questões de água, de amor, etc..

Então o jogo do pau, anteriormente considerado uma forma de combate foi trazido pelos Minhotos e Transmontanos para Lisboa e aí começou a ser praticado como passatempo vivo e alegre. A sua regulamentação posterior deve-se a José Maria Saloio o «Saloio» que o fez ter bastantes adeptos.

Há três escolas que orientam o modo de jogar:



1. **Escola galega** — tem a preferência no Minho e Trás-Os-Montes e caracteriza-se pelo alcance dos golpes de ponta, — golpe atirado com a ponta do varapau ao corpo do adversário; pela rapidez dos rebates — o varapau gira em círculo sobre a cabeça antes de ser deferido sobre o adversário; e pela utilização sóbria dos sarilhos.

Os jogadores preferem utilizar uma só das mãos.

2. **Escola ribatejana** — caracteriza-se pela luta a curta distância. Utilizam frequentemente os cortes — golpes do varapau lançado com força para deter a pancada do adversário —, as paradas e as pancadas arrepiadas —, golpes lançados de baixo para cima.

Também é conhecida por «escola de pateleira».

3. **Escola de Lisboa** — destaca-se o jogo defensivo desde a guarda de espera — posição em que espera o ataque do adversário ou prepara o ataque — à forma de varrer pancadas — golpe lançado em sentido contrário ao golpe deferido pelo adversário.

Exigindo uma grande preparação física, o jogo atinge características de um autêntico desporto.

JOGOS DE EQUILÍBRIO

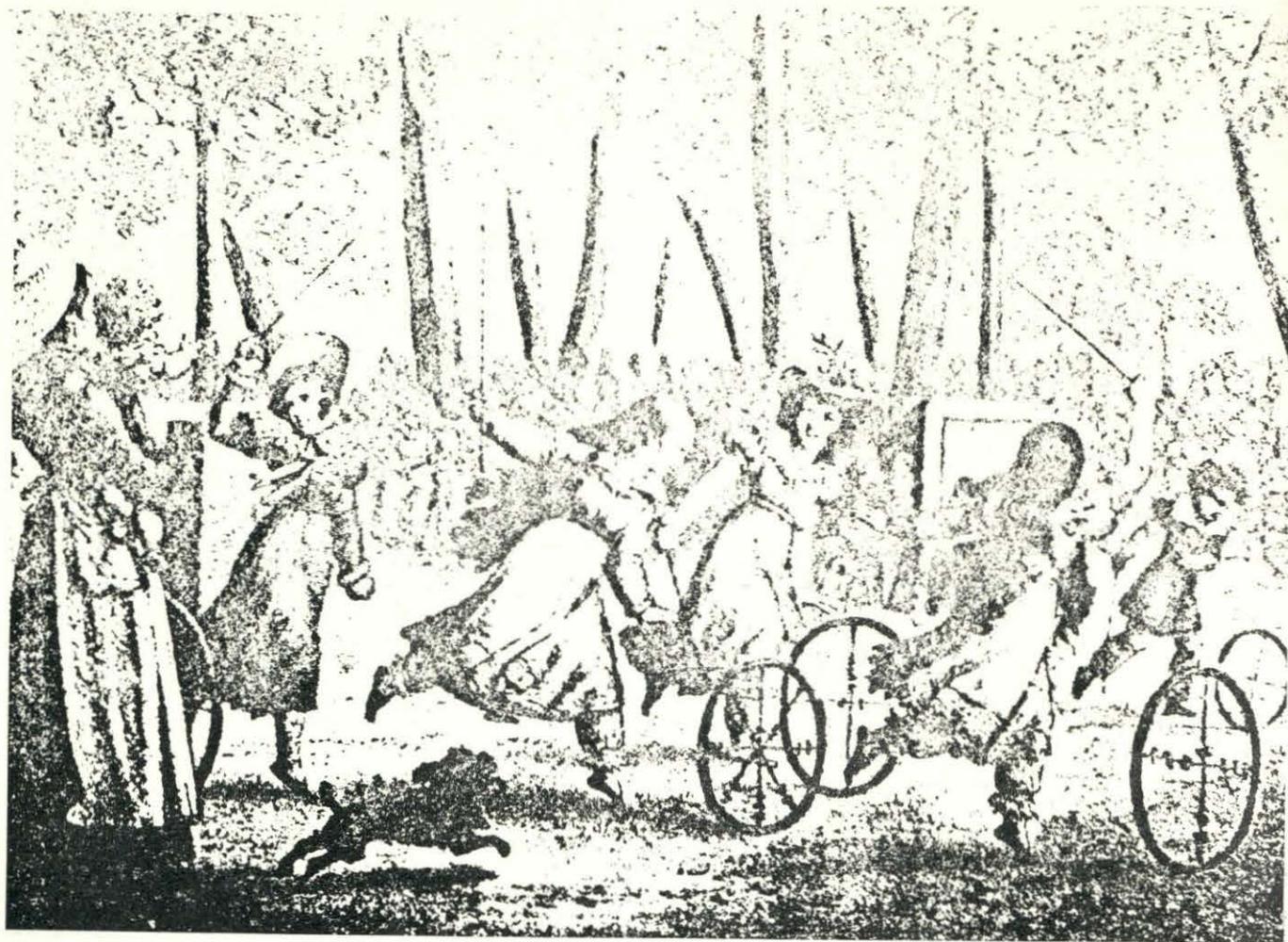
Jogo do Arco

— MATERIAL — Um arco para cada criança.

Este «arco» ou «roda» pode ser feito de madeira ou de metal. Podem ser feitos de propósito para o jogo, ou aproveitados de coisas velhas — rodas de bicicleta, arco dos barris de vinho, etc..

Para o empurrarem, usam um «gancho» ou «ganqueta», também de metal ou madeira (muitas vezes empurram o arco com a mão).



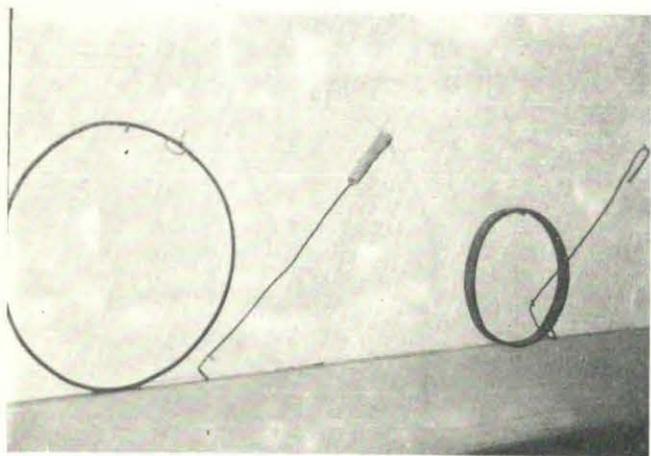


PARTICIPANTES — Rapazes 7 ou 8 anos.

As raparigas só utilizam os de madeira.

DESENVOLVIMENTO — O arco é um objecto que os acompanha para todo o lado para onde se desloquem: quer em marcha quer em corrida.

Dando-lhe um aspecto competitivo, fazem corridas com o arco, para ver quem chega primeiro a um determinado local.



Arco e Gancheta

Jogo das Andas

MATERIAL — Duas andas para cada jogador.

As andas são umas pernas ou muletas de pau, tendo um estribo ou ressalto onde se apoiam os pés.

Elas dão possibilidade do indivíduo que as usa ficar bastante mais alto.

PARTICIPAÇÃO — Rapazes, 10 ou 11 anos.

DESENVOLVIMENTO — Com as andas nos pés, as crianças (ou adultos) marcham ou fazem lutas entre um ou mais jogadores.



«LOS ZANCOS», Goya — Museu do Prado, Madrid

JOGOS DE FOLGA

Jogo do Mastro ou Mastro de Cocanha

MATERIAL — Um mastro com 6 ou 8 m de altura e sem casca, e todo untado com sebo.

No topo estão os prémios — um galo dentro de uma gaiola, uma garrafa de vinho, um bacalhau, um chouriço, uma regueifa, etc..

PARTICIPANTES — Homens.

DESENVOLVIMENTO — As regras limitam-se a estabelecer que o concorrente deve trepar pelo mastro. Atingido o topo, ganha os prémios que lá estiverem.

NOTA: Este jogo é conhecido em todo o Portugal e usado bastante nas feiras e romarias. O mastro costuma estar situado num largo ou praça.

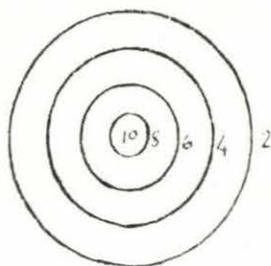
JOGOS DE LANÇAMENTO E COMPETIÇÃO

Jogo do Espeto (Douro Litoral)

MATERIAL — 1 vara de madeira com 40 a 50 cm de comprimento e terminada em bico numa das pontas.

PARTICIPANTES — Rapazes — 9 ou 10 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo (é preciso que ele seja mole) são marcados 4 círculos concêntricos. Assim:



DESENVOLVIMENTO — De um sítio determinado lançam o espeto de modo que fique espetado no solo, e dentro dos círculos. A valorização do lançamento depende do sítio onde o espeto ficou e do número que indica a figura. O lançamento não será válido se o espeto ficar sobre qualquer dos riscos.

O jogo termina quando for atingida determinada pontuação e ganha aquele que a conseguir.

Jogo do Pau-Ferro

MATERIAL — 1 alavanca de ferro afiada numa das pontas (usada normalmente pelos pedreiros) e que se chama «pau ferro».

PARTICIPANTES — Homens.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo é marcado um traço, por trás do que têm de fazer os lançamentos e que não poderão pisar.

DESENVOLVIMENTO — A alavanca poderá ser lançada de qualquer modo, mas tem de cair de ponta no solo sob pena de não contar como válida. Cada jogador pode fazer várias tentativas, contando aquela que mais longe ficar. Não é obrigatório que fique espetada no solo.

NOTA: Este jogooga-se no Minho, Trás-Os-Montes, Douro e Beira Alta.

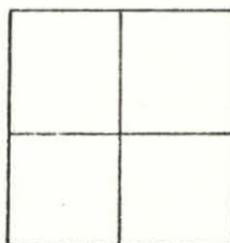
No Alentejo este jogo chama-se «Barra» e é obrigatório que o espeto fique espetado no solo. Costumam jogá-lo aos domingos, nos adros das igrejas.

Jogo da Raiola (Beira)

MATERIAL — 1 malha de ferro ou 1 moeda (pataca) para cada jogador.

PARTICIPANTES — Homens.

DISPOSIÇÃO INICIAL — A uma distância de 8 metros dos jogadores (no caso de se utilizarem moedas, a distância é de 4 m), é marcada a seguinte figura:



Os riscos vertical e horizontal chamam-se «Raios» (daí o nome de «Raiola»).

DESENVOLVIMENTO — O que primeiro joga tem de indicar para qual dos «raios» vai atirar a malha; se acertar, ganha 5 pontos. Se ninguém o conseguir, apenas o que ficar mais perto dele ganha 3 pontos. Se a malha não ficar dentro do quadrado, não se ganham pontos.

O jogo termina aos 30 pontos. Quando um dos jogadores atinge os 15 pontos, aquele que estiver a perder pode mudar de posição para fazer o lançamento (mas sempre conservando os mesmos 8 m de distância). Um jogador pode propor a «dobragem» para a jogada seguinte. Esta consiste na valorização dupla do lance que, no caso de insucesso, ficará a pertencer ao adversário (aquele que poderia ter ganho).

Jogo do Malho

MATERIAL — 1 malho de ferreiro e uma bola de ferro.

PARTICIPANTES — Homens (duas equipas, cujo número pode variar).

DISPOSIÇÃO INICIAL — É traçado no solo um caminho em zig-zag que termina no mesmo ponto onde tinha partido. Durante o percurso são cravados no chão alguns tacos de madeira.

DESENVOLVIMENTO — Depois de escolhida qual é a equipa que inicia o jogo, um jogador coloca a bola no solo numa linha que marca o início do percurso e bate-a com o malho. Outro jogador do mesmo grupo recebe-o e dá nova pancada. E assim, todos os jogadores da mesma equipa até que a bola complete o percurso.

Seguidamente joga a segunda equipa.

Ganha a equipa que conseguir completar o percurso com menor número de pancadas.

Jogo da Ferradura

MATERIAL — 1 ou 2 paulitos com 20 cm de altura; 5 ferraduras para cada jogador.

PARTICIPANTES — Homens.

DISPOSIÇÃO INICIAL — A uma distância de 10 ou 12 m dos jogadores são colocados os paulitos um ao lado do outro (no caso de serem dois). Devem estar fixos no terreno.

DESENVOLVIMENTO — O jogo consiste no lançamento da ferradura e de modo que ela fique encaixada no paulito, pela sua abertura. Se tal acontece o lançamento vale 5 pontos. Se não entra conta 3 pontos aquela que ficar mais próxima dele. Cada jogador pode lançar as 5 ferraduras seguidas ou alternadamente com os outros.

Há vários processos de lançamento:

- Segura a ferradura pelo seu corpo, ela é atirada de modo que vá no ar com as pontas para a frente, sem modificar a posição até ao meco.
- Segura por uma das pontas, descreve uma volta inteira no ar e, ao bater no solo, fique na posição de encaixar no meco.
- Segura do mesmo modo, fazem com que ela descreva só meia volta.

Ganha o que primeiro que atinja 30 pontos.

Jogo do Rebolo (Beira Alta)

MATERIAL — 20 paulitos com 30 cm de comprimento
1 bola de buxo para cada jogador.

PARTICIPANTES — Homens (2 ou 4).

DISPOSIÇÃO INICIAL — É marcado um rectângulo com 20 m x 5 m, rodeado por tabelas com 20 a 30 cm de altura. Dentro deste rectângulo e afastados de 3 m de cada extremo, é colocada uma lage quadrada, com 1 m de lado. Sobre cada uma colocam-se 9 paulitos e, a 1,5 m para trás dela, fica o outro paulito.

Os jogadores (cada um, ou cada equipa) colocam-se junto da tabela e do lado de cada um dos quadrados.

DESCRIÇÃO — Há dois modos de jogar:

1 — O «Bota abaixo» — consiste em deitar abaixo apenas os paulitos do adversário. Ganha o que primeiro o conseguir.

2 — Cada vez que há derrubes contam-se os pontos e o que primeiro conseguir atingir 200, ganha. O valor dos paulitos será:

- o isolado — 15 pontos;
- os três do meio — 10 pontos;
- os restantes — 5 pontos.

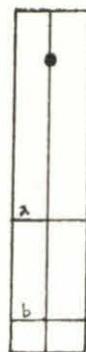
Jogo da Laranjinha (Minho)

MATERIAL: 1 bola de madeira com 20 a 30 cm de diâmetro (costuma ter orifícios para meter os dedos). Outra bola mais pequena — a «laranjinha» — ou paulitos.

PARTICIPANTES — Homens.

DISPOSIÇÃO INICIAL — O terreno de jogo consiste num corredor comprido e ensebado (20 x 1 m) sendo, lateralmente, limitado por tabelas.

Terá as divisões seguintes:



Os jogadores colocam-se no extremo do corredor oposto ao ponto onde está a «laranjinha».

DESCRIÇÃO — Assim colocados, os jogadores lançam alternadamente a bola procurando, depois de a fazer bater numa das tabelas na zona limitada pelos traços **a** e **b**, atingir a «laranjinha». A bola lançada, batendo ou não, fica no lugar onde parou. E o jogo continua ficando, à medida que os jogadores actuam, com maior número de bolas no percurso.

É obrigatório utilizar a tabela mais afastada da «laranjinha». Se ela, ao ser batida, fica na zona da tabela, o jogo é interrompido. O jogador que a tocou assim, não faz ponto e tem de a colocar no sitio inicial.

Cada jogador só pode fazer um lançamento.

Por cada toque na «laranjinha» é um ponto — «risco».

Ganha o que primeiro conseguir 10 «riscos».

NOTA: Se são utilizados paulitos, estes são em número de três colocados em triângulo — é a «laranjinha americana».

Em alguns adros do Alto Minho é frequente ver uma série de lages muito unidas, formando um corredor de cerca de 30 x 2 m. A profundidade desse corredor é de cerca de uma mão travessa.

Os homens, nesse tempo, jogavam bastante e, sobretudo, depois da missa. Chamavam-lhe o «jogo da péla» ou «jogo da bola» que são os percursos da «laranjinha». Aquele, consistia no lançamento de uma bola que pesava 5 kg, contra uns paulitos colocados no extremo do corredor. A bola, rolando pelo solo, procurava derrubar o número máximo de paulitos com um certo número de bolas ou de lançamentos.

Hoje, há um jogo que teve como origem estes dois jogos — o jogo do Bowling.

Em Coimbra, no jardim de Sta. Cruz, encontra-se o célebre pátio do jogo da péla.



Pátio do jogo da Péla — Jardim de Sta. Cruz, Coimbra

Jogo da Pelota (Tràs-Os-Montes)

MATERIAL — 1 bola feita de um novelo de linho e revestido com pele de carneiro.

PARTICIPANTES — Homens.

DISPOSIÇÃO INICIAL — Numa parede lisa, é marcado um traço a uma altura de 10 m do solo.

DESENVOLVIMENTO — A bola é posta em jogo por um dos jogadores e deverá bater na parede, acima da referida linha. Se tal acontecer, o outro jogador tem de a bater (com a mão) depois de ela ter batido no solo e dirigi-la para a mesma zona da parede. E o jogo continua, batendo alternadamente os jogadores e até que ela caia no chão ou não bata na zona indicada. Se isto acontece, o jogador que lançou a pelota ganha 1 ponto. E o jogo recomeçará, principiando a servir o que tinha perdido o lance.

Os lançamentos tanto podem ser feitos com a mão direita ou esquerda, por cima do ombro ou por baixo da cintura; atirá-la em salto ou parados.

Ganha o jogador que primeiro atingir 15 pontos.

Também pode ser jogado por equipas.

NOTA: Recolhido em Tràs-Os-Montes e na região mais fronteiriça com Espanha.

Este é uma simplificação do Jogo da Pelota Basca que existe na região Basca de França e na Cantábrica de Espanha. A parede chama-se «frontão».

JOGOS HÍPICOS

Não queríamos terminar a descrição dos jogos tradicionais portugueses sem falarmos dos jogos hípicos que são hoje, uma recordação dos torneios que se praticavam num passado já distante. A tradição popular manteve-os e trouxe-os até nós através das «Cavalhadas» que aparecem com frequência nas festas populares, misturados com as corridas de saco, subidas ao mastro de cocanha, corridas a três pés, etc..

Neste jogo os cavaleiros saltam obstáculos, cruzam trampolins oscilantes, atiram canas a alvos diversos, apanham objectos do solo, partem bilhas de barro, etc..

Há, por vezes, lutas — «jogo da rosa» — em que os cavaleiros têm de tirar a rosa do peito dos adversários. No «jogo do galo» eles têm de, a galope, apanhar um galo do solo e, sem parar, enfiá-lo numa gaiola situada metros depois.

Estas são as provas mais usadas entre nós porém, a imaginação dos organizadores poderá criar outras novas conforme o material de que dispuserem e a habilidade dos concorrentes.

JOGOS DE PÁTIO

Todos os que podem ser realizados no exterior ou dentro do ginásio. Predominam os jogos realizados pelas crianças.

Famílias por ordem alfabética

- 1 — Jogos de ataque e defesa
- 2 — Jogos de corrida e perseguição
- 3 — Jogos de equilíbrio e destreza
- 4 — Jogos de força - luta
- 5 — Jogos de lançamentos e competição sem movimentação com movimentação
- 6 — Jogos de levantar e transportar
- 7 — Jogos de saltos

Jogo do Alho (Alentejo)

PARTICIPANTES — Rapazes — 9 ou 10 anos

DISPOSIÇÃO INICIAL — Só poderá participar um número par de jogadores e não muito elevado.

Haverá, inicialmente, um sorteio para serem escolhidos os parceiros de cada grupo (uma vez que neste jogo há dois grupos distintos).

Aquele que iniciou a escolha coloca-se junto a uma parede e volta-se para ela. Cruzando os braços e apoiando-os na parede, pousa a cabeça em cima destes. Os outros do seu grupo colocam-se atrás, em coluna, e com as mãos em volta da cintura dos da frente. Flectem o tronco ligeiramente em frente para que se forme uma espécie de sela em que aquele primeiro jogador é a cabeça.

Os do outro grupo afastam-se destes e ficam a uma distância suficiente para fazerem a corrida preparatória para o salto.

DESENVOLVIMENTO — Um dos deste grupo inicia o jogo pronunciando a palavra «Alho» e corre em direcção ao grupo adversário. Junto deles, salta e fica a cavalo em cima. Os outros seguem-se a ele e colocam-se atrás. Se algum, ao saltar, não disser «Alho», perde, assim como todo o grupo que terá de substituir o outro, invertendo-se, pois, os papéis.

Se um dos do grupo que está por baixo, não aguentar o peso dos outros, grita — «Mosca», e todos caem em cima dele batendo-lhe. Então o jogo inicia-se com o mesmo grupo a servir de sela.

Se um dos do grupo que salta não conseguir ficar em cima, todo o grupo perde e trocam de posições.

Tivemos conhecimento de que este jogo também era praticado nos Açores mas com o nome de «Pulga Piolho».



Jogo do Sachinho (Açores)

PARTICIPANTES — Rapazes — 8 ou 9 anos

DISPOSIÇÃO — Em roda e de mãos dadas, reúnem-se as crianças, cujo número deverá ser ímpar.

DESENVOLVIMENTO — Um deles, deixando a roda e indo para o interior desta, começa a andar à volta e, tocando nelas, uma por uma, vai dizendo:

— Sachinho, sachinho, não caso co'este, nem co'este,...

A certa altura pára em frente de um dos companheiros, e, estendendo-lhe os braços, abraça-se a ele, ao mesmo tempo que exclama:

— Há-de ser co'este!

Então cada um procura abraçar-se ao que está mais próximo, ficando, assim, um sem par.

Este vai ser castigado da seguinte forma: todos os pares se colocam em coluna e frente a frente; dão as mãos à altura da cabeça. Então aquele jogador é obrigado a passar por baixo do túnel feito pelos braços dos companheiros, enquanto estes lhe batem nas costas.

E o jogo recomeça, sendo aquele jogador que ficará dentro da roda a escolher o seu parceiro.

UM JOGO DE CORRIDA E PERSEGUIÇÃO

Jogo das Escondidas

PARTICIPANTES — Rapazes e raparigas — 8 ou 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — Inicialmente deverá haver um sorteio para que uma das jogadoras fique de olhos tapados, enquanto todas as outras se escondem.

Ora, exactamente para a realização deste sorteio, há uma quantidade extraordinária de lengalengas. Delas, tivemos ocasião de falar, no capítulo atrás.

DESENVOLVIMENTO — Escolhida a jogadora, esta tapa os olhos enquanto as outras se vão esconder.

Em Viseu (Beira Alta), dizem que «fica a dormir». Em Vila Nova de Gaia (Douro Litoral) dizem que «fica de sentinela».

São muitos os processos utilizados para controlar o tempo que as jogadoras têm para se esconder.

Na Beira, depois de contar até 31 dizem:

À ronda, à ronda,

Quem não se escondeu, que se esconda!

No Douro Litoral, depois de contarem até 31, dizem só:

— Alerta!

Ou também:

Esconder, esconder,

Que a galinha lá vai ter!

Agachar, agachar

Que a galinha lá vai dar!

Em Trás-Os-Montes, também depois de contarem até 31, dizem:

Rô, rô,

Pita choca

Já lá vô.

Ainda, em Trás-Os-Montes, usam outra forma. Enquanto vai batendo com a pedra que ficou depois do sorteio, a criança vai dizendo:

Rau, rau
Macacau,
Pita choca,
Já lá vai!

E repete estes versos 5 ou 6 vezes, gritando no fim:

Alerta!

Que estou com a boquinha aberta!

Então começa a busca dos jogadoras que estão escondidas. Não deverá afastar-se muito, para que as outras não tenham possibilidade de chegar ao local onde aquela fez a contagem, sem que esta as agarre. Este lugar tem vários nomes: «curro», «coutos», «coito», «pelanqueira», «valia», «malha», «ferros», etc.

Se as jogadoras conseguem chegar ao «curro» sem serem agarradas por aquela, ficam livres; mas, para isso, têm de lá dizer o seguinte, enquanto batem três vezes:

Uma, duas, três casqueiras.

Dizem também «ferros!» (Beira Alta), «forros» (Beira Litoral); «coito» (Beira Litoral) «minha mãe» (Douro); «livre» (Douro Litoral).

Se a outra jogadora agarra uma, antes que esta atinja o «curro», bate-lhe nas costas três vezes e diz:

Uma, duas, três casqueiras.

Outras formas de dizer: «peso» (Beira Litoral); «morto» (Beira Alta); «ficas tu», «caceite» ou «apanhei-te» (Douro Litoral).

A última que fôr agarrada fica no «curro», no próximo jogo, enquanto as outras se escondem.

Jogo do Alerta, Alerta

Este jogo é bastante semelhante ao anterior. A diferença que existe é, unicamente, a de que o jogador que fica com o papel de perseguidor, só ter de agarrar uma jogadora, para que logo esta a vá substituir no jogo seguinte.

Jogo do Lencinho

MATERIAL — Um lenço.

PARTICIPANTES — Rapazes e raparigas — 7 ou 8 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — Com excepção de uma das jogadoras que está de fora com o lenço na mão, as outras dispõem-se em roda.



DESENVOLVIMENTO — Aquela que está com o lenço na mão começa a andar em volta da roda, enquanto vai dizendo:

— O lencinho vai na mão, ele cairá ou não...

Sem que para isso tenha de parar, aquela jogadora deixa cair o lenço atrás de uma das companheiras, e esta, logo que sinta que o lenço está atrás de si, apanha-o e começa a correr atrás da outra. Esta termina a sua fuga no lugar vazio deixado pela sua perseguidora.

Se a sua corrida não é suficiente para escapar à que a persegue, e é agarrada, esta irá para o centro da roda, enquanto que todas entoam em coro:

— Vai para o Chôco!

Lá, no centro da roda, fica observando se alguma não sente o lenço atrás de si. Então reagirá rapidamente, de modo a apanhar o lenço, antes daquela. Sendo assim, será esta que irá para o «chôco».

NOTA: Este jogo é jogado em todas as partes de Portugal. Nos Açores ele chama-se «Jogo da Capuchinha»; enquanto a criança anda em roda com um chapéu — a CAPUCHINHA —, vai dizendo:
— Aqui vai a capuchinha, aqui fica a capuchinha...

JOGOS DE EQUILÍBRIO E DESTREZA

Jogo do Caracol

PARTICIPANTES — Raparigas — 8 ou 9 anos.

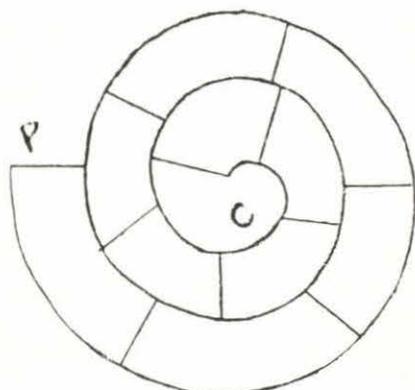
MATERIAL — 1 «MALHA» para cada jogadora.

A «MALHA» é um objecto utilizado em bastantes jogos, quer das crianças, quer dos adultos, desde que estes façam lançamento. As dimensões variarão consoante os indivíduos que os utilizam. Nos jogos dos adultos são, logicamente, maiores que nos jogos das crianças.

De formato circular e achatadas, têm um diâmetro que pode variar entre 5 a 15 cm, variando o material utilizado na sua confecção, de região para região. Assim, são utilizados bocados de telha, de granito, de xisto. No Alentejo e na Ilha da Madeira, utilizam cortiça. Antigamente usavam as moedas antigas de 1 vintém. Os nomes também variam: PATELA (Norte), CALHA (Alentejo), JOGA (Açores)...

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo é traçada a seguinte figura:

C — Céu
P — Ponto de partida



DESENVOLVIMENTO — As participantes terão de encaminhar a malha até ao «Céu» e regressar ao ponto de partida sem colocar o pé no chão.

Porém, terão de ter cuidado para que, nem a malha, nem o seu pé, calquem qualquer traço da figura. O mesmo acontecerá em qualquer jogo deste género.

Logo que o jogador consiga ir e regressar correctamente, escolhe uma divisão qualquer e nelá marca uma «macaca». Ai poderá descansar, pousando ambos os pés no chão, quando, na jogada seguinte, por lá passar; entretanto as suas colegas terão de passar por cima dessa sua propriedade.

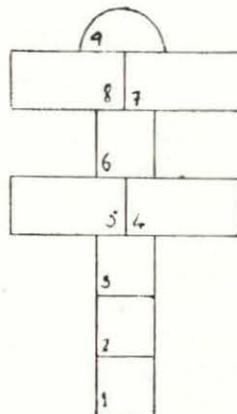
O jogo, assim, vai gradualmente aumentando de dificuldade.

Jogo do Avião

MATERIAL — Uma malha para cada jogador.

PARTICIPANTES — Rapazes e raparigas — 8 ou 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo é traçada a figura seguinte:



DESENVOLVIMENTO — A jogadora que inicia o jogo, coloca a malha na casa 1 e começa a percorrer a «pé coxinho» as casas 2 e 3; nas 4 e 5 põe simultaneamente os dois, mas um em cada casa; em 6, novamente só um pé e, em 7 e 8, como nas 4 e 5, indo cair em 9 com os dois pés (nos Açores, chamam a esta casa de «Cabeça de Nabo»).

Depois de ter descansado em 9, inicia o retorno até ao ponto de partida, porém, antes, terá de apanhar a sua malha e antes que tenha passado a casa onde ela está.

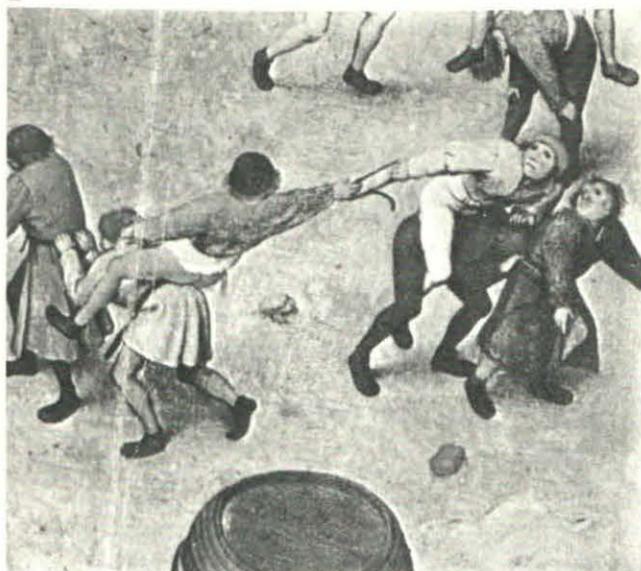
E assim a malha vai ocupando as diferentes casas. Em 4, 5, 7 e 8, o jogador só ocupará uma das casa — a oposta àquela onde ela está.

Quando a malha é atirada para a casa n.º 9, logo que o jogador chega aos lugares 7 e 8 salta a pés juntos mas para fora e por cima daquela casa. Então, apanha a malha e, novamente sem calcar a casa n.º 9, regressa ao ponto de partida.

Muitas vezes o jogo continua, considerando ponto de partida o lugar 9 e sendo descendente a progressão.

Outras vezes escolhem uma casa «macaca» onde poderão, como no jogo do caracol, descansar quando da próxima jogada. Aqui, a escolha da casa será feita por um lançamento de malha, junto do lugar 9 e de costas para a figura. O lugar onde a malha cair será a sua «Macaca».

NOTA: Este jogo, no norte de Portugal, chama-se «Macaca».



JOGOS DE FORÇA — LUTA

Jogo do Bom barqueiro

PARTICIPANTES — Raparigas — 7 ou 8 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — Duas das crianças afastam-se do resto do grupo e, colocadas frente a frente, dão as mãos — estas são os «Barqueiros». As restantes colocam-se em coluna, abraçando a cintura dos da frente (em certas regiões ficam em fileira, mas de mãos dadas). A criança que está na frente da coluna é a «Mãe» e é ela que inicia o jogo. Os «barqueiros», antes que o jogo comece, combinam entre si e sem que as outras crianças ouçam, os nomes que hão-de adoptar — rosa, cravo, chocolate, etc.

DESENVOLVIMENTO — O grupo, com a «Mãe» à frente, canta (em muitas regiões são as crianças de toda a coluna que cantam em coro):

Bons barqueiros, bons barqueiros
Deixai-me passar;
Tenho filhos pequeninos
Deixai-mos criar (1).

Então os «barqueiros» respondem:

Passarás, passarás
Mas algum há-de ficar;
Se não fôr o da frente,
Há-de ser o de trás.



(1) Na região da Estremadura os versos são diferentes:

Que linda Falua
Que lá vem, lá vem;
É uma falua,
Que vem de Belém.

Eu peço aos srs. Barqueiros,
Me deixem passar;
Tenho filhos pequeninos.
P'ra acabar de criar.

JOGO DO CORRUIPO

PARTICIPANTES — Raparigas — 8 ou 9 anos

DISPOSIÇÃO INICIAL — Duas crianças, frente a frente, de mãos dadas.

DESENVOLVIMENTO — Inclina-se à rectaguarda, e tanto quanto o comprimento dos braços, de modo que estes fiquem estendidos. Então começam a piar em qualquer sentido e com razoável velocidade.

NOTA: Este jogo pode também ser considerado como jogo de «Vertigem».



JOGOS DE LANÇAMENTOS E COMPETIÇÃO

JOGOS SEM MOVIMENTAÇÃO

...Utilizando o BERLINDE

O berlinde é uma pequena esfera com um diâmetro que varia entre um e dois centímetros.

São várias as matérias primas que são utilizadas na confecção destas esferas e que variam consoante as regiões — esta, como acontece com outros engenhos utilizados nos jogos tradicionais, dependente do material mais abundante na referida região.

As esferas poderão ser em ferro, em alcatrão, em mármore, em cortiça, em vidro — algumas encontram-se à venda no mercado e, transparentes, têm interiormente desenhos interessantes; outras são as que se encontravam nas antigas garrafas de gasosas. São também utilizados os bugalhos — oriundos do carvalho.

Dentro destes diferentes tipos de esferas para o jogo do berlinde há aqueles que as crianças consideram de maior valor e que as leva a fazerem trocas. Por exemplo, um «ABAFADOR» — aquele, de vidro, que interiormente possui desenhos com diferentes cores — vale uma quantidade determinada de outros mais vulgares. Esta validade varia de criança para criança que acaba por fazer negócio com este ou outros objectos utilizados nos jogos tradicionais — piões, malhas, etc.



Jogo do Bugalho (Beira e Alentejo)

MATERIAL — Um bugalho (ou berlinde) para cada jogador.

PARTICIPANTES — Rapazes — 7 ou 8 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo é feita uma cova — a «PÔÇA» — e, a uma distância determinada, é marcado o lugar de onde são feitos os lançamentos — «CALHADOURO».

DESENVOLVIMENTO — O jogo inicia-se com o lançamento do bugalho detrás do «Calhadouro» em direcção à «Pôça», lançamento este, feito por todos os jogadores. Aquele que o meter no buraco ou, no caso de ninguém o ter conseguido, o tiver mais perto daquele buraco é quem escolhe o parceiro e inicia o jogo (este é jogado aos pares mas podendo também ser a singulares).

Em seguida o jogo dá início, verdadeiramente, e, se alguém conseguir meter o bugalho na «Pôça», ganha dois pontos; se não conseguir deixa-o ficar no local onde passou e joga o seu parceiro. Este poderá atirar o seu bugalho:

— em direcção da «Pôça» — 2 pontos

— em direcção do bugalho do companheiro — 3 pontos

Estes pontos se concretizam no lançamento; caso contrário deixa de jogar e entra em acção o jogador da equipa contrária. E o jogo desenrola-se de igual modo.

Quando, novamente, jogar o primeiro par, o que inicia a jogada é o que tiver o bugalho mais perto de casa. Então, medindo um palmo com uma das mãos, lança-o com a outra em direcção da cova ou do bugalho do parceiro. A valorização dos lançamentos continua a ser a mesma.

A vitória cabe à equipa ou jogador que primeiro totalizar 30 pontos.

Jogo das Cidades

MATERIAL — Vários berlindes para cada jogador.

PARTICIPANTES — Rapazes — 10 ou 11 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — Nos quatro vértices de um quadrado, são cavadas quatro covas circundadas por um fosso as «cidades». No centro da figura está uma «cidade» maior, com dois fossos, a «Capital».

DESENVOLVIMENTO — Inicialmente cada jogador (normalmente é jogado aos pares) tenta adquirir uma «Cidade» e, principalmente a «capital» bastando, para isso, meter o bugalho na cova que fica no centro de cada «cidade».

O jogo consistirá em defender as cidades conquistadas e tentar conquistar outras.

Se um inimigo, atacando a «cidade» cair nos poços o defensor dela pode repeli-lo empurrando-o por três vezes com o seu bugalho e depois, ainda tem direito a fazer outra jogada quer do sitio onde ficou ao perseguir o agressor, quer de dentro da sua «cidade». Ao mesmo tempo o assaltante que foi rechaçado pode, depois, jogar do ponto onde ficou ou da sua «cidade». O senhor da «capital» tem o direito de sair dos fossos de qualquer cidade que tenha atacado sem que seja castigado.

O jogador a quem foi tomada a sua «cidade» terá de se começar da meta, local donde se iniciaram os lançamentos.

Como o jogo se efectua a pares, tanto o ataque como a defesa podem-se realizar a pares.

A vitória cabe ao par que conseguir ficar senhor de todas as «cidades».

... Utilizando a BILHARDA

A bilharda é feita de um bocado de madeira, com um formato quadrangular e cujas pontas são aguçadas. Costuma ter um comprimento que varia entre os 10 e 15 centímetros; no entanto, nos Açores eles têm 30 cm de comprimento. Por vezes em lugar de formato quadrangular, são arredondados.

Para o jogo da bilharda é necessário a raquete que é o complemento deste jogo e sem a qual ele não poderá existir. Esta raquete, também feita em madeira tem cerca de 60 a 75 centímetros de comprimento. Poderá nalgumas regiões, ser um pau vulgar sem qualquer diferença no formato. O nome dela varia bastante de região para região. Citaremos, por curiosidade, alguns, não pretendendo afirmar que eles são exclusivamente da região que citamos, mas sim que poderão ser denominados como tal noutras regiões que não citamos. Assim: «pateiro» (Açores), «batalho» (Douro Litoral), «mocho» (Beira), «beto» (Beira Litoral).

Tanto a bilharda como a raqueta são confeccionadas pelas próprias crianças.



Jogo da Bilharda

MATERIAL — Uma bilharda; um pau vulgar para cada jogador.

PARTICIPANTES — Rapazes — 7 ou 8 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — A bilharda é colocada sobre uma pedra e de modo que as suas extremidades fiquem livres.

DESENVOLVIMENTO — Neste jogo, em que só participam duas crianças, cada um toma o seu pau e, depois de um ter posto a bilharda em jogo — bate com a extremidade do seu na da bilharda — vai dando-lhe pancadas, auxiliada pelo companheiro e de modo que não caia ao chão.

Perderá aquela que o conseguir.

Jogo da Bilharda

MATERIAL — Uma bilharda; uma raqueta para cada jogador.

PARTICIPANTES — Rapazes — 8 ou 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo é traçada uma circunferência com 1 metro de raio. Dentro dela coloca-se um dos jogadores (nesta variante só participam dois jogadores); o outro está fora do círculo e a uma distância de 3 ou 4 metros. Ambos têm a sua raqueta.

DESENVOLVIMENTO — O segundo jogador leva a bilharda, coloca-a no solo e procura atirá-la para dentro do círculo. Para isso deverá levantá-la do solo — batendo com um dos bordos da raqueta na ponta da bilharda, esta saltará — e, no ar, nova pancada é dada na bilharda e de modo que ela se dirija para o círculo. Lá, o outro jogador evitará que tal aconteça, mas não poderá sair de dentro dele. Procurará bater com a sua raqueta na bilharda e atirá-la para o mais longe possível. O atacante tentará novamente e sempre do sítio onde ela caiu.

Logo que conseguir que a bilharda entre no círculo, ganha e trocam de posições.

O jogo termina ao fim de certo tempo (conforme o determinado anteriormente) e ganha o que maior número de jogadas tiver feito.

... Utilizando O BOTÃO

Para o jogo do botão são utilizados diversos tipos que variam em valor consoante o seu tamanho e beleza. As crianças acabam, como no caso dos berlindes, por fazer trocas entre si.

No Douro Litoral esses botões têm um valor e nomes especiais. Assim:

Patacola — são aqueles que têm um diâmetro igual a 2,5 ou 3 cm e valem 2 botões — dois «decas».

Decas — têm um diâmetro superior a 1,5 cm mas nunca mais do que 2 cm. Valem dois dos mais vulgares — os «mísera».

Mísera — são os que têm um diâmetro de 1 cm e um aspecto bastante vulgar e são de qualidade inferior.

Jogo da Pincha (Douro Litoral)

MATERIAL — Vários botões e uma «coca» (1) para cada jogador.

PARTICIPANTES — Rapazes — 8 ou 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — Junto de um muro é feita

uma cova dentro da qual cada jogador deverá colocar um botão.

DESENVOLVIMENTO — Depois de um sorteio, o primeiro jogador atira a sua «coca» em direcção da parede e, por ressalto, ela deverá cair dentro da cova. Se o conseguir, ganha todos os botões que lá estão e o jogo recomeça.

Se não cair dentro da cova mas tocar numa outra «coca» que lá esteja ou a uma distância igual ou inferior a um palmo desta, o seu dono é obrigado a pôr novo botão na cova e aquele jogador que fez o lançamento ganha, portanto, um botão. Poderá fazer nova jogada.

Se nada disto acontecer, perde a sua vez e o jogo continua acabando por terminar ao fim de um tempo que anteriormente tenham combinado. A vitória cabe ao que maior número de botões tiver ganho.

(1) «COCA» é uma moeda antiga que as crianças tomaram côncava. É utilizada na região do Douro Litoral.

Jogo do Botão (Alentejo)

MATERIAL — Um «bicho» — uma caixa de fósforos; botões e uma pequena malha, para cada jogador.

PARTICIPANTES — Rapazes — 8 ou 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — O «bicho» é colocado num sítio qualquer e, atrás dele, todos os botões são colocados em monte. À frente do «bicho» e a uma determinada distância dele, é marcada a zona de onde se devem efectuar os lançamentos.

DESENVOLVIMENTO — Depois de um sorteio, os jogadores começam a atirar a sua malha para o «bicho» pretendendo derrubá-lo mas de modo que não caia sobre os botões; deverá saltar sobre eles. Se falhar perde a sua vez de jogar e novo jogador tenta consegui-lo.

Logo que algum o consiga, ganha e passar-se-á à segunda parte do jogo que consiste em jogar o botão à parede e ir ganhando todos aqueles que estiverem perto do lugar onde o seu botão caiu (a uma distância igual ou menor do que um palmo) — funcionando de uma forma semelhante ao jogo anterior.

...Utilizando a BOLA

Jogo do OÁ (Douro Litoral)

MATERIAL — 1 bola para cada jogadora.

PARTICIPANTES — 10 ou 11 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — Cada jogador coloca-se, com uma bola na mão, junto de uma parede.

DESENVOLVIMENTO — Então, enquanto a vão lançando à parede, dizem, devendo cumprir o que as palavras exprimem:

OÁ — atira a bola e recebe-a com as duas mãos.

Sem mexer — atira a bola sem sair do lugar e até a receber com as duas mãos.

Sem falar — atira a bola sem pronunciar o «sem falar».

Sem rir — atira sem rir (entretanto as outras tentam fazê-la rir).

Com um pé — atira a bola ficando apoiada sobre um só pé e assim até a receber com as duas mãos.

Com o outro — o mesmo, mas com o apoio do outro pé.

Com uma mão — atira a bola com uma mão e recebe-a com a mesma.

Com a outra — o mesmo, com a outra mão.
Bate palmas — atira a bola ao ar e, enquanto a não recebe, bate as palmas.

Novela — idem, e faz o gesto de enovelar as mãos, recebendo, depois, a bola com as duas mãos.

Cruzar — idem, cruzando os braços sobre o peito.

Cair — idem, batendo com as mãos nas coxas.

A partida é composta por determinado número de pontos e, cada série, vale um ponto.

Ganha a jogadora que primeiro totalizar o número de pontos combinado.

Jogo da Péla (Beiras)

MATERIAL — 1 péla (1) para cada jogadora.

PARTICIPANTES — Raparigas — 9 ou 10 anos.

DESENVOLVIMENTO — Há três processos de se jogar a péla:

1. **Ao comprido** — esta variante é jogada desde a Páscoa ao Pentecostes. As raparigas dispõem-se em dois grupos com igual número e colocam-se em cada meio campo.

O jogo consiste no simples lançamento da péla de um grupo para o outro sem qualquer penalidade ou vitória.

2. **Às custas** — nesta variante não há qualquer divisão de grupos. As jogadoras jogam uma de cada vez, quer lançando a bola ao ar ou a uma parede, procurando ver quem consegue lançá-la mais vezes sem a deixar cair ao chão.

Enquanto a vai atirando, vai dizendo a seguinte lengalenga para ver quantos anos fica solteira:

«Cuco, das bandas da ribeira.
Quantos anos me dás de solteira?»

E vão contando a partir de 1 e até que a péla caia no chão.

Noutros sítios, dizem:

«Rei, Rei, Rei
Quantos anos viverei?
Uma velha que eu matei,
Um gato qu'eu esfolei.
Um, dois, três, etc...»

E a contagem continua.

3. **Ao tira** — Nesta variante as jogadoras dispõem-se aos pares. Uma toma a bola e, lançando-a ao ar, diz:



«Um, dois, três, tira».

Dizendo «tira», logo entra em jogo a sua parceira que, sem deixar cair a bola ao chão, continua dizendo o mesmo. E assim até que a péla caia ao chão. Nessa altura, outro par começa a jogar e ganha aquele que tiver feito maior número de lançamentos.

(1) «PÉLA» era o nome que antigamente era dado à bola. Hoje ainda se usa o termo em algumas regiões.

... Utilizando a MALHA

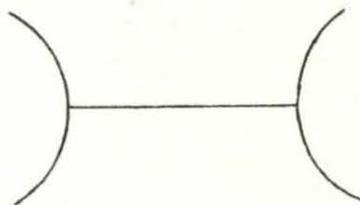
Jogo da Raiola

MATERIAL — 1 malha para cada jogador.

Eram utilizadas, vulgarmente, as moedas que, na altura, tinham umas dimensões razoáveis — a pataca ou o vintém.

PARTICIPANTES — Rapazes — 8 ou 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo e, a cerca de 4 metros do local de onde os jogadores fazem os seus lançamentos — «calhadouro» —, é feita a seguinte figura:



Queimas



Calhadouro

DESENVOLVIMENTO — Jogando alternadamente, os rapazes atiram a malha para o risco vertical, fazendo ponto sempre que o conseguirem. Se ela cai nas «queimas», nada conta.

O jogo termina ao fim de certo tempo (conforme o que as crianças determinarem), ficando vitorioso aquele que tiver conseguido uma pontuação mais elevada.

NOTA: Este jogo foi recolhido em Trás-Os-Montes e na Beira.

Tivemos conhecimento, de que nas Beiras existe uma ligeira variante deste jogo acima descrito mas cujo nome é absolutamente diferente. Trata-se do «Jogo da Arraioula», também conhecido por «Turco» ou ainda «Fito».

A figura é também semelhante:



Inferno



Calhadouro

...Utilizando o PIÃO

O pião é o engenho utilizado nos jogos tradicionais e que pode ser considerado quase universal. Quanto à sua antiguidade não tememos afirmar que ele data mesmo da pré-história.

E é exactamente sobre a sua antiguidade e universalidade que ousamos, nesta altura, dedicar-lhe um pouco de atenção.

João Ribeiro declarou que: «Os Strombs dos gregos e o Turbo dos romanos que é o mesmo jogo do pião das crianças de hoje, data pelo menos da pré-história da civilização, idade micenaica ou pelasgica, pois figuram piões de argila primitivos na colecção de Schliermann» (1).

O pião era um jogo muito apreciado na Grécia e em Roma, como se pode ler em Platão, Aristofanes, Plínio, Virgílio e Ovídio. Caton é citado pelos pedagogos por ter aconselhado à juventude o uso do pião em vez dos jogos de dados. Hirn declara estar convencido de que a juventude dos tempos antigos brincava com o pião do mesmo modo que a mocidade inglesa actual. Declara ainda que há ainda testemunhas incontestáveis de tal afirmação, como as pinturas nos vasos que representam jogadores de pião, os piões de madeira encontrados nas ruínas de Pompeia e ainda os piões em terracota que datam da terceira cidade de Troia.

Teófilo Braga, declara que no «Cancioneiro de Rezende», e nas «Ordenações Afonsinas» se encontram apontados alguns jogos de Sociedade do séc. XV.

«É o jogo do piam
Favor se lhe deve dar.»

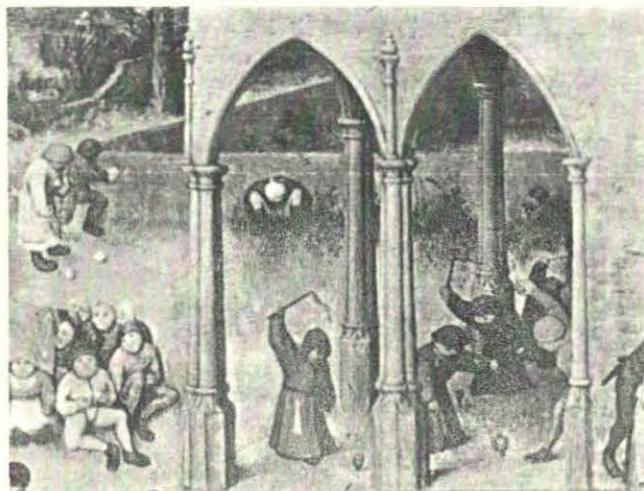
O jogo do piam aparece citado no séc. XVII por P. Bento Pereira nas Frases Portuguesas e está em grande vigor entre os rapazes, como nota J. da Costa Cascais.

«E n'isto um gaiato
Doutor no pião».(2)

Ainda Teófilo Braga, na mesma obra, recorda o estudo de Giuseppe Pitre sobre este jogo.

(1) João Ribeiro — O Folk-lore — Rio de Janeiro, 1919.

(2) Teófilo Braga — O povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições — vol. I. — Lisboa, 1885.



Luís da Câmara Cascudo, fala no «pião de madeira com ponta de prego, sacudido, zoando na beira da calçada, que é neto do «Strombos» grego, citado na «Odisseia» de Homero e do «Turbo» que os legionários romanos jogavam por toda a parte dos domínios» (1).

Ele foi mencionado por Shakespeare, Ben Jonson, Beaumont e Fletchere outros mais escritores do período Isabelino. Em França é citado por Rabelais e em dois manuscritos do séc. XIII. Na Alemanha acha-se registado no Parsifal de Wolfram von Eschenbach.

Sérgio Hernandez le Sotto diz que se chama «repión» (Extremadura) e «trompo» (Andaluzia) (2).

Edna Garrido de Boggs descreve-o sob o nome de «trompo» e declara que Rodrigo Caro dedica o «Diálogo IV» dos «Dias Geniales o Ludricos» a este jogo, que segundo o mesmo autor vem já mencionado na Bíblia (3).

Em África, segundo o Pe. Marcel Pauwels, o pião, tem o nome de «Irehe» ou «Umusongwa», mas parece que em Ruanda, nunca esteve muito em voga, a não ser em determinadas regiões e em certos períodos, como acontece na Europa (4).

Hirn declara dar-se com o «pião um exemplo raro de propagação de Oeste para Este, segundo uma corrente inversa a todas as influências grandes e pequenas que os Países do Oriente exerceram sobre os utensílios e os brinquedos do Ocidente» (5).

O pião, tanto em Portugal como no estrangeiro, tem uma época própria (não querendo afirmar que não possa aparecer noutras épocas do ano). Segundo Hirn, em Inglaterra jogam-no na Primavera. Em Portugal ele também se joga na Primavera, mas, no Outono, sobretudo nos dias mais secos, ele aparece também.

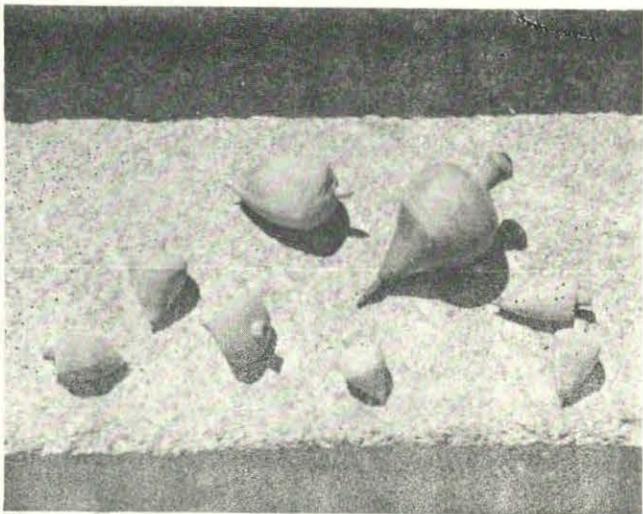
(1) Luís da Câmara Cascudo — Dicionário do Folclore Brasileiro — Rio de Janeiro, 1919.

(2) Sérgio Hernandez de Sotto — Juegos Infantiles de Extremadura — in tomos II e III da biblioteca de las Tradiciones Populares Españolas — Madrid, 1884.

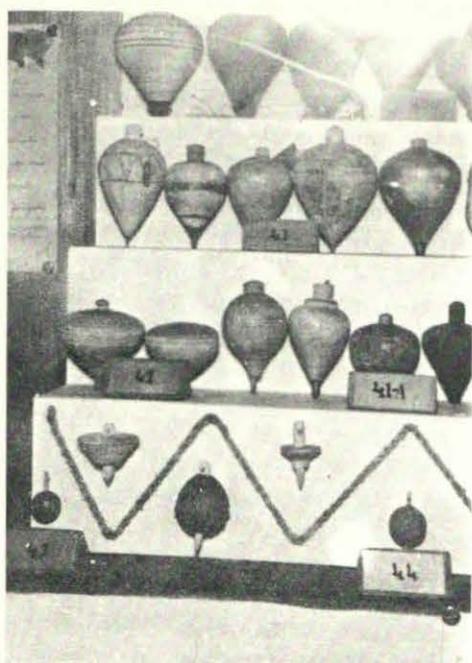
(3) Edna Garrido Bogges — Folklor Infantil de Santo Domingo — Madrid, 1955.

(4) Charles Galtier — Le Trésor des eux Provençaux — Vancluse, 1952.

(5) Yrjö Hirn — Les Jeux d'Enfants — Paris, 1926.



Piões confccionados pelas crianças — Museu Etnográfico do Douro Litoral, Porto.



Vários tipos de pião — Museu Etnográfico do Douro Litoral, Porto.

Antigamente, no Arquipélago dos Açores, ele era o jogo preferido durante a Quaresma, mas com excepção da Semana Santa em que era guardada uma verdadeira abstenção.

O pião é feito de madeira mas não de uma madeira qualquer. Ela deverá ser dura e sem nós. São vulgarmente utilizadas as de buxo, louro, faia, etc. Eles tanto podem ser comprados como confeccionados pelas próprias crianças.

Existe um pião mais pequeno — «piorra», que além de poder ser comprado, pode ser confeccionado pelas próprias crianças. Neste caso utilizam uma rodela de batata enfiada num pau de um lume amorfo, arredondado na parte superior; podem utilizar também bugalhos nos quais espetam um pau duro e aguçado.

Estas «piorras» não podem ser utilizadas para o jogo do pião; constituem, unicamente, um brinquedo ao qual imprimem um movimento de rotação e se divertem a vê-lo girar...

Para o jogo do pião é também preciso uma corda — a «faniqueira» (Douro) — com a qual enrolam o pião para que, depois de o lançar ao chão, ele fique a girar. Também se chama «baraça» ou «capa» (Douro Litoral), «guita» (Beira), etc.

(Legendas das fotografias)

Jogo da Rodinha dos Botões (Douro Litoral)

MATERIAL — 1 pião e 1 botão para cada jogador.

PARTICIPANTES — Rapazes — 8 e 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo é traçada uma circunferência com 1 m de raio. No centro desta, marca-se um risco com 80 cm de comprimento.

DESENVOLVIMENTO — Para ver quem inicia o jogo, todos os jogadores lançam os seus piões em direcção do risco que está dentro da circunferência. Aquele que conseguir que ele gire mais tempo ou mais perto possível dele, é o que inicia o jogo.

Seguidamente colocam os seus botões no centro da roda e tentam, atirando e aparando o pião (enquanto ele gira), encaminhá-los para fora da roda.

O que primeiro o conseguir, ganha.

«**Aparar o pião**» — consiste em apanhá-lo do chão, enquanto ele gira, e de modo que continue a girar na mão. Muitas vezes as crianças limitam-se a ver quem aguenta mais tempo o pião a girar na sua mão e passam-no de uma para a outra, para a unha do dedo polegar, etc.

Sempre que jogam o pião poderão apará-lo e lançá-lo tantas vezes enquanto que ele gira.

Muitas vezes utilizam uns piões especiais — «esgaravelhões» — que giram muito e têm facilidade em se mover.

Os piões que ficam dentro do círculo só saem quando os outros, nicando-os, o levam para fora.

NOTA: Na Beira joga-se também mas com o nome de «Cazinha», uma vez que denominam o círculo de «Cazinha». Nos Açores chama-se de «Catazola». No Alentejo também se joga o mesmo, mas com outro nome — «Cardazola Bota-fora».

JOGO DO PIÃO ÀS NICAS (DOURO LITORAL)

MATERIAL — 1 pião para cada jogador.

PARTICIPANTES — Rapazes — 8 ou 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo é feita uma cruz.

DESENVOLVIMENTO — Todos os jogadores atiram os seus piões em direcção à cruz e pretendem que ele gire o mais perto possível dela. Aquele que o colocar mais longe terá de o substituir por outro — o «caranho» ou «carcaço» (1) — enquanto que os seus colegas retiram os seus piões. Então, todos procuram (atirando os seus piões) empurrá-lo para longe da cruz para outro lugar que tenham determinado (2), enquanto que o seu dono os contraria, jogando em sentido contrário.

O jogador que chegar com o «carcaço» ao lugar destinado, tem o direito de lhe dar bicadas.

NOTA: Nos Açores existia uma forma muito semelhante variando apenas no seguinte:

- em lugar de uma cruz, cuspiam no chão e era sobre a «cuspidela» que atiravam os piões.
- se algum não conseguia tocar com o seu pião no que estava «molhado» (o «caranho»), trocava com ele e este ficava livre.

Chama-se a esta forma de jogo a da «Aparada».

- (1) Os jogadores utilizam muitas vezes um pião velho que também se chama «piorra» ou «pião das nicas».
- (2) Também no Douro Litoral costumam assinalar este lugar por um círculo — o «Açougue», razão porque lhe chamam o «Jogo do Açougue».

JOGOS COM MOVIMENTAÇÃO

... Utilizando a BOLA

Jogo da Pelota (Trás-os-Montes)

MATERIAL — 1 bola (de trapos, normalmente).

PARTICIPANTES — Rapazes — 8 ou 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo são feitas tantas covas quantas os jogadores e com uma dimensão suficiente para que a bola caiba dentro delas. A uma certa distância traçam um risco de trás do qual devem fazer os lançamentos — a «raia».

DESENVOLVIMENTO — De trás da «raia» os jogadores atiram, alternadamente, a bola procurando que ela caia em qualquer das covas. O dono da cova dentro da qual a bola caiu, corre, apanha e procura bater com ela em qualquer dos companheiros (todos eles fogem logo que a bola entra na cova). Se algum fôr atingido põem-lhe uma pedra na cova; se não acertar em ninguém, é esse jogador que põe uma pedra na sua cova.

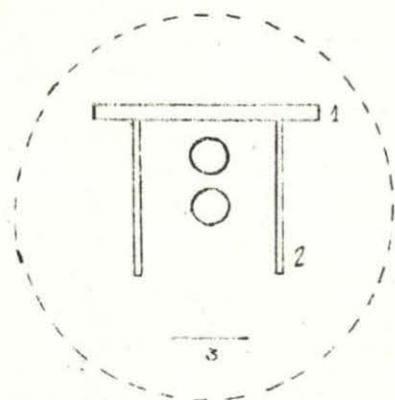
Ao primeiro jogador que primeiro tiver 5 pedras na sua cova vendem-lhe os olhos. Então procurará atingir uma vara que previamente fora espetada no solo. Entretanto, todos impedem a progressão quer fazendo-o rodopiar, quer puxando-lhe pelos braços ou vestuário, de modo a desnortheastá-lo. Logo que ele atinja a vara o jogo termina.

Jogo do Pél'a Cova (Alentejo)

MATERIAL — Uma bola.

PARTICIPANTES — Rapazes — 9 ou 10 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No solo são feitas tantas covas quantos os participantes; elas devem estar dispostas em coluna e de modo que haja um muro atrás. Estas covas estão ladeadas de um pequeno muro de terra ou areia. Em volta é marcada uma zona, relativamente grande, e com um formato circular. Assim:



- 1 — obstáculo (parede)
2 — muro de terra
3 — local de lançamento

DESENVOLVIMENTO — O primeiro jogador atira a bola para a sua casa e de modo que ele não caia nas casas dos companheiros (poderá utilizar a parede como tabela). Se, de facto, cair numa casa que não é a sua foge assim como todos os outros com excepção do dono da casa que recebeu a bola; ele corre a apanhá-lo

e atingir com ela qualquer dos fugitivos — mas dentro da zona circular. Se acertar em algum esse recebe uma pedra («filho») na sua cova; se não acertar é ele que fica com uma pedra na sua cova.

Ao fim de 3 ou 5 pedras sai do jogo.

Ganha aquele que tiver menor número de «filhos».

Jogo da Porca (Trás-os-Montes)

MATERIAL — 1 pau (feito de madeira de marmeleiro, castanheiro ou medronheiro) para cada jogador — que se denominam de «cajados», «chamas», «cacheiros».

1 bola que vulgarmente é conhecida pelo nome de «porca» e que dá o nome ao jogo, pode ter bastantes mais: «chicara», «chicara mona», «nicha», «boiada», «choca», «chona», «porca russa», «porquinha», «serramunda», «chincaramona». Portanto, este jogo pode ter todos estes nomes.

As bolas podem ser feitas de diferentes modos.

Em Trás-Os-Montes são de madeira; na Biera, de raiz de urze ou de giesta; no Alentejo, de cortiça; no Douro Litoral, de piões aos quais se extraíram o bico e a saliência oposta; na Beira Baixa é uma pinha («porca russa»).

PARTICIPANTES — Rapazes — 9 ou 10 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — No chão é feita uma cova — «curro», «nicho», «nicho grande», «celeiro», «fojo», «curral», «cocho» — na qual se coloca um dos jogadores — o «porqueiro». Em volta, e à distância de 3 ou 4 metros, cada um dos outros jogadores faz uma cova mais pequena — a «chôna», «nichas», «neichas» ou «neichas pequenas».

DESENVOLVIMENTO — O «porqueiro» atira a bola ao ar, gritando:

Lá vai,
Lá vai baleira,
quem na quer,
quem na cheira?

Então, os outros, com os seus varapaus, procuram levar a bola para longe, enquanto que o «porqueiro» se esforça por a meter no «curro», tendo o cuidado de ver se apanha alguma «chôna» vaga e se o conseguir (mas só depois de ter posto a bola no «curro») deixa o dono dela «porqueiro».

Na Beira há ligeiras alterações. Ao iniciar o jogo, cada jogador está dentro da sua «chôna» e tem a vara colocada no chão.

Para ver quem inicia o jogo — o «porqueiro» —, um dos jogadores pega em todos os paus e atira-os por detrás das costas, para o chão. Aquele a quem pertencer o pau que ficou por baixo de todos — «a mais fundeira» — é quem inicia o jogo e vai para a cova central.

A lengalenga utilizada é também diferente:

Serramunda vai ao ar,
Quem não lhe der, deixe-a estar.

Nesta variante, se algum jogador se sentir cansado, grita:

«O meu nicho está forrado!»

E então, ninguém o poderá ocupar.

Esta variante é conhecida pelo «Jogo da Chicara Mona», ou da «Chicara», ou da «Serramunda».



JOGOS DE LEVANTAR E TRANSPORTAR

Jogo dos Potinhos (Trás-Os-Montes)

PARTICIPANTES — Rapazes e raparigas — 7 ou 8 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — Um jogador é o «comprador»; o outro é o «vendedor»; os restantes são os «potes». Todos eles estão alinhados e cada um tem um suposto recheio: arroz, sopa, cozido à portuguesa, etc.. Estão de pernas flectidas e as mãos dadas por baixo.

DESENVOLVIMENTO — Então o «comprador» aproxima-se e começa o diálogo com o «vendedor»:

- Vende-me um dos potes?
- Sim.
- Que qualidades tem?
- Arroz, sopa, etc.

Então escolhe um e pergunta:

- Quanto custa?
- ... escudos.
- Vamos tocar-lhe a ver se soa bem.

Chegam junto do «pote» e tocam-lhe na cabeça; ele diz: «dlim, dlim...»

Seguidamente pegam no «pote» pelas «asas» (braços) e levam-no para casa do «vendedor».

Jogo da Argolinha, Papoilinha (Alentejo)

PARTICIPANTES — Rapazes — 8 ou 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — As crianças estão sentadas no chão, de pernas estendidas, uma delas fica de pé e é a que dirige o jogo.

DESENVOLVIMENTO — Com uma varinha na mão vai tocando em cada pé enquanto pronuncia:

Argolinha, papoilinha, o rapaz que jogo faz,
Faz o jogo do papão, do papão Manel João;
Diz a velha do cordão, que recolha o seu pezinho,
Que recolha o seu pezão!

O pé sobre o qual é pronunciada a última palavra, é recolhido e deixa de ser contado; assim se faz uma selecção até apurar um que perde a partida. Então começará a nova fase do jogo.

Todas as crianças se afastam, com excepção daquela e da que dirige o jogo. Este interroga aquela:

— Gostavas mais de ter um relógio de prata ou de ouro?

Este responde:

— De prata! (por exemplo)

A mesma pergunta é feita a uma das que estava afastada e, se a resposta é igual à da que perdeu a partida, esta tem de ir buscá-la e trazê-la sobre os outros «cavalitas» (1); se não responder igual, grita-lhe — «vem à pata!»

Fazem-se perguntas idênticas ao gosto de quem dirige o jogo, e, depois de todos terem regressado por qualquer um dos modos, o jogo recomeça ficando a dirigí-lo aquele que perdera na anterior.

(1) Também se diz «carrachucho», «carrachuca», e «às carrancholas».

JOGOS DE SALTOS

Jogo da Corda

Este jogo é um dos preferidos das raparigas pelo qual se começam a interessar a partir dos 6 ou 7 anos.

Há inúmeros modos de jogar, sendo difícil poder enunciá-los todos. É dos jogos em que mais facilmente a criança inventa e modifica as formas primitivas.

Tanto pode ser jogado individualmente, como aos pares, e ainda com a participação de várias crianças. Neste último caso, utilizam uma corda comprida que é segura por duas raparigas (uma em cada ponta); nos dois primeiros utilizam uma corda curta.

Individualmente:

- por meio de salto a pés juntos
- por meio de um saltitar com apoio alternado do pé esquerdo e direito.



Para estes dois modos de saltar, utilizam contar as vezes que não falham quer utilizando números, quer indicando os meses do ano:

- podem dar duplos ou triplos (a corda dá duas ou três voltas enquanto os pés só apoiam uma vez no solo)
- podem saltar com grande flexão de pernas
- fazer «Cruz de Malta» — cruzando os braços sobre o peito, estes abrem-se e tornam-se a cruzar.

Com apoio alternado do pé esquerdo e direito no solo, podem-se deslocar por todo o espaço que pretendam.

Aos pares:

Saltam, por meio de salto a pés juntos.

Com a participação de várias crianças, utilizam a corda comprida. Entrando alternadamente, dão um salto; depois de todas o terem feito dão 2 e a conta vai subindo. A que pisar a corda, perde e sai do jogo.

E há mais formas de saltar a corda porém são criações recentes da imaginação infantil — não os citaremos.

Jogo do Eixo

PARTICIPANTES — Rapazes — 9 ou 10 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — Um dos jogadores faz de «mula» — de pernas ligeiramente afastadas e com as mãos em apoio nos tornozelos, flexa o tronco e cabeça em frente. Este será o obstáculo para o salto. No solo é traçado um risco perto do qual está esse jogador. Em coluna e ligeiramente afastados deste, estão os outros rapazes.

DESENVOLVIMENTO — Fazendo uma corrida preparatório suficiente, vêm um a um, em direcção ao obstáculo, que transpõe por meio de um afastamento lateral das pernas (salto de eixo). Não podem pisar o risco que está antes, sob pena de saírem do jogo.

Acabada a primeira volta, a «mula» afasta-se do risco cerca da largura de uma mão e assim, sempre que todos tenham saltado outra vez.

Jogo do Eixo — Salta-la-Una; Salta-la-Mosca (Alentejo)

Também semelhante aos anteriores, aqui o que fazer o salto, em lugar de sair do jogo vai substituir a «mula». No entanto, antes terá de pagar com 1 «cavalhada» a cada jogador.

«Cavalhada» — esse jogador fará de cavalo a todos os outros, transportando-os desde o local onde se encontram até outro, determinado anteriormente.



Jogo do Eixo Corrido

Aqui, depois de saltarem ficam na mesma posição, mas ligeiramente afastados do anterior.

Depois de todos terem saltado, salta o que primeiro ficou «mula» ou «amochou». E assim sucessivamente.

O pé, sobre o qual é pronunciada a última palavra é encolhida e deixa de ser contado; e assim se faz uma selecção até apurar um que perde a partida. Então começará a nova fase do jogo.

Todas as crianças se afastam com excepção daquela e da que dirigir o jogo. Esta interroga, então aquela:

— Gostavas mais de ter um relógio de prata ou de ouro?

E esta responde:

— De prata! (por exemplo)

A mesma pergunta é feita a uma das que estava afastada e, se a resposta é igual à da que perdera a partida, esta tem de ir buscá-la e trazê-la sobre as costas — «cavalitas» (1); se não responder igual ela grita-lhe! — «vem à pata»!

Fazem-se perguntas idênticas ao gosto de quem dirige o jogo e, depois de todos terem regressado por qualquer um dos modos o jogo recomeça ficando a dirigi-lo aquele que perdera no anterior.

Nota: Jogo recolhido no Alentejo.

Jogo da Ronda que Ronda

PARTICIPANTES — Rapazes — 8 ou 9 anos.

DISPOSIÇÃO INICIAL — Uma das crianças (a que dirige o jogo) apontando para os outros vai dizendo:

Pai, paizinho;

Pataco, pataquinho.

Depois de todos ficarem livres à palavra «pataquinho» a última apurada fica de olhos vendados enquanto que os outros se vão esconder.

Depois de todos escondidos começa a perguntar à que está de olhos vendados, onde estão os outros. Se aquela adivinha, a escondida vem pelo seu pé; porém, se tal não acontece terá de a ir buscar e trazê-la «às cavalitas».

NOTA: Jogo recolhido no Minho.

(1) Também se diz «carrachucho», «à carrachuca» e «às carracholas».

JOGO DA PIPA

MATERIAL — Malhas (moedas, chapas, etc.) para cada jogador.

1 barril com buracos de tamanho superior às malhas).

PARTICIPANTES — Homens.

DISPOSIÇÃO INICIAL — O barril era colocado ligeiramente afastado dos jogadores.

DESENVOLVIMENTO — O objectivo deste jogo é introduzir as malhas pelos buracos abertos no barril. A vitória dependia da qualidade das malhas introduzidas (elas tinham um valor determinado que variava consoante o tipo de malhas usado) e cabia ao que primeiro totalizava certo número de pontos.

INTERVENÇÃO

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RECOMENDAÇÃO RELATIVA À PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DAS MASSAS POPULARES NA VIDA CULTURAL

Unesco

O Centro de Documentação sobre o Desenvolvimento Cultural da UNESCO incluiu no seu programa para 1978 um trabalho de inventário das pesquisas, selecção e tradução de materiais respeitantes às experiências em matéria de participação cultural nos países de língua de difusão restrita com o objectivo de publicação posterior.

No espírito da comunidade internacional o tema da participação cultural aparece como sendo cada vez mais importante. Se a cultura não se limita às obras de arte mas é ao mesmo tempo aquisição de conhecimentos, exigência de um modo de vida e necessidade de comunicação, parece evidente que a participação na vida cultural e o seu corolário, o desenvolvimento de actividades culturais próprias constituem uma orientação geral do nosso tempo. Como o demonstrou claramente a Recomendação referente à contribuição das massas populares para a via cultural adoptada pela conferência geral da UNESCO na sua décima nona sessão (Nairobi, 1976) o verdadeiro problema do acesso à cultura é o da participação. Neste sentido transcrevemos na íntegra esta Recomendação.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Nairobi de 26 de Outubro a 30 de Novembro de 1976, na sua 19ª reunião.

Recordando o artº 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em virtude do qual «todas as pessoas têm direito a tomar parte, livremente, na vida cultural da comunidade, a usufruir das artes e a participar no progresso científico e nos benefícios que dele resultam».

Recordando que a Constituição da UNESCO, no seu Preâmbulo, declara que, para a dignidade do homem, são indispensáveis «a ampla difusão da cultura e a educação da Humanidade para a Justiça, para a Liberdade e para a Paz».

Recordando as disposições da Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, na sua 14ª Reunião, em 4 de Novembro de 1966, em particular o seu artigo 1º, em que se afirma que «toda a cultura tem uma dignidade e um valor que devem ser respeitados e protegidos», e o artigo 4º, em virtude do qual um dos fins da cooperação cultural internacional é «possibilitar que todos os homens tenham acesso ao saber, desfrutem das artes e das letras de todos os povos, usufruam dos progressos alcançados pela ciência em todas as regiões do Mundo e dos benefícios que deles derivem, e possam contribuir, pela sua parte, para o enriquecimento da vida cultural», assim como as disposições da Acta Final da Conferência sobre a Segurança e Cooperação Europeias, no sentido de que os Estados participantes «desejosos de contribuir para o fortalecimento da paz e para o entendimento entre os povos, assim como para o enriquecimento espiritual da personalidade humana sem distinção de raça, sexo, língua ou religião» — fixam como um dos seus objectivos promover o acesso de todos às suas respectivas realizações culturais.

Considerando que o desenvolvimento cultural não só complementa e regula o desenvolvimento geral, mas é também um verdadeiro instrumento do progresso,

Considerando

a) que a cultura é parte integrante da vida social e que a tal respeito a política cultural deve considerar-se no contexto mais amplo da política geral dos Estados; e que a cultura é, pela sua própria natureza, um fenómeno social, o resultado da criação comum dos homens e da acção que exercem uns sobre os outros;

b) que a cultura se considera cada vez mais como um componente importante da vida humana e um dos principais factores do progresso; que uma condição essencial desse progresso é o contínuo crescimento das possibilidades espirituais da sociedade baseado no desenvolvimento integral e harmonioso de todos os seus membros e na plena manifestação das suas faculdades criadoras;

c) que a cultura deixou de ser unicamente uma acumulação de obras e conhecimentos que uma elite produz, compila e conserva com o fim de colocá-las ao alcance de todos; ou o que um povo enriquecido pelo seu dos; ou o que um povo enriquecido pelo seu património oferece a outros como modelo do que a história os haja privado; que a cultura não se limita ao acesso às obras de arte e às humanidades, mas é simultaneamente a aquisição de conhecimentos, exigência de um modo de vida e necessidade de comunicação;

Considerando que a participação do maior número possível de pessoas e associações nas actividades culturais mais diversificadas e livremente escolhidas é indispensável para o desenvolvimento dos valores humanos essenciais e da dignidade individual; que o acesso de amplos estratos da população aos bens culturais só pode assegurar-se se forem criadas condições económicas que permitam aos interessados, não só disfrutar desses bens, como também participar activamente em todas as manifestações da vida cultural e no processo de desenvolvimento cultural;

Considerando que o acesso à cultura e a participação na vida cultural são dois aspectos complementares de uma mesma realidade, evidenciada pela reciprocidade dos seus efeitos, e que o acesso pode favorecer a participação e alargar o acesso à cultura e dar-lhe o seu verdadeiro sentido e que, sem participação, o mero acesso à cultura está necessariamente muito abaixo dos objectivos do desenvolvimento cultural,

Observando que a acção cultural, por vezes, só afecta uma parte mínima da população e que apesar das organizações existentes e dos meios utilizados nem sempre corresponde às necessidades de quem se encontra numa posição extremamente vulnerável devido a uma educação insuficiente, baixo nível de vida, meio ambiente mediocre e, em geral, dependência económica e social,

Observando que, por vezes, existe uma disparidade considerável entre a realidade e os ideais proclamados, as intenções declaradas, os programas e os resultados anunciados,

Considerando que embora seja essencial e urgente definir os objectivos, conteúdo e os meios de uma política de participação das massas populares na vida cultural, as soluções previstas não podem ser idênticas em todos os países, devido às disparidades existentes entre as situações socioeconómicas e políticas dos diferentes Estados,

Reafirmando os princípios de respeito pela soberania dos Estados e não ingerência nos assuntos internos dos outros países, da igualdade de direitos e do direito dos povos à sua livre determinação,

Consciente da responsabilidade que incumbe aos Estados Membros de incrementar políticas culturais que permitam alcançar os objectivos enunciados na Carta das Nações Unidas, Constituição da UNESCO, Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais e a Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional

Tendo em conta que a eliminação das desigualdades económicas e sociais, que impedem a amplas camadas da população o acesso aos conhecimentos científicos que são o fundamento da ciência e da tecnologia, e ter consciência das suas próprias necessidades culturais, é condição para ampliar o acesso à vida cultural e a participação nela; que a tais obstáculos vêm juntar-se a resistência à mudança e a existência de toda a espécie de barreiras, quer sejam de natureza política ou comercial ou adoptem as formas de uma reacção por parte de comunidades fechadas.

Considerando que o problema do acesso e da participação pode resolver-se mediante movimentos colectivos abrangendo muitos sectores e aspectos da vida; que tais movimentos devem ser diversificados para se ajustarem às particularidades de cada comunidade, o que conduz a verdadeiros projectos de sociedade que exigem opções políticas fundamentais,

Considerando que o acesso à cultura e participação na vida cultural são elementos essenciais de uma política global relacionada com a condição das massas trabalhadoras, regime de trabalho, tempos livres, vida familiar, educação e formação, urbanismo e meio ambiente.

Conscientes do papel importante que podem desempenhar na vida social e cultural os jovens, cuja vocação é contribuir para a evolução e progresso da sociedade; os pais, sobretudo pela influência decisiva que exercem na formação cultural das crianças e no despertar das suas capacidades criadoras; as pessoas mais idosas, disponíveis para uma nova função social e cultural; os trabalhadores, pela sua contribuição activa nas transformações sociais; os artistas, como criadores e portadores de valores culturais; o pessoal de acção cultural, cuja missão é fazer participar eficazmente na vida cultural todas as camadas da população e detectar e expressar as suas aspirações, baseando-se para tal no labor dos animadores espontâneos,

Considerando que o acesso e a participação, que devem dar a todos e a cada um a possibilidade não somente de receber mas também de expressar-se em todos os campos da vida social, implicam a máxima liberdade e tolerância na formação, criação e difusão culturais,

Considerando que a participação na vida cultural pressupõe a afirmação da personalidade, sua dignidade e valor, bem como o exercício das liberdades e direitos fundamentais do homem, proclamados na Carta das Nações Unidas e nos instrumentos jurídicos internacionais sobre direitos humanos; que o desenvolvimento cultural do indivíduo se encontra impedido pela política de agressão, pelo neocolonialismo, fascismo e racismo em todas as suas formas e manifestações, e por outras causas,

Considerando que a participação na vida cultural se traduz numa afirmação de identidade, de autenticidade e de dignidade, que a identidade se encontra ameaçada na sua integridade por múltiplas causas de erosão, que se devem particularmente à difusão de modelos inadaptados ou de técnicas insuficientemente dominadas,

Considerando que a afirmação da identidade cultural não pode produzir ao isolamento dos grupos, mas, pelo contrário, deve ser acompanhada por amplos e frequentes contactos entre eles; e que tal comunicação constitui uma exigência fundamental, sem a qual não podem alcançar-se os objectivos da presente recomendação,

Tendo em conta o papel fundamental que desempenham o ensino básico, a educação cultural e a formação artística, assim como a utilização dos tempos de trabalho e dos tempos livres com vista ao pleno desenvolvimento cultural, dentro de uma perspectiva de educação permanente,

Considerando que os meios de comunicação de massas podem desempenhar o papel de instrumentos de enriquecimento cultural, tanto criando possibilidades sem precedentes no desenvolvimento cultural, contribuindo para a liberalização do potencial cultural das pessoas, para a perseverança, e para a popularização das formas tradicionais da cultura e para a criação e difusão de novas formas, como transformando-se em meios de comunicação de grupo e facilitando a intervenção directa das populações,

Considerando que o último objectivo do acesso e da participação é elevar o nível espiritual e cultural de toda a sociedade, com base nos valores humanísticos, e dar à cultura um conteúdo democrático humanitário, o que por sua vez pressupõe adoptar medidas para combater a influência perniciosa da «cultura comercial das massas», que ameaça as culturas nacionais e o desenvolvimento cultural da humanidade, conduz ao envilecimento da personalidade e sobretudo influencia de maneira nefasta a juventude,

Tendo examinado as propostas relativas à participação e contribuição das massas populares na vida cultural, assunto que constitui o ponto 28 da Ordem do Dia da reunião,

Tendo decidido, na sua 18ª reunião, que este assunto seria objecto de uma regulamentação internacional, mediante uma recomendação dirigida aos Estados Membros,

Aprova, no dia de hoje, 26 de Novembro de 1976, a presente recomendação:

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que apliquem as disposições que a seguir se indicam, adoptando medidas legislativas ou de qualquer outro carácter, que se tornem necessárias, conforme a particularidade das questões de que se trate e das disposições constitucionais de cada Estado, para tornar efectivo nos seus respectivos territórios os princípios e as normas formuladas na presente Recomendação.

A Conferência recomenda aos Estados Membros que levem a presente Recomendação ao conhecimento das autoridades, instituições e organizações que possam contribuir para a garantia da participação e contribuição das massas populares na vida cultural.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que lhe apresentem, nas datas e da forma que ela determinar, informações sobre a aplicação que tenham dado à presente Recomendação.

1 — DEFINIÇÕES E CAMPO DE APLICAÇÃO

1. A presente Recomendação concerne ao conjunto de esforços que seria conveniente que os Estados Membros ou as autoridades empreendessem para democratizar os meios e os instrumentos de acção cultural, afim de que todos os indivíduos possam participar plena e livremente na criação da cultura e nos seus benefícios, de acordo com as exigências do progresso social.
2. Para os efeitos da presente recomendação:
 - a)-entende-se por **acesso à cultura** a possibilidade efectiva para todos, principalmente por meio da criação de condições socioeconómicas, de informar-se, formar-se, conhecer, compreender livremente e disfrutar dos valores e bens culturais;
 - b)-entende-se por **participação na vida cultural** a possibilidade efectiva e garantida para todo o grupo, de o indivíduo expressar-se, comunicar, actuar e criar livremente, com o objectivo de assegurar o seu próprio desenvolvimento, uma vida harmoniosa e o progresso cultural da sociedade;
 - c)-entende-se por **comunicação** as relações entre grupos ou indivíduos de trocarem livremente ou compartilharem nas informações, ideias e conhecimentos, numa afluência de diálogo e acção concertada, de compreensão e solidariedade, com o respeito pela sua originalidade e suas diferenças, afim de fortalecer a compreensão mútua e a Paz.
3. Para os efeitos da presente recomendação:
 - a)-o conceito de **cultura** alarga-se a todas as formas de criatividade e de expressão dos grupos ou indivíduos, quer seja no seu modo de vida ou nas suas actividades artísticas;
 - b)-o **livre acesso democrático das massas populares à cultura** considera a existência de políticas económicas e sociais apropriadas;
 - c)-a **participação na vida cultural** pressupõe a associação dos diferentes sectores sociais, tanto na tomada de decisão como na execução e apreciação das actividades;
 - d)-a livre participação na vida cultural está ligada a:
 - i) uma **política de desenvolvimento** destinada a assegurar o crescimento económico e a justiça social;
 - ii) uma **política de educação permanente** adaptada às necessidades e aspirações do conjunto da população, que revele a cada um as suas possibilidades intelectuais e a sua sensibilidade, assegure a sua educação cultural e a sua formação artística, melhore a sua capacidade de expressão e estimule os seus dotes criadores, a fim de poder dominar melhor as transformações sociais e participar mais amplamente na vida da comunidade;
 - iii) uma **política científica e tecnológica** que se inspire na determinação de proteger a identidade cultural dos povos;
 - iv) uma **política de progresso social** que trate mais especificamente de reduzir, com vista à sua eliminação, as desigualdades que afectam certos grupos e pessoas, principalmente os mais desfavorecidos, nas suas condições de vida, nas suas possibilidades e na realização das suas aspirações;
 - v) uma **política ambiental** destinada a criar, por meio da ordenação do espaço e da protecção da natureza, um meio de vida propício

à plena expansão dos indivíduos e das comunidades;

- vi) uma política de comunicação encaminhada no sentido de fortalecer a livre troca de informações, de ideias e de conhecimentos, a fim de favorecer a compreensão mútua e promovendo, para tais efeitos, o emprego e a extensão, com fins culturais, dos meios de comunicação tanto modernos como tradicionais;
- vii) uma política de cooperação internacional baseada nos princípios da igualdade de culturas, o respeito, a compreensão e a confiança mútuos, e o fortalecimento da paz.

II — MEDIDAS LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES

4. Recomenda-se aos Estados Membros, se não o tiverem feito já, com arranjos nos procedimentos constitucionais nacionais, que adoptem as disposições de ordem legislativa ou regulamentar e modifiquem as práticas vigentes, com os fins seguintes:

- a)-garantirem como direitos humanos, os direitos ao acesso à vida cultural e a participação nela, no espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, do Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, e de acordo com os ideais e objectivos definidos na Carta das Nações Unidas e a Constituição da UNESCO;
- b)-garantir efectivamente o livre acesso às culturas nacionais e mundiais a todos os membros da sociedade, sem distinção nem discriminação fundamentadas na raça, cor, sexo, língua, religião, convicções políticas, origem nacional ou social, situação económica ou qualquer outra consideração, e fomentar assim a livre participação de todas as camadas da população no processo de criação de valores culturais;
- c)-prestar especial atenção ao acesso, em pleno direito, das mulheres à cultura e sua participação efectiva na vida cultural;
- d)-promover o desenvolvimento e a difusão das culturas nacionais assim como o desenvolvimento da cooperação internacional, afim de dar a conhecer melhor as realizações culturais dos outros povos e de fortalecer a amizade e a compreensão mútua;
- e)-criar as condições apropriadas para que as populações possam desempenhar uma função cada vez mais activa na edificação do futuro de suas respectivas sociedades, assumir responsabilidades e obrigações e exercer direitos neste processo;
- f)-garantir a igualdade das culturas na sua diversidade, incluindo as culturas das minorias nacionais e das minorias estrangeiras, se as houver, como parte do património comum da humanidade, assim como a sua promoção a todos os níveis sem discriminação, garantir às minorias nacionais e às minorias estrangeiras o acesso e a participação efectiva na vida cultural dos países onde se encontram afim de enriquecê-la com a sua contribuição específica, respeitando o seu direito à salvaguarda da sua identidade cultural;
- g)-proteger, salvaguardar e reabilitar todas as formas de expressão cultural, tais como as línguas nacionais ou regionais, os dialetos, as artes e tradições populares, passadas e presentes, assim como as culturas rurais e de trabalho e as de outros grupos sociais;
- h)-garantir a integração dos deficientes físicos ou mentais na vida cultural e proporcionar-lhes possibilidades de contribuir para ela;
- i)-garantir a igualdade de possibilidades de acesso à educação;
- j)-garantir a liberdade de expressão e de comunicação;
- k)-facilitar as condições favoráveis à criação e assegurar a liberdade dos artistas criadores, assim como a protecção das suas obras e dos seus direitos;
- l)-melhorar a condição profissional das várias categorias do pessoal necessário para a aplicação da política de acção cultural;
- m)-garantir um lugar apropriado para a educação cultural e para a formação artística, dos programas de ensino e de formação, assim como o usufruto do património artístico por parte das massas não escolarizadas;
- n)-desenvolver as oportunidades para a criação intelectual, manual ou mímica, e estimular a formação, a experiência e a expressão artísticas, com o fim de assegurar a integração da arte e da vida;
- o)-dotar os meios de comunicação das massas com estatutos que garantam a sua autonomia, cuidando para que se torne efectiva a participação dos criadores e do público. Tais medidas não devem ameaçar a autenticidade das culturas nem deteriorar a sua qualidade; não deverão tão-pouco constituir instrumento de domínio cultural mas sim favorecer a compreensão mútua e a paz;
- p)-reconciliar o direito de proteger e intensificar tudo o que se relacionar com a herança cultural, tradições e passado, com as necessidades de levar em conta os esforços do presente e as modernas perspectivas para encontrar expressão;
- q)-i) proteger e revalorizar a herança do passado, em particular os monumentos antigos e as tradições que possam contribuir para o indispensável equilíbrio das sociedades submetidas a uma industrialização e a uma urbanização aceleradas;

- ii) contribuir para que o público tome consciência da importância do urbanismo e da arquitectura, não só porque que constituem formas de expressão cultural e social, mas sobretudo porque determinam o nível de vida;
- iii) fazer-participar as populações na conservação e ordenação do meio natural, tanto no plano nacional como ao nível da cooperação internacional, já que a qualidade do meio natural se torna indispensável para o pleno desenvolvimento da pessoa humana;
- r)-criar condições pelas quais o trabalho e o repouso proporcionem, cada um à sua maneira, ocasiões de criação cultural a todos os indivíduos, e estabelecer os regimes de trabalho e descanso, assim como os regimes do funcionamento das instituições culturais, de forma a que a maioria tenha acesso à vida cultural e possa participar nela;
- s)-rejeitar conceitos que, sob o pretexto de acção cultural, se baseiem na violência e na agressão, a dominação e o desprezo, os preconceitos raciais e as ideias ou práticas degradantes;
- t)-reforçar a acção a favor da paz e da compreensão internacional, de acordo com a Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional, e fomentar a difusão das ideias e valores culturais, que possam favorecer o fortalecimento da paz, a segurança e a cooperação.

III — MEDIDAS TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS, ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

5. Recomenda-se aos Estados Membros que, se ainda o não fizeram, facilitem os meios técnicos, administrativos e financeiros necessários para que as políticas de acção cultural passem do nível marginal, em que apesar de tudo possam estar situadas, para um nível de eficácia operacional, com a finalidade de alcançar os objectivos da educação permanente e do desenvolvimento cultural, e ainda com vista a assegurar plenamente o acesso das massas populares à cultura e sua participação na vida cultural.

Com tal finalidade, os Estados Membros deveriam adoptar, em particular, as seguintes medidas:

A. MEIOS DE ACÇÃO CULTURAL

Descentralização dos suportes, das actividades e das decisões

6. Os Estados Membros ou as autoridades competentes deverão:
- a)-favorecer a descentralização das actividades e incentivar o desenvolvimento dos centros locais, dedicando especial atenção às zonas pouco povoadas e menos favorecidas;
 - b)-encorajar, desenvolver e fortalecer a rede de instituições de carácter cultural e artístico, não só nas grandes cidades, como também nas cidades médias, nas povoações e nos bairros;
 - c)-favorecer a criação de instalações que respondam o melhor possível às necessidades dos utentes, assim como a integração de instalações culturais nas de carácter educativo e social, que deverão ter certa mobilidade, com o fim de pôr à disposição da maioria um conjunto de meios de sensibilização e de desenvolvimento cultural;
 - d)-facilitar a utilização, com fins culturais, de todos os lugares públicos propícios à comunicação entre os grupos e indivíduos;
 - e)-fomentar o intercâmbio interregional e intercomunitário;
 - f)-estimular a iniciativa regional ou local, facilitando meios de acção aos escalões apropriados e repartindo o poder de decisão com os representantes dos diferentes co-participantes no debate cultural; e desenvolver, para tal efeito, centros secundários de decisão administrativa;
 - g)-elaborar os métodos para promover a criação artística e a actividade cultural por parte das massas populares, apoiando-se nas organizações criadas pela população, tanto nas zonas residenciais como nos lugares de trabalho;
 - h)-adoptar medidas especiais apropriadas a certos grupos desfavorecidos e aos meios populacionais em que a vida cultural esteja pouco desenvolvida. Deverá prestar-se especial atenção, por exemplo, às crianças, pessoas deficientes, às pessoas hospitalizadas ou aprisionadas, e às que vivem em áreas isoladas, assim como em bairros miseráveis. Sempre que for possível, as decisões e iniciativas deverão pertencer ao grupo que participe nas actividades.

Concertação

Os Estados Membros ou as autoridades competentes deverão favorecer a coordenação e a cooperação, tanto no que se refere às próprias actividades como à adopção de decisões:

- a)-dedicando atenção especial às actividades criadoras, culturais e artísticas não institucionais e não profissionais, e prestando todo o apoio possível às actividades amadoras em toda a sua diversidade;
- b)-criando estruturas consultivas nos planos local, regional e nacional, integradas por representantes de grupos e movimentos profissionais e sociais interessados, que participarão determinando os objectivos, vias e meios da acção cultural;

Sindicatos e outras organizações de trabalhadores

Os Estados Membros e as autoridades competentes deverão tomar todas as

medidas adequadas para facilitar às organizações socioculturais populares, aos sindicatos e outras organizações de trabalhadores, assalariados e não assalariados, artesãos, etc., o livre exercício de suas políticas e projectos culturais, e ajudá-los a disfrutar de todas as riquezas dos valores culturais e a participar activamente na vida cultural da sociedade.

Animação

Os Estados Membros ou as autoridades competentes deverão:

- a) contribuir para a formação do pessoal de acção cultural, em particular de animadores que sirvam para difundir a informação, a comunicação e a expressão, pondo os homens em contacto entre si e organizando a ligação entre o público, as obras de arte, os artistas e as instituições culturais;
- b) proporcionar a esse pessoal os meios de intervenção que lhes permitam por um lado prestar apoio aos animadores espontâneos locais, e por outro estimular as iniciativas e a participação, pondo em prática os processos de aprendizagem necessários para tal acção;
- c) fomentar a utilização de instrumentos e de aparelhos de comunicação e de expressão, que tenham valor pedagógico e potencial criador, proporcionando tais meios aos centros de animação e às instituições culturais tais como bibliotecas públicas, museus, etc..

Criação artística

Os Estados Membros e as autoridades competentes deverão:

- a) criar as condições sociais, económicas e financeiras que proporcionem aos artistas, escritores e compositores musicais, a base necessária para o seu trabalho livre e criador;
- b) definir, para tal fim, em complemento das medidas jurídicas relacionadas com a protecção das obras e dos direitos de autor,
 - i) medidas de acção aplicáveis a todos os artistas profissionais e medidas fiscais a favor não somente dos meios colectivos de criação (teatro, cinema, etc.), como também dos criadores individuais
 - ii) uma política de concessão de bolsas de estudo, prémios, comissões do Estado e contratação de artistas especializados em matéria de construção e decoração de edifícios públicos;
 - iii) uma política de difusão cultural (exposições, espectáculos, interpretação de obras musicais, etc.);
 - iv) uma política de investigação que ofereça aos artistas individuais, grupos e instituições a possibilidade de realizar, ao nível de oficinas polyvalentes e outras, ensaios, experiências e investigações, sem estarem obrigados a obterem êxito, e com o fim de favorecer a renovação artística;
- c) prover o estabelecimento de fundos de auxílio à criação artística;
- d) encorajar a vocação e os talentos jovens, sem qualquer discriminação, e fortalecer as instituições especializadas em matéria de formação profissional em todos os campos artísticos;
- e) promover e facilitar a publicação de reproduções, de alta qualidade, de obras de arte, a publicação e tradução de obras literárias e a edição e execução de composições musicais;
- f) procurar que os artistas participem, em todos os níveis, na concepção e aplicação da acção cultural;
- g) assegurar a multiplicidade de órgãos para apreciar as obras de arte e a sua renovação, bem como a multiplicidade de fontes de financiamento, a fim de proteger a liberdade de criação;
- h) prestar ajuda financeira, técnica e administrativa a grupos de artistas amadores e apoiar a cooperação entre os criadores não profissionais e os artistas profissionais.

Indústrias culturais

Os Estados Membros ou as autoridades competentes devem velar para que o critério do benefício não exerça uma influência decisiva sobre as actividades culturais, estabelecendo, nas políticas culturais, mecanismos de negociação com as indústrias culturais privadas, assim como possibilidade de iniciativas complementares ou alternativas.

Difusão

Os Estados Membros ou as autoridades competentes devem:

- a) adoptar uma política de subvenções e de preços em matéria de bens e serviços culturais, e criar as condições que permitam assegurar a sua difusão e o acesso à mesma das camadas mais amplas da população, em particular nos sectores culturais negligenciados pelas organizações comerciais;
- b) zelar pelo desenvolvimento das actividades das associações culturais, nos planos nacional, regional e local, mediante uma política adequada de subvenções e contratos;
- c) dar relevo a uma difusão que favoreça uma atitude activa do povo em vez do consumo passivo de produtos culturais.

Investigação

Os Estados Membros ou as autoridades competentes devem favorecer os trabalhos de investigação em matéria de desenvolvimento cultural, que tenham sobretudo como objectivo a avaliação das actividades empreendidas, facilitar novas experiências e estudar os seus efeitos sobre o grande público, a fim de adaptarem eventualmente novas medidas no campo da política cultural.

B. POLÍTICAS RELACIONADAS COM A ACÇÃO CULTURAL

Comunicação

Os Estados Membros ou as autoridades competentes deverão:

- a) favorecer todas as oportunidades de comunicação tais como reuniões, debates, audições públicas, actividades colectivas, festivais, com a finalidade de diálogo e de intercâmbio contínuo de ideias entre os indivíduos, o público, os criadores, os animadores e os produtores;
- b) desenvolver esses meios de reunião e de intercâmbio com consequências culturais, que são as actividades desportivas, a descoberta da natureza, a sensibilização artística e estética, a actualidade social e o turismo;
- c) incentivar os mediadores sociais habituais a promover, da forma mais ampla, a informação e a livre expressão cultural dos membros das suas comunidades, instituições, organismos, sindicatos ou agrupamentos, tendo em vista sensibilizá-los e familiarizá-los com a prática cultural;
- d) proporcionar informações que suscitem retracções e iniciativas;
- e) facilitar o acesso à palavra escrita mediante a mobilidade e elasticidade da sua difusão, e desenvolver actividades de animação, para tal efeito, em locais como bibliotecas ou salas de leitura;
- f) fomentar o mais amplo emprego possível dos meios de informação audiovisuais, para colocar ao alcance de amplos sectores da população o melhor relacionado com o passado e com o presente, incluídas, quando aconselháveis, as tradições orais que aqueles meios possam, pela sua parte, contribuir para a sua escolha;
- g) fomentar a participação activa do público, permitindo-lhe intervir na escolha e realização dos programas, favorecendo a criação de uma corrente permanente de ideias com os artistas e os produtores, assim como estimulando a criação de centros de produção locais e comunitários para uso desse público;
- h) encorajar os organismos de comunicação a aumentar e diversificar os programas, com o fim de facilitar a mais ampla escolha possível, tendo em conta a extrema diversidade do público, a fortalecer a qualidade cultural das emissões destinadas ao público em geral, a escolher linguagens faladas e visuais acessíveis para todos; a dar preferência aos

objectivos de informação e educação, sobre os fins de propaganda e publicidade, a prestar especial atenção à protecção das culturas nacionais contra a possível influência perniciosa de alguns tipos de produção em massa;

- i) promover estudos e investigações comparadas sobre as influências recíprocas entre o artista, os meios de informação e a sociedade, e sobre a relação entre a produção e a recepção dos programas culturais;
- j) proporcionar, dentro do espírito de educação permanente, a compreensão da linguagem audiovisual, assim como a selecção crítica dos meios e dos programas de comunicação de massas desde a mais tenra idade;
- k) em geral, organizar o ensino e a aprendizagem adaptados às características próprias dos diversos públicos, para que estes possam receber, seleccionar e dominar a massa de informações que circula nas sociedades modernas.

Educação

Os Estados Membros ou as autoridades competentes deverão:

- a) relacionar sistematicamente o projecto cultural com o projecto educativo, na perspectiva da educação permanente, e que englobe a família, a escola, a vida comunitária, a formação profissional, a formação permanente e a acção cultural;
- b) assegurar o acesso das massas populares ao saber, tendo em conta a necessidade de criar as condições sociais e económicas que garantam a sua participação na vida da comunidade e transformar, quanto possível, os sistemas, o conteúdo e os métodos de ensino;
- c) desenvolver sistematicamente os programas de educação cultural e de formação artística em todos os níveis, solicitando, para tal, a contribuição dos encarregados da acção cultural e dos artistas.

Juventude

Os Estados Membros ou as autoridades competentes deverão proporcionar aos jovens uma ampla gama de actividades culturais que respondam às suas necessidades e aspirações; incentivá-los a adquirir o sentido de responsabilidade social; despertar o seu interesse pelo património cultural e nacional e mundial, e pela cooperação cultural num espírito de amizade, de compreensão internacional e de paz, e favorecer os ideais de humanismo, assim como o respeito pelos princípios educativos e morais mais geralmente reconhecidos.

Meio ambiente

Os Estados Membros ou as autoridades competentes deverão:

- a) criar mecanismos de coordenação que permitam aos habitantes, ou aos seus representantes, intervir estreitamente na concepção e realização dos planos de urbanismo e na ordenação do nível de vida, assim como a salvaguarda dos bairros, cidades e lugares históricos, e a sua integração num meio moderno;
- b) ter em conta os instrumentos internacionais adoptados nestas matérias pelas organizações inter-governamentais.

IV - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Os Estados Membros ou as autoridades competentes deverão:

- a) reforçar a cooperação cultural bilateral e multilateral, regional e internacional, respeitando os princípios geralmente reconhecidos do direito internacional, os ideais e objectivos das Nações Unidas, a independência e a soberania dos Estados, o interesse mútuo e a igualdade das culturas;
- b) inculcar nas massas o respeito pelos outros povos, o repúdio de actos de violência internacional, assim como a política de força de domínio e de agressão;

c) fomentar a difusão de ideias e valores culturais, com vista a uma melhor compreensão entre os homens;

d) desenvolver e diversificar os intercâmbios culturais, para permitir uma apreciação cada vez mais intensa dos valores de cada cultura e sobretudo **chamar a atenção para as dos países em desenvolvimento, como uma expressão de respeito pela sua identidade cultural;**

e) contribuir activamente para a realização de actividades culturais, para a produção e difusão de obras comuns, desenvolver as relações e o intercâmbio directo entre instituições e pessoas que tenham uma actividade cultural, assim como as investigações em matéria de desenvolvimento cultural;

f) encorajar as organizações não governamentais, as organizações socioculturais populares, os círculos sindicais e socioprofissionais, as associações de mulheres e de jovens, as cooperativas e outras organizações (por exemplo, as associações de artistas) a participar nos intercâmbios culturais internacionais e no seu desenvolvimento;

g) ter em conta, nos intercâmbios de pessoas, o mútuo enriquecimento que resulta da cooperação entre os especialistas dos diferentes países;

h) considerar que a iniciação e a informação culturais se tornam mais necessárias quando se referem a civilizações e a culturas de outras nações, a fim de abrir as mentalidades para o reconhecimento do pluralismo cultural e da igualdade das culturas;

i) assegurar-se que as mensagens seleccionadas se situam ou coltam a inserir-se num nível universal, com o objectivo de que as ocasiões de acesso à cultura tenham sentido ao nível da comunidade dos povos;

j) ter em conta a importante contribuição que podem proporcionar a imprensa, o livro, os meios audiovisuais, e em particular a televisão, para a compreensão mútua das nações e conhecimento das realizações culturais de outros países; fomentar o emprego dos meios de comunicação, incluindo os satélites e telecomunicação, para promover os ideais de paz, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a amizade entre os homens e a compreensão e a cooperação internacionais, criando assim as condições necessárias que permitam às culturas nacionais oporem-se às ideias de inimizade entre os povos, de guerra, violência e racismo, dadas as suas consequências negativas e a sua influência corruptora sobre a juventude;

k) conceder as facilidades financeiras adequadas para as actividades que tenham por objecto promover os intercâmbios e a cooperação cultural no plano internacional.

V - ESTADOS DE CARÁCTER FEDERAL

Ao aplicar a presente recomendação, os Estados Membros com constituição federal ou confederada, não serão obrigados a aplicar as disposições da mesma, quando estas dependam constitucionalmente da competência dos Estados, das províncias ou dos cantões. Nesse caso, a única obrigação do governo federal ou confederal, de que se trate, será informar os Estados, províncias ou cantões e recomendar-lhes a sua adopção.

EM FÉ DO QUAL, devidamente autorizados, assinam a presente Recomendação.

O Presidente da Conferência Geral

TAAITTA TOWEETT

O Director Geral

AMADOU-MAHTAR M'BOW

A MÚSICA E A CRIANÇA

JOÃO SARMENTO

Na actualidade, a música adquire especial importância na educação da criança.

O gosto pela música é natural nas crianças. Elas gostam de cantar, ouvir música, tal como gostam de ouvir o som da água que cai das fontes e o canto dos pássaros. A música é, com efeito, uma linguagem universal, a transmissão de uma vivência, a forma de comunicação entre o criador e o receptor, uma via de libertação individual e colectiva.

Mas a questão que se nos coloca neste momento é se, porventura, as crianças são ou não capazes de uma actividade musical criadora.

Antes de analisarmos a questão, convém tocar os aspectos de ordem musical que poderão servir de pressupostos a uma possível resposta.

Com efeito, a música interfere na vida afectiva, psíquica, social e física da criança, exteriorizando sentimentos, definindo a personalidade, aliviando o cansaço físico, suavizando a fadiga. Por outro lado, como ciência (porque tem leis próprias que regem a produção e duração dos sons, por exemplo), é também factor de cultura, porque auxilia a compreensão das outras artes e ciências.

A música reúne em si três elementos — ritmo, melodia e harmonia —, os quais estão em estreita ligação com os elementos do ser humano — vida sensorial, afectiva e mental.

Cercado de sons e ruídos produzidos pela própria natureza, pode dizer-se que esta dá a música que se insinua na vida do homem, ainda que às vezes a ignore,

procure ignorá-la ou dela se não aperceba. Convém também não esquecer o desenvolvimento tecnológico que, na vida actual, dá à música moderna valioso contributo de ritmo, auxiliando os músicos modernos nas suas inspirações e composições.

A educação musical tem, ao nível da criança, por principal objectivo, desenvolver a personalidade humana, isto é, desenvolver todas as faculdades humanas que a criança tem em potência e fornecer bases para esse desenvolvimento, no sentido rítmico, de sensibilidade auditiva e afectiva, bem como despoletar as potencialidades criadoras.

Para tal, é necessário conhecer as relações que existem entre os elementos fundamentais da música e os elementos da natureza humana (ritmo-vida fisiológica, melodia-vida afectiva: harmonia-vida mental), ter conhecimento das fases de crescimento da criança, das suas naturais tendências e interesses, no respeito pleno da liberdade da criança.

O instinto rítmico e a sensorialidade auditiva e afectiva vêm-se desenvolvendo desde os primeiros tempos de vida da criança no seu contacto com as pessoas, os objectos e o meio envolvente. A sua evolução física, psicológica e social virá despertar ainda mais esses instintos e fazer consciencializar a realidade musical inerente à vida.

Mas voltamos à questão colocada inicialmente.

Certamente já todos esquecemos o tempo de infância em que espontaneamente imaginámos lenga-lengas,





inventámos ritmos, fazíamos melodias, tudo pelo simples prazer do jogo.

E isto é, na verdade, uma necessidade: a criança canta sem cessar melodias inéditas para acompanhar o seu pensamento e acção.

Se a criança encontra no meio familiar um clima favorável, estas actividades vão, por vezes, muito longe e conduzem, nos dias felizes, à criação intuitiva e espontânea de uma verdadeira obra, bem estruturada, que, analisada, revela uma singular riqueza e simplicidade.

No meio escolar há que assentar definitivamente que iniciar em música é transmitir vontade de cantar, de escutar e de criar livremente. Há que levar a criança a criar obras à sua medida, porque é pela criação musical que se vive a música, sendo isto necessário para a entender e compreender a dos outros.

Por outro lado, há que criar as condições para que a criança tenha uma atitude activa na audição de obras.

Só este trabalho precedente prepara a criança para, no ciclo seguinte do ensino, avançar numa atitude reflectida e organizada da aprendizagem das técnicas musicais, desde a escrita e leitura, até à prática coral e instrumental.

Neste capítulo, poderemos propor diversas experiências de improvisação e invenção musical: invenção de textos para uma música pré-existente, improvisação de uma música para acompanhar um poema, improvisação simultânea de poema e música, invenção de gestos e movimentos para interpretar uma música, invenção de ritmos de acompanhamento com instrumentos de percussão, invenção de «orquestrações» para prática instrumental, improvisação sobre música coral, invenção e fabrico de instrumentos musicais elementares, etc.

Todas estas experiências assentam em directrizes básicas, que estão, de certa forma, contidas no actual programa do ensino primário:

- primazia da experiência vivida e contacto com o meio ambiente sonoro;
- importância fundamental do ritmo, que se adquire pela expressão corporal sistemática e depois pela prática dos instrumentos de percussão;
- desenvolvimento da improvisação musical a partir da invenção de melodias simples bastante ritmadas;
- respeito pelas tendências melódicas das crianças.

Todos estes princípios conduzem a criança à experiência criadora, pois que se baseiam na sua espontaneidade e na vontade de viver a música como arte viva que é.

Finalmente, defendemos a interdisciplinaridade como forma de realização plena deste projecto de trabalho, pois, só assim, se acordará na criança o interesse e percepção do mundo em redor, tornando possível o desenvolvimento gradual e harmonioso das potencialidades da criança e a formação de uma personalidade livre e consciente.

O professor, para poder acompanhar e colaborar neste tipo de acções, tem que conhecer dados de ordem musical e instrumental, mas o importante é que ame e sinta a música e que estabeleça com os alunos uma relação aberta, autêntica e entusiasta que fará tudo o resto.

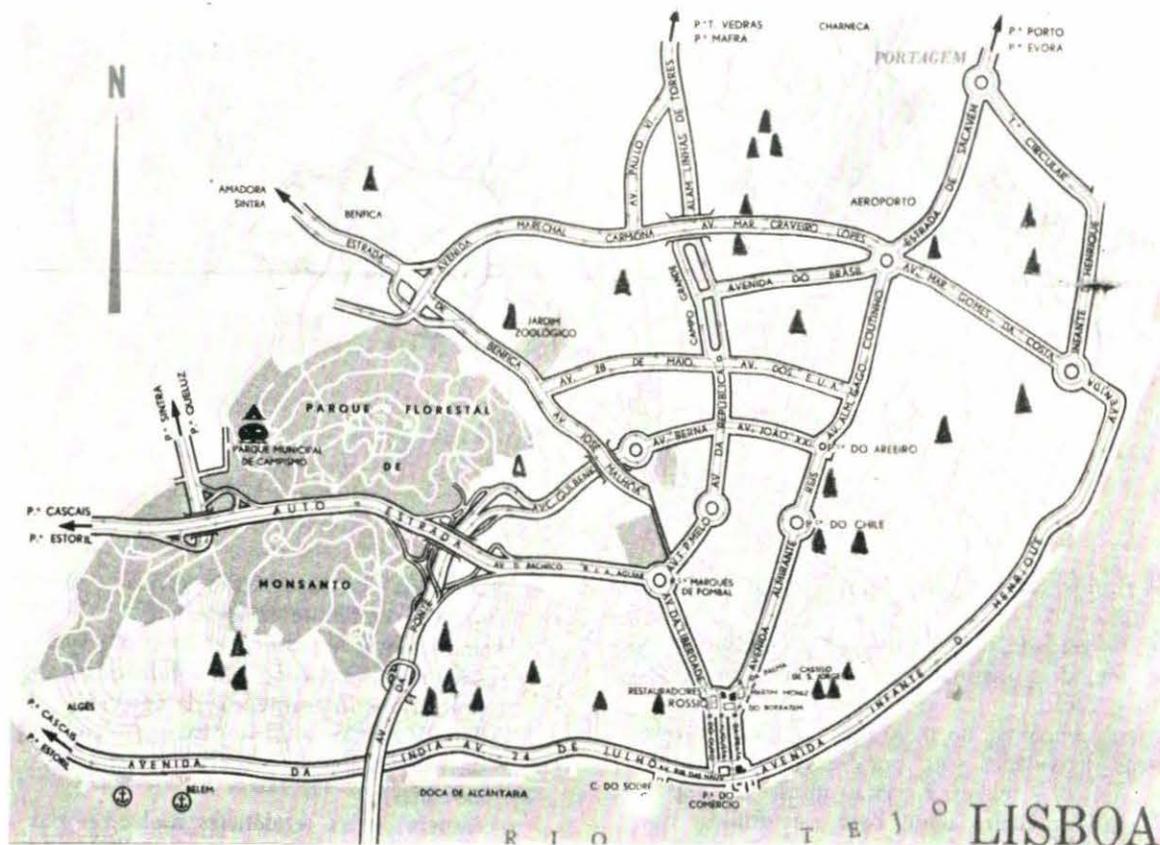
Estão, pois, definidos os objectivos globais da educação musical que se podem sintetizar em: desenvolver as acuidades auditiva, visual, tátil e motora; estimular o sentido da fruição do espaço e do tempo; promover o desenvolvimento rítmico e auditivo; promover a comunicação sonora e promover a expressividade e a criatividade.

INTERVENÇÃO

CENTROS CULTURAIS
ACÇÕES DE CAMPO

a educação, a escola e a vida - II

RODOLFO PROENÇA DE JESUS
MÁRIO RIBEIRO



Locais onde funcionam A.T.L.'S.▲

Em texto publicado nos n.os 5/6 da Revista, tecemos várias considerações acerca de questões que se prendem com as actividades de tempos livres — ATL — versus Escola e Animação Socio-Educativa.

Referimo-nos à dependência pedagógica e estrutural em relação à Escola. Referimo-nos também aos precários meios humanos, financeiros e materiais de que dispõem este tipo de actividades culturais.

Relacionámos tudo isto com as finalidades e a antiguidade da instituição escolar e com os objectivos e novidade da «instituição» ATL.

Enfim, procurámos chamar a atenção para o enorme potencial que representam as ATL's e para o quase esquecimento a que (ainda) se encontram votadas. Esquecimento perfeitamente visível através de alguns dados que a seguir explicitamos, relacionados com essas mesmas actividades ao nível de algumas instituições que operam na área de Lisboa.

Até Fevereiro de 76, a área da 1.ª e 2.ª infância e juventude, a nível da Direcção Geral de Assistência Social, constituía campo de actuação de dois serviços diferentes: Serviço de Protecção à Infância e Juventude

(SPIJ) e Serviço de Acção Familiar e Social. De entre os objectivos do SPIJ destaca-se a contribuição para o desenvolvimento integral da criança, dos 6 aos 13 anos, possibilitando determinados tipos de animação socio-cultural, durante o horário de trabalho dos pais. (1)

Paralelamente, a Misericórdia de Lisboa (M L) é a entidade local na cidade de Lisboa (qualitativamente uma área metropolitana), exercendo actividade em três sectores populacionais na parte que cabe no domínio da Segurança Social, excluída a área própria da Previdência. De entre aqueles é de referir o da Infância e Juventude que tem como outras funções:

- Apoiar, e/ou financeiramente, actividades de ocupação de tempos livres de jovens em idade escolar, levadas a efeito por instituições e entidades públicas e particulares, e, se necessário, manter actividades próprias neste domínio;
- Contribuir para a definição da política social, na parte respeitante ao sector. (2)

Assim a M. L. apoia e/ou desenvolve ATL's em cerca de 34 locais da cidade situados na maioria em zonas ditas degradadas, segundo dados elaborados no ano 77/78.

O conjunto desses locais abrange cerca de 3000 crianças, não estando este número repartido equitativamente pelos diversos centros de ATL.

Se atendermos a que no ano lectivo 75/76 os alunos matriculados no ensino primário (1.ª e 2.ª fase) do distrito de Lisboa eram 127710 e deste número 45202 só em Lisboa, dos quais 38839 do ensino oficial, facilmente se contata a abismal diferença entre a totalidade das crianças a frequentar a escolaridade e o número abrangido pelas ATL's mesmo tendo em atenção o número pouco significativo das instituições particulares. Segundo dados publicados em 1977, no concelho de Lisboa existem 48 centros de ATL (3318 crianças no total), cabendo 40 aos centros urbanos (2956 crianças) e 8 aos restantes (322 crianças).

Esta diferença numérica também é perceptível ao nível dos locais, onde se pode verificar em muitos casos, uma diferença apreciável entre o número de crianças frequentando a escola local e a ATL.

Sobre as várias condições em que se desenvolvem estas actividades de animação constata-se que as principais dificuldades sentidas para uma cobertura significativa, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo estão relacionadas com a falta de instalações suficientes e adequadas e com falta de monitores, não só em número mas também, no que respeita ao nível técnico e pedagógico dos mesmos.

Relativamente às instalações utilizadas elas não são na sua maioria pensadas pedagogicamente para este tipo de actividade, havendo casos em que as salas têm uma configuração e mobiliário muito semelhantes ao de uma sala de aula, com carteiras, quadro preto, etc., com muito pouco que as assemelhe a ateliers de trabalhos colectivos distintos da sala de uma qualquer escola primária tradicional.

Quanto à formação de monitores, o seu nível de habilitação é na generalidade o antigo 2.º ciclo liceal sem que lhes fossem/sejam exigidas habilitações específicas e não estando neste momento estruturados períodos regulares destinados a reciclagem e aperfeiçoamento.

Nas actividades em si, constatamos que dos 34 locais citados em cerca de 12 as ATL's coexistem com as salas de estudo, havendo dois casos onde apenas se fazem trabalhos escolares. Nos restantes todo o tempo é dedicado às ATL's.

Estas constam essencialmente de actividades de sala (pintura, modelagem, recorte, etc.), cinema, dramatização, jogos de interior, passeios, saídas e colónias de férias. O tempo dedicado ao desporto não é significativo.

O trabalho de avaliação e de programação é feito pela equipa de monitores coma responsável pelo apoio ao centro de ATL.

Na maioria dos locais as actividades não são perspectivadas com ligação ao meio real em que se inserem nem aos órgãos populares de base para a partir das condições existentes (económicas, sociais, culturais) se dê a sua transformação. Da mesma maneira a coordenação e planeamento com outros serviços existentes localmente é diminuta para acções globais e de conjunto.

Entre esta instituição (M.L.) e outros organismos estatais (FAOJ p.e.) ou particulares que de algum modo se ocupam de actividades de tempos livres para crianças em idade escolar, não existem formas de colaboração e interligação definidas ao nível da prática, não constando por outro lado que ao nível da discussão e

do diálogo esteja a ser feito o esforço necessário tendente à definição duma política global.

Face a estes dados, perguntamos pois qual será o interesse em investir nas ATL, mantendo actividades que, dum modo geral, estão muito aquém das suas possibilidades reais e pouco influem para a construção dum quotidiano criativo e libertador. Não sendo possível — como é óbvio — alterar uma estrutura complexa de um dia para o outro, parece-nos que seria possível ter-se feito mais, se não ao nível concreto, pelo menos no avanço teórico, da discussão e das propostas, mas mesmo aí pouco ou nada foi feito que não tenha passado de tímida e inconsequente investida contra uma situação que é preciso alterar urgentemente.

Parece-nos evidente que a sombria e pouco animadora realidade, soma de todas estas (e muitas mais) parcelas aqui apresentadas, só pode ser modificada com a insistência de uma política global que ainda se encontra por elaborar e para cuja efectivação nos propomos não só dar a nossa colaboração, como abrir as nossas páginas a todos aqueles que neste campo queiram participar com a sua opinião e proposta.

Não basta ter a consciência do problema. É também preciso ter a consciência de que a "consciência do problema" é uma etapa, o que não significa que a realidade fique, a partir daí, transformada.

(1) Citação tirada, assim como outros dados, do Plano Médio Prazo 77/80 - Sector Segurança Social. Foram consultadas igualmente as Estatísticas da Educação do INE (1976).

(2) Plano de Estruturação do Serviço de Acção Social da M.L.

Rodolfo Proença de Jesus
Mário Lima Ribeiro



CENTROS CULTURAIS
ACÇÕES DE CAMPO

INTERVENÇÃO

É madrugada de uma qualquer manhã. A noite, que mal se abateu sobre o bairro, vai-se levantando, cansada, deixando um pobre cobertor cinzento a adejar, em farrapos, sobre as casas, sobre as ruas de asfalto oleoso e engordurado, sobre umas poucas árvores sujas de poeira e sufocadas de maus tratos. É um meio acordar penoso este, mais um desentorpecer que um despertar. É que, no bairro, a noite tem o seu tipo de actividade larvar: gente que vem, a desoras, alegremente arrastando angústias, solidão e miséria narcotizadas em vinho; pequenos bandos de rapazolas regressando das suas fainas de expedientes e assaltos; automóveis que, deslizando suavemente na cumplicidade da escuridão, vêm, às portas das pobres moradias, depor a sua carga prostituída de meninas bem vestidas e bem pintadas que por pouco se não cruzam já com operários regressando ou entrando para o turno, com mulheres que partem, apressadas e mal dormidas, para as limpezas da madrugada.

Por isso a manhã encontra o bairro cansado, prostrado por uma noite breve de promiscuidade, de amor animal feito de agressão e de álcool. A televisão ficou aberta até fazer, incomodativa, um barulho de frigideira; as crianças mais pequeninas adormeceram pelo chão, semi-nuas. Os mais crescidos andam pela rua, descobrindo, sozinhos, no escuro das árvores e dos vãos das portas, coisas de que só ouvem falar com malícia e risos disfarçados. O sexo é um reino de maldade; a relação amorosa conhecem-na eles de toda as maneiras, menos, talvez, da única que necessário seria. O corpo, o sexo,

o bairro

Que animação?

Que intervenção?

ALBERTO JÚLIO

(monitor de actividades de tempos livres)

é um instrumento mau, um meio de explorar e dominar: uns são os agressores, outros os agredidos; uns o que seguem a lei da procura, outros a da oferta; uns os que submetem, outros os que são submetidos.

E, logo pela manhã, mal o bairro sacode o último torpor, há rapariguinhas grávidas em robe, despendeadas e de olheiras fundas, que sobem devagar a rua principal, numa das mãos um saco de plástico cheio de carcaças. São novas. Fizeram há dois, três anos a 4.ª classe, as que a fizeram. Levam já consigo um ar de mulheres à força. Encontram, talvez, na rua, o irmãozito mais novo que vai à tasca buscar um litro para o homem que agora vive com a mãe; ele acorda sempre mal humorado e com sede e se não há vinho, disparata, bate, põe tudo de castigo sem comer o dia inteiro. Por isso — é a mãe que o diz baixinho e às escondidas — é melhor ter lá o vinho à cabeceira, antes que ele acorde.

No bairro, o dia tem poucos momentos mortos. Vem a camioneta do lixo, manhã alta; vêm os vendedores ambulantes, de triciclos estrepidosos, atoar tudo com escapes, buzinas e pregões. Vendedeiras estendem à sombra objectos de plástico, flores artificiais e todos os requintes de vestuário interior para senhora, homem e criança. Há sempre, pela rua, uma turbamulta de crianças que ou não vão ou não foram à escola, ou então já saíram porque o horário é bi ou tri-partido devido à assustadora frequência das aulas.

A assistente social e o animador de tempos livres, reúnem-se no gabinete do Centro Social para uma



avaliação de trabalho. Juntaram numa pequena biblioteca tudo o que de mais avançado foi saindo, em livro, sobre pedagogia, valorização de tempos livres, expressão corporal, dinâmica de grupo, planeamento familiar, experiências pre-conjugais, economia doméstica, ioga, desporto e saúde, combate ao alcoolismo, ginástica e alimentação racional. E, confessadamente às vezes, outras de uma forma assolapada, sentem crescer-lhes dentro, e face à realidade, aquela interrogação, aquele sem-número de interrogações a que os seus cursos (?) e técnicas (?) não respondem senão vaga e paliativamente: o que significa, para crianças a quem sobram tantas horas para além da eventual escola e do hipotético «atelier» do Centro, horas que dão para fazer tudo: *palmar* coisas no supermercado, correr, bater e ser espancado em casa e fora: que valor tem para elas esta valorização que lhes passa ao lado? O que é para elas, crianças nadas e criadas na tragicomédia de uma relação casual e precoce, tantas vezes, numa casa exíqua para as gerações que lá se entrecruzam e misturam — o que é para estas crianças dramatização? Expressão corporal, educação sexual, relações pre-conjugais para quem recebe do corpo uma linguagem toda ela agressão, brutalidade, vontade de destruir, de perverter? O que é economia doméstica para quem recebe imagens crescentes de um consumo que leva a atravancar de electro-domésticos um habitat sub-humano? Alimentação racional? O que é racional, aqui, no bairro?

À tarde, felizmente, há telenovela na televisão. A rua quase se despoeva. À volta do pequeno rectângulo fosforescente, irrequieto de imagens, a miudagem não perde pitada, regista tudo. Logo, amanhã, no recreio da escola, no caminho da mercearia, canta, reproduz todos os slogans e musiquinhas publicitárias que lhe foram incutidos nos intervalos. Depois é a telenovela, a felicidade de poder presenciar, de ter em casa toda aquela gente tão bonita, tão bem vestida, que sai a passear em carros que são sonhos de mecânica e prodígios de dinheiro e tem casas de assombro e que, no entanto, coitadinha, é, as mais das vezes, tão infeliz, tão injustamente tratada pela sorte, tão só, sem saber que fazer dos carros, dos vestidos, da beleza, do dinheiro. Amanhã haverá mais,

descansem — amanhã e por muitas semanas.

A assistente social e o animador recolheram um resultado desanimador da avaliação a que estiveram procedendo. As suas técnicas, os valores que porfiadamente tentam transmitir são alheios a esta gente. Amanhã haverá talvez mais rapariguinhas a aprender que o amor é ter-se um filho aos 14 anos, haverá crianças a fazer expressão corporal iludindo a polícia, adolescentes na sua vida subterrânea pela cidade do possível dinheiro, da possível evasão, da cadeia mais ou menos certa.

Uma treva febricitante recai sobre este bairro que quase não dorme.

O animador e a assistente partiram para lá da fronteira onde sociólogos e pedagogos procedem a interessantes experiências e estudos sobre a vida das sociedades, dos indivíduos e dos grupos. Voltarão, amanhã de manhã.

Com eles vai e volta, como uma sombra, a persistente interrogação: afinal, o que é preciso mudar? O que é que deve ser mudado e como?



Foto de M. Vilas Boas



CENTROS CULTURAIS
ACÇÕES DE CAMPO

INTERVENÇÃO

O Estado tem obrigação de preservar, defender e valorizar o Património cultural do povo português.

Art.º 78 da Constituição

Defender a herança cultural de um povo por forma a que o futuro não perca no presente as suas ligações ao passado, não é tarefa tão linear como à primeira vista pode parecer.

Não chega, efectivamente, avançar com soluções imediatas que melhor ou pior, levem ao resguardo dos testemunhos mais evidentes da nossa memória colectiva. É necessário ir-se um pouco mais além, é urgente que, primeiro do que tudo, se assumam a dificuldade de saber-se o que é o património cultural de um povo.

Isto significa, numa primeira análise, que as tentativas para a conservação do património não devem ser relanceadas sem uma conjugação harmónica dos problemas culturais e antropológicos. Por outro lado, e por isso mesmo, não é possível executar qualquer tarefa séria de preservação, defesa e transmissão, sem o país saber o que tem, sem o país saber o que quer, sem o país saber como fazer.

Parece então, que antes de tudo o mais, é necessário proceder a uma inventariação total, através, não de um, mas de vários tipos de inventário, que após tratamento exaustivo permitirão não só conhecer o que há, mas também estabelecer prioridades e encontrar processos.

Até aqui, a comprovada falta de meios, herdada de ontem é certo, mas lamentavelmente mantida hoje por inércia, pouco tem inovado através do estreito «sistema de classificações».

É tempo de que a classificação deixar de depender apenas de propostas de classificação, e sobretudo de, em grande parte dos casos, por aí se ficar.

Conviria que se tomasse consciência de que o património é uma parte importante e indissolúvel do ecossistema, conviria que, para além do estabelecimento urgente dos inventários, se compreendesse que o povo é o melhor guardião do seu património; os decretos ajudam, mas nada farão sem conteúdo.

O passado, não é nostalgia nem deleite para elites esteticistas, o património cultural é evidentemente um testemunho, mas não é um símbolo-testemunho-instituído ao serviço do poder, o património cultural é um sistema de vida, por isso é um problema de todos nós.

Por outro lado, é verdade que as rápidas distorções culturais com a consequente alteração do sistema de valores produzem delapidações irreparáveis, que a imitação das referências culturais cada vez mais aceleradas pale massificação informativa, não ajudam muito à criação de um elan colectivo.

Parece, pois, que existe uma competição violenta entre sistemas culturais: a cultura instituída, a cultura

Associações para a defesa do Património. — Que vocação?

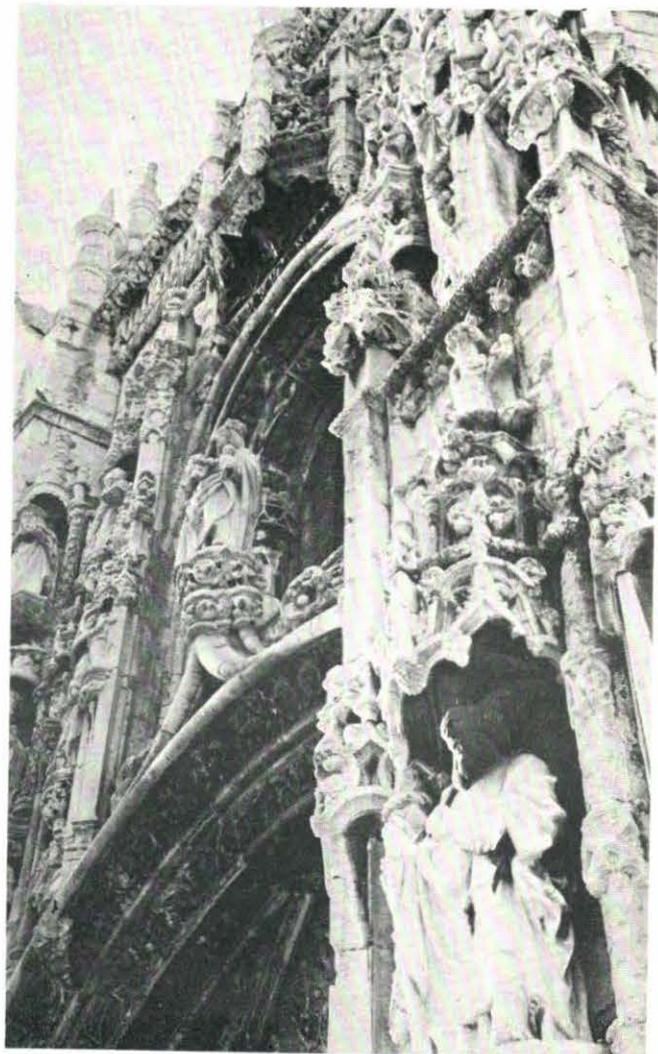
de massa, a cultura popular — atraem-se, repelem-se, entrosam-se como conteúdo de um continente, o sistema.

Pois bem, será mais ou menos aqui que as associações de Defesa do Património têm uma vocação a cumprir.

Criadas espontaneamente no seio das comunidades, respeitando, por isso, na sua constituição, os estratos horizontais e verticais da população local e motivadas pela necessidade de defender algo que pertence a todos, estas associações podem vir a ser e algumas já são, excelentes meios de dinamização cultural, de despertar de indiferenças de educação permanente.

As Associações de Defesa do Património têm, à partida, uma grande vantagem; nasceram independentes do poder local e central, mas fazem simultaneamente parte dele, porque muitos dos seus membros ocupam, por direito democrático, cargos de gestão política e administração pública. Têm ainda a vantagem de os seus membros serem alunos, professores, operários, médicos, gente de museus, guardas de monumentos, etc., etc., etc.

Significa isto, que as associações, porque congregam uma massa heterogénea de cidadãos, porque já são muitos e porque a sua existência emana dos seus mem-



bros, são um veículo extremamente importante para a consciencialização das realidades locais, regionais, nacionais, talvez mesmo trans-nacionais.

Quando o Poder entender criar, e vai sendo tempo, um plano nacional de inventariação, terá nestas associações um perigo auxiliar e, se souber utilizar inteligentemente a rede escolar, então mais não terá que fornecer os utensílios necessários à colheita.

As associações e as escolas, podem e devem, também conjuntamente com outros departamentos, exercer um trabalho muito positivo de animação cultural, isto porque ele surgirá espontâneo, porque a associação, sendo composta por gente da região, ajudará muito a desbloquear acções que venham a ser preparadas por «estrangeiros». As associações são um elemento integrador fundamental: seria bom que todos comessem a acreditar nisto.

Há, neste momento, em Portugal, cerca de trinta associações que se dedicam exclusivamente à defesa, valorização, preservação e divulgação do património cultural e natural, algumas há que já conseguiram com alertas fundamentados, desenvolver nas suas regiões acções de restauro de monumentos, outras promoveram encontros de especialistas, editam revistas, fazem exposições, outras mantêm ciclos de palestras, convidam bandas e orquestras, promovem espectáculos teatrais, colaboram com os sectores culturais dos municípios, outros ainda colaboram com a escola, com o museu, com o turismo, com a universidade.

O menos que as associações esperam é que o poder

central desenvolva esforços para ampliar os departamentos de restauro, crie laboratórios, institua cursos de Defesa do Património, promova seminários. O menos que esperam é ver, nos próximos programas escolares, do ensino primário ao superior, disciplinas que apontem decididamente para os problemas da investigação, salvaguardada a divulgação e transmissão do património cultural e natural.

O menos que as Associações esperam, é verificar, que de uma vez por todas, se olha a sério para estes problemas, sem competições mesquinhas e se acabam as duplicações, as sobreposições de Ministérios e Secretarias de Estado.

As Finanças supervisam mosteiros e palácios, as Obras Públicas velam por eles, a Cultura faz-lhe os restauros, o Ambiente preserva-lhes a área envolvente.

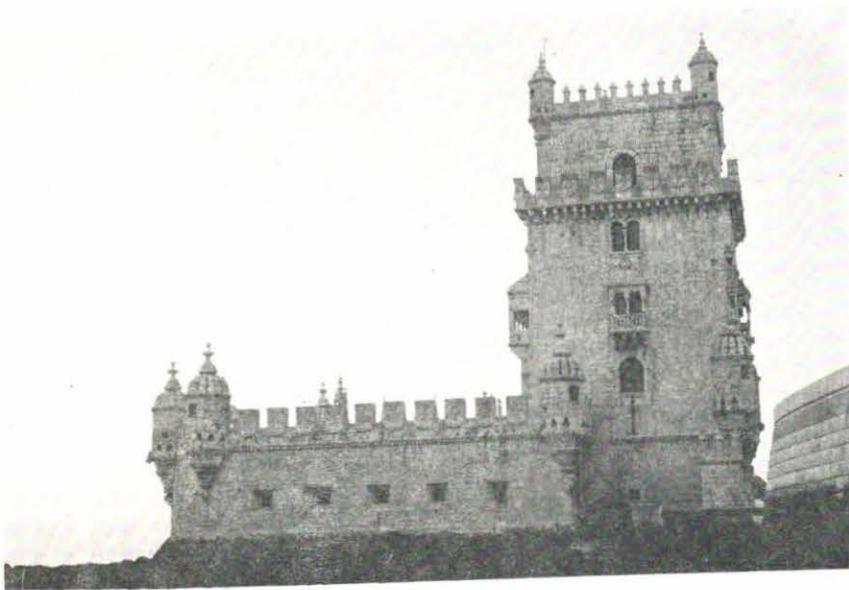
Na Ditadura, que dividia para mandar, estava bem; num estado democrático, em que o poder existe para servir o povo, não!

Por estas razões todas, que têm sido assumidas pouco a pouco, associação a associação, processou-se no dia 29 de Outubro em Alcobaça, o primeiro encontro da Associação Portuguesa de Defesa do Património.

O menos que se espera é, que o governo, através dos departamentos respectivos, pelo menos, nos oiça. O património, o novo património que fez de nós o que somos durante séculos bons e maus, só bons ou só maus, também é nosso.

Rui. Rasquilho

*Presidente da Associação de Defesa
do Património de Alcobaça*



criatividade e escola

GONZAGA NATÉRCIA
ANTÓNIO FERRÃO

1.

Os novos programas de ensino primário elementar, apresentados pela Direcção-Geral do Ensino Básico, em 1975, em regime de experiências, pelo menos durante os três anos lectivos seguintes, apontavam objectivos que implicavam o fomento da criatividade e o espírito crítico da criança, razões que, por si só, poderão contribuir para uma nova estrutura escolar. Ora, tendo nós a percepção de que a criança para se criar tem necessidade de se construir a si própria através dum processo criativo que a sociedade, a escola e a família geralmente lhe nega — a fim de a submeter ao seu regime social e político, — é de depositar certa esperança num programa que tenta defender a criança, preparando-a para a sua vida futura. Mas esse programa, só por si, não o poderá fazer pois requer a existência de intérpretes suficientemente aptos para o pôrem em execução prática. Pensamos que para tanto o professor precisa de todo o apoio, contando-se, neste caso, a acção importante que poderá ser desempenhada pelo Animador. É que o conteúdo deste novo programa está essencialmente virado para a Acção e para a Vida: não se pretende já que a criança armazene conhecimentos, mas que experimente, descubra, pense. Assim, a aula tem que passar a ter um novo ritmo.

Ora o professor, face a turmas numerosas de alunos, como as existentes, atravessará sérias dificuldades para os manter como alunos participantes. Por outro lado trata-se, provávelmente, para o professor de uma transição grande: a passagem dos métodos antigos, — que implicavam uma disciplina repressiva — para os actuais de natureza mais libertadora. Além disso, coadjuvado pelo Animador, o Professor quebraria melhor o isolamento a que está votado devido, em parte, à dis-

criminação de que tem sofrido a escola primária, por falta de apoios de vária ordem. O ensino-animação podia inscrever-se dentro dum princípio de jogo colectivo de toda a aula em que para cada matéria escolar se estabelecessem regras de participação.

Todos nós sabemos que a Escola está, institucionalmente, ao serviço da sociedade que quer homens divididos em classes, formados em função do seu mercado de trabalho. O aluno pode sair da escola bem apetrechado, mas sai privado de imaginação e iniciativa. Ele é formado mais no sentido de adquirir hábitos do que a reagir à mudança, razão que levará a escola a sufocar a imaginação criadora dos jovens, em vez de favorecer a aptidão para a criação e a imprescindível necessidade de criar.

Porém os tempos em que vivemos ensinam-nos que é preciso aprender a mudar. Os homens do ano 2.000 estão, hoje, nos bancos da escola, mas o mundo evolui de tal modo que eles já não poderão seguir as pegadas deixadas pela geração actual! Será preciso, para sobreviver, dar largas à imaginação, à ciência, e entrar num novo tipo de relações humanas e de educação mais criativa.

É absolutamente inadmissível virar as costas a esta realidade, pois os jovens e os adolescentes de hoje julgar-nos-ão amanhã.

Este programa escolar foi feito com perspectivas num mundo melhor, cujos métodos deverão ajudar a criança a conhecer-se a si própria e a perceber do que é capaz, a descobrir o mundo em que vive. Tal tipo de ensino terá que se processar em termos de Animação, portanto, um ensino menos escrito, mais dialogado, representado, vivido, para que, desse modo, possa ser sentido pela criança, recorrendo tanto ao seu raciocínio como à sua sensibilidade.

Este aluno talvez possa sair da escola conhecendo melhor o seu país, sair preparado para relações mais humanizadas dum nova realidade que está nascendo, dia a dia, podendo, portanto, haver melhor ligação entre a escola e a sua participação na vida!

Gonzaga Natércia

2.

Desde criança que o jovem estimulado para a passividade pela constante repressão a que pais e todo o meio social o sujeitam, cortando-lhe à nascença, todas as veleidades de criatividade que instintivamente o dominam! São esses erros de educação que podem custar caro a toda uma sociedade, hoje, mais do que nunca, em constante transitividade! Daí o desajustamento que cada vez mais se vai verificando entre uma realidade técnico-científica em evolução diária, necessitando de imaginação criadora em constante ebulição, e uma passividade de espírito, nos antípodas de tal realização, fomentada pelo conservantismo mediocre!

Assim se explica que o jovem, ao entrar na escola, apenas se sinta predisposto para o regime de aulas passivas, negativas por natureza, em que ele finge receber a matéria, como «papinha já feita», sem fazer trabalhar a sua massa cinzenta e, portanto, incapaz de exercitar o seu espírito crítico. Este só pode ser estimulado e desenvolvido através de aulas activas, em que o aluno seja obrigado a um constante raciocínio, tirando, assim, conclusões do que está a estudar, adquirindo ideias próprias, indispensáveis a qualquer ser-pensante, característica exigível a todos, pois só

desse modo poderão estar aptos a enfrentar a constante mutação da vida, produto da referida evolução técnico-científica!

Esta situação causa problemas tremendos à escola actual e à do futuro, pois, para além de exigir que os professores e todos os agentes de ensino — como os animadores também o devem ser — se encontrem mentalmente abertos para as situações criadas por uma nova realidade, implica constantes reciclagens dos mesmos e a possibilidade de saber criar nos alunos a mentalização adequada à certeza de que o Homem deve aprender a mudar, através da consciencialização do desajustamento existente entre a pressão das realidades exteriores e o mundo interior de cada um, por os hábitos adquiridos e os modelos aplicados não se coadunarem com a realidade, partindo-se, assim da reaproximação do mundo de nós próprios!

A Escola tem que pôr inteiramente de parte o sistema de armazenagem de conhecimentos e até o mais moderno conceito, hoje muito repetido, de Aprender a Aprender, passando a incutir no espírito do jovem a ideia de trabalhar para a mudança, para modificar as coisas, graças a uma incisiva imaginação criadora redobradamente vivificada e vivificante. Só assim se poderá estar preparado para enfrentar uma realidade em que — para já — os conhecimentos humanos duplicam em cada período de dez anos, caminhando-se para a singular situação de, dentro de meia dúzia de anos, os engenheiros terem de utilizar materiais que em 40% ou mais dos casos, ainda são, hoje, totalmente desconhecidos!...

Isto conduz-nos à noção de que à escola deixa de competir o papel de ensinar factos que estarão já ultrapassados quando o aluno

atingir a situação de profissional, mas, antes, transmitir-lhes as noções que o levem a sentir a necessidade de adaptação do Homem a novas realidades que dominarão inteiramente a sociedade do ano 2.000 e, portanto, lhe facultem a possibilidade de seleccionar os conhecimentos adquiridos, fazendo-lhes esquecer todos aqueles que, com o andar dos tempos, a realidade lhe mostrar que estão ultrapassados, devendo ser substituídos por outros, entretanto, já descobertos ou ainda em gestação!...

Pode-se, desde já, dizer que a Escola, na nossa época e nas seguintes, só poderá desempenhar cabalmente a sua função quando estiver apta a preparar para a vida futura, jovens dentro de semelhantes padrões, em que a Imaginação Criadora e a sua subsequente criatividade terão de ser as suas palavras de ordem!...

António Ferrão



Foto de J. Moreira



Foto de Mário Ribeiro

INTERVENÇÃO

O objectivo da transcrição de certos textos que hoje iniciamos, e que denominariamos de exemplares, é o de divulgar posições e opiniões que pelo seu aspecto inovador e polémico possam trazer novos dados à discussão de certos problemas.

É evidente que a redacção não subcreve ou não se identifica com estes textos, eles são escolhidos pela inovação que apresentam e não pela opção ideológica subjacente. E se divulgamos este de Pierre Laguillaumie sobre Desporto é porque nunca nos apercebemos que tivesse sido feita uma crítica tão profunda (mesmo em períodos de grandes movimentações massivas desportivas) à própria essência do desporto. Por outro lado, porque entendemos (e os animadores culturais sabem isso) que a actividade desportiva é muitas vezes a primeira actividade cultural que se pode desenvolver em múltiplas colectividades, aldeias e bairros do nosso País. Pela importância que lhe damos aqui vai um contributo (polémico) que transcrevemos do livro «Desporto e Política» da Delfos.

O DESPORTO É DE ESSÊNCIA BURGUESA

A sistematização e organização do desporto engrenam intimamente nas do capitalismo. As suas tendências centralizadoras reflectem a centralização pelo Estado das estruturas económicas. O desporto é, na sua essência, duplamente burguês.

Não só o aparecimento do desporto moderno, isto é, do desporto praticado em certas formas de organização, que diferem radicalmente das da antiguidade, é, historicamente, um fenómeno que data do aparecimento do maquinismo industrial burguês na fase ascendente do capitalismo; não só o desenvolvimento mundial do desporto seguiu o desenvolvimento mundial do capitalismo; também, e sobretudo na hora actual, a organização interna, as estruturas, as formas, os conteúdos, são de essência burguesa.

Sob este ponto de vista, seria interessante tentar uma história política da evolução do desporto em função da ligação estrutural com a sociedade burguesa. Se o primeiro ponto — a origem historicamente burguesa do desporto — é geralmente admitido, o segundo — a sua natureza intrinsecamente burguesa — não o é, mesmo por alguns que se dizem marxistas. Temos portanto de proceder à chamada dos traços essenciais de categorias, estruturas e formas burguesas do desporto.

O desporto, como sistema organizado de uma prática corporal, reflecte dialecticamente as categorias burguesas. Como disse Marx: «As categorias exprimem formas e modos de existência, muitas vezes simples aspectos particulares da sociedade» (1). Neste sentido, o des-

porto é uma condensação e um combinado original das categorias burguesas.

O DESPORTO REFLECTE CATEGORIAS DO SISTEMA CAPITALISTA INDUSTRIAL

1. Competição — rendimento — medida — record (máximo)

O sistema capitalista, baseado na apropriação da propriedade privada dos meios de produção, é apenas na realidade uma imensa com-

Textos exemplares



petição mundial, uma concorrência social generalizada. A lei da selva capitalista ensina a cada um que o seu vizinho é um rival que é preciso abater e vencer por todos os meios.

O motor interno de todo este processo é a procura sistemática do rendimento, que deve ser exactamente medido, e sempre melhorado, com a finalidade da apropriação de novos mercados.

Sob este ponto de vista, o desporto apresenta-se como o modelo perfeito da competição humana, em todo o globo e em todos os sectores. A lei da concorrência está integralmente representada na organização dos concursos e campeonatos desportivos, e engendra, necessariamente, em todos os níveis, a procura do máximo rendimento, que só pode encontrar a sua expressão na quantificação exacta do trabalho realizado. Esta quantificação exige uma medida estrita, exacta, controlada internacionalmente, para que se estabeleça um padrão-referência, mundial, unificando a prática em todos os níveis: eis o record (o máximo).

O esquema: *competição - rendimento - medida - record* - é perfeitamente o reflexo do processo de produção capitalista. A aplicação de uma força produtiva no desporto só encontrou a sua forma actual no momento da revolução industrial. O aparecimento da máquina a vapor e a passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, modificaram, profunda e progressivamente, as relações entre o homem e a máquina, e até entre os próprios homens. O campeão é fabricado à imagem do operário, o estádio à da oficina, e a actividade desportiva tornou-se uma produção que toma todas as características da produção industrial.

1. *Introduction générale à la critique de l'économie*, éd. de la Pléiade, p. 261.

2. Dimensão do trabalho — especialização

Aqueles que pensam que o desporto pode ser um agente do completo desenvolvimento físico, é preciso lembrar que a prática desportiva arrasta a hiper-especialização. Já ninguém é simplesmente esquiador, mas sim um especialista em qualquer variedade deste ramo de desporto...

A severa concorrência desportiva exige que a capacidade do indivíduo seja inteiramente orientada para a racionalização de uma técnica particular. Na hora actual, não é possível ser campeão em tudo. O processo desportivo empurrou necessariamente o indivíduo, as suas capacidades físicas, assim como a divisão do trabalho, a que se chama «trabalho esmiuçado», para uma hiper-especialização, um idiotismo de ofício.

No trabalho industrial, como no desporto, o indivíduo tornou-se a parcela de uma formação exclusiva. O desporto é a imagem directa do trabalho em cadeia.

3. Taylorismo

Devido às modificações das formas de produção, o trabalho nas fábricas foi necessariamente racionalizado, os gestos de cada operário estritamente determinados. O gesto deve ser económico para ser rendível.

Da mesma forma, a procura da execução, da corrida ao rendimento, conduziram bem depressa os teóricos do desporto a «taylorizar» a força desportiva. Também os teóricos da organização científica do trabalho, na sua maioria, viram os seus métodos aplicados no processo de racionalização do desporto, e reciprocamente.

Desde Démeny ao desenvolvimento da biomecânica, desde Taylor e Gastev a Diatchkov, as investigações sobre o rendimento do movimento, sobre as capacidades da «máquina animal», sobre o funcionamento do motor humano, conheceram um desenvolvimento simultâneo e combinado na indústria e no desporto. Presentemente, a ciência experimental do movimento, um humanismo «taylorizado», chama-se, nos países cognominados de socialistas, a *tecnologia do rendimento*. A ciência de dar a melhor forma à vida humana, a ciência do rendimento humano, poder-se-á chamar *humânica*, para sublimar o seu princípio fundamental: a tecnologia científica da forma a dar à vida humana⁽²⁾.

(2) *Recherches internationales à la lumière du marxisme*, n.º 68, p. 151

Foi ao nível do treino desportivo, das técnicas desportistas, da selecção das aptidões, que esta «taylorização» se viu sistematizada. Existem institutos especializados que dão impulso à investigação sobre a máquina desportiva humana.

Além disto, foi ao nível do melhoramento do material (material de caça, balões, poleiros de fibra de vidro, esquis, etc.) que se desenvolveu uma investigação sistemática nos laboratórios e centros especializados de investigação.

A «taylorização» introduziu-se ainda no domínio das relações de grupos, das relações interprofissionais. O controlo destas relações, a manipulação pseudo-científica das preferências desportivas, tornaram-se uma das condições do êxito desportivo (emotividade, etc.).

À racionalização biológica sucedeu a racionalização psicológica (veja-se o trabalho dos treinadores soviéticos sobre o pavlovismo cérebro-efectivo).

Todos estes esforços, todas estas investigações, conduzem o desportista a realizar uma série de gestos altamente automatizados, e só estes, obedecendo à estratégia superior do treinador na luta pela vitória e superação dos records («máximos»).

4. O homem-máquina

A racionalização levada ao excesso conduz o operário e o desportista à condição de não serem mais do que apêndices de um processo de produção que já não lhes pertence. *A actividade dos atletas, em volta de uma pista abstracta, é idêntica à do operário perante a sua máquina, com a diferença de um realizar voluntariamente o que outro é obrigado a fazer para viver*. Tornaram-se em máquinas. Paul Morand, ao falar dos corredores de uma equipa de muda, traduz bem esta passagem do homem a um simples objecto, a um instrumento de produção: «O trabalho em comum fundiu-os num só bloco-motor de oito bielas»⁽³⁾.

(3) *Champions du monde*, Grasset, p. 12

O operário nevrozizado, o produtor de records com o seu corpo-ferramenta, o desportista escravo por vocação, fazem-se máquina ao serviço do treinador-patrão. A actividade humana perde todo o seu carácter de qualidade concreta para se tornar num simples factor de produção.

5. Trabalho abstracto

O operário que repete durante todo o dia o mesmo gesto, tem como seu irmão mais próximo o corredor, que gira regularmente em torno de uma faixa de cimento, tão mecanicamente como os ponteiros de um cronómetro. Profundamente ligado aos segundos que passam em circuito fechado, artificial, abstracto, iguala a angústia do operário agrilhoado à sua máquina, a lutar fisicamente para seguir o ritmo imposto pelo trabalho em cadeia.

A actividade torna-se totalmente abstracta e isto em quatro níveis:

a) Ao nível da actividade

Os gestos, as actividades, são, cada vez mais, a própria repetição. O hiper-tecnicismo leva a uma precisão e a uma abstracção cada vez mais alienantes, tanto no plano da necessidade do rendimento como no plano da qualidade do trabalho exigido. O esqui, ou a vela — outrora meios de locomoção — transformaram-se em actividade que, em vez de ter o objectivo do prazer de um passeio e de luta contra o obstáculo natural, passam a ser actividades mecanizadas pelo aparecimento da competição, onde as dificuldades são criadas, ou recriadas, artificialmente, por diversas maneiras, segundo os imperativos de uma estrita codificação, onde a luta abstracta contra o tempo é o factor central.

b) Ao nível do corpo

O corpo é apanhado neste contexto como um puro meio de manter um alto nível de rendimento. Já não se trata de dar forma a um objecto, nem de lutar livremente na corrente duma ribeira, mas trata-se de viver como autómato especializado, à mercê de exploração. Trata-se de pôr em movimento os braços como remos de barco, ao serviço de um treinador-contra-estrepe que só vos conhece nos dois mil metros cúbicos da água «civilizada» da piscina olímpica. O corpo já não existe, ou existe, independentemente da totalidade do homem.

c) Ao nível do tempo

A abstracção temporal provém da integração total no reino da cronometria. Neste mundo mecanizado, o cronómetro é rei. A mania de medir tudo, de tudo examinar, já não é, aliás, facto único no desporto, embora estes fenómenos patológicos sejam implantados no desporto a nível de instituição. O cronómetro pára o tempo e fixa-o por indeterminada duração no record. As normas tradicionais do tempo, os pontos de referência temporal da nossa vida diária, são suprimidos. O campeão, por estar demasiado ligado ao ritmo do seu cronómetro, vive fora do tempo.

d) Ao nível do espaço

A abstracção espacial provém da sistematização de um quadro amputado das relações vivas com a natureza orgânica. Quer sejam os estádios, ou as piscinas, ou as pistas de esqui, o desporto desenrola-se num enclave fechado, mecanizado, estranho à natureza. Já não existe o contacto directo com o elemento natural. Intercala-se a pantalha desportiva. O colorido substitui a floresta, as sebes são apenas os elementos de um decorativo factício, o estádio é apenas um recinto de orgânica policiada, uniformizada, mecanizada, impalpável, apenas uma linha de chegada.

O prazer dos elementos é substituído pela sua exploração. A natureza é vista sob o aspecto de rendibilidade para o gesto desportivo. A neve é boa, já não é bela. A própria natureza faz-se coisa, é «reificada».

6. A alienação desportiva

Em definitivo: a prática desportiva, organizada, sistematizada, quer seja amadora, quer profissional, é uma alienação do indivíduo, no sentido de ter a sua liberdade integrada num universo desportivo que ele já não domina, mas que, em compensação o domina e lhe aparece como força estranha. Esta alienação do desportista é tripla: pela organização desportiva, pelo treinador, pela sua própria actividade.

Presentemente, o desportista, quer seja académico, quer civil, quer militar, amador ou profissional, principiante ou campeão, está cada vez mais esmagado pelo *aparelho desportivo*. A maquinaria do sistema desportivo integra-o como uma das suas engrenagens. O desportista é um «apêndice» da máquina desportiva. A organização transforma-se numa imensa superestrutura, cuja finalidade ele não controla, nem as suas molas internas. É o Estado que, por todos os lados, estende o seu controlo, o seu domínio.

Por outras palavras, no desporto e, pelo desporto, o desportista escolhe «livremente», pela sua prática, submeter-se ao Estado. As Federações desportistas, que são os organismos tutelares do desporto, representam, em definitivo, os interesses do Estado, como qualquer outra administração pública. Portanto, o desportista está cada vez mais submetido a uma burocracia, a uma legião de funcionários do desporto. Toda a sua actividade é controlada por um conjunto de regulamentos, leis, normas, que cada vez restringem mais a sua liberdade, não só desportiva mas também civil. Um atleta não pode mudar de

clube, quando queira, nem escolher a certo nível as competições em que deseja participar. Quem decide é a Federação a que está ligado, é o seu clube, é a hierarquia desportiva.

Por outro lado, uma vez campeão confirmado, o desportista está submetido a normas restritivas de comportamento. O atleta olímpico, durante os jogos, fica estacionado num campo especial (chamado aldeia) onde — é positivo! — homens e mulheres se deitam em separado. O seu direito de intervir é cada vez mais restrito.

Em resumo: por todos os aspectos do quadro administrativo que o cerca, o desportista já não é senhor de si, pertence ao sistema, pertence ao Estado. A alienação desportiva é um aspecto da alienação estatal. O problema proposto por esta alienação é pois um problema político: o de deprecimento do Estado.

Mais ainda, o desportista está alienado ao seu «duplo» paternal: o treinador. Aqui, submete-se mais uma vez à autoridade. As relações entre o desportista e o treinador, quanto aos fundamentos sociais, são as mesmas que existem nas relações com o patrão, e, quanto aos fundamentos psicológicos, as mesmas que existem nas relações com o pai. Por um lado, encontra-se a exploração, por outro, a infantilização.

«Eu compreendo», diz Stephan, «obedecer ao dedo e ao olhar, procurar compreender o menos possível. Não ter preocupações, porque tudo é para meu bem e para o meu êxito. Não esqueci as suas lições».

«Isso não me desagrada», diz Henckel, «mas deves acrescentar, sempre de bom coração e com um sorriso. Nós sofreremos. Tu em primeiro lugar. Mas essa fadiga será boa, como tu sabes... Agora tu pertences-me e vou ocupar-me de ti como mereces».(1)

(1) PAUL MORAND, *op. cit.*, p. 192.

Em última análise, o atleta vendeu-se, corpo e alma, ao seu treinador-pai-patrão-director de produção, tal como Fausto vendeu a sua alma ao Diabo e como o operário vende a sua força de trabalho ao patrão.

Ainda, o desportista alienou igualmente a sua actividade. O carácter de necessidade impõe-se cada vez mais — quer pelo treino, quer pela competição, quer pela técnica desportiva. A sua actividade já não é propriamente sua, livre, espontânea, mas a actividade de uma inevitável lógica desportiva. O seu corpo é um simples instrumento, determinado pelo treinador em função das exhibições estabelecidas. É o record, é a vitória, que lhe impõem sacrifícios, um estilo de vida, em resumo, a sua actividade.

E por fim, o desportista, uma vez apanhado pela engrenagem, já não pode sair dela. A hierarquia das exhibições, a progressão dos records, a abstracção da ideia de progresso, exigem-lhe que não pare mais, que melhore sempre o seu valor desportivo. É a lógica do desporto que decide o desenvolvimento da sua carreira desportiva.

Eis o que explica por que razão é difícil a um desportista deixar a arena dos desportos: tem sempre a impressão de que está em boa forma e pode ainda progredir.

Além disto, o exercício físico tornou-se para ele uma «droga». Está intoxicado no sentido próprio do termo. Corre, treina-se maquinalmente, como faz desde há anos. Esta actividade, pela qual consentiu duros sacrifícios durante a sua mocidade, tornou-se a sua necessidade — aqui encontram-se todos os mecanismos da interiorização. A actividade do desportista transformou-se em estranha no seu próprio íntimo.

O desportista está apanhado num universo, do qual não pode sair. Não pode viver noutro mundo. Ao deixar a sua prática activa, coleciona as suas recordações de glória, abre uma loja, graças aos seus títulos desportivos, torna-se por sua vez um treinador, ou um dirigente desportivo. Integra-se total e definitivamente no sistema, continuando a perpetuá-lo.

A integração do desporto na consciência dos jovens é, aliás, de tal natureza que não se podem encontrar jovens desportistas que não sejam identificados a Jazy, a Kopa, ou a Anquetil. A alienação desportiva é total. O desportista está agrihoado (proletário do desporto) a um processo que ele não controla, cujo mecanismo, e até ideologia são apenas o reflexo da ideologia burguesa.

DESPORTO E IDEOLOGIA BURGUESA

A ideologia desportiva é inseparável da burguesa. Os grandes ideólogos do desporto, Thomas Arnold, Coubertin, foram grandes ideólogos burgueses. Seria preciso consagrar um estudo completo à análise desta ideologia. É, aliás, natural que Coubertin, esse grande burguês da Terceira República, esse cantor da pátria e dos valores burgueses, que tinha preocupações políticas directas quanto à solução do problema social, tenha podido obter, no espaço de cinquenta anos, a unanimidade. A ideologia olímpica é universalmente aceite como um bem comum ao conjunto da humanidade. «O desporto é democrático e internacional por natureza e vocação». O ideal olímpico de Coubertin tornou-se portanto o ideal transcendente de todos os povos desportistas.

Ora, sabe-se por Marx que a ideologia dominante é a da classe dominante. A ideologia desportiva é a sua auxiliar poderosa. O campeão é a realização viva do homem, tal como o quer o capitalismo. O principiante desportista, operário campeão, procura a evasão como salvagem e só encontra a forma acabada do seu agrihoamento ao trabalho.

O desporto, condensando «as características típicas das categorias e estruturas capitalistas»(5), é um factor determinante no reforço da ideologia burguesa. Aqui só podemos recapitular os temas verdadeiramente mistificadores.

(5) J.-M. BROHM, na presente obra.

1. Hierarquia e promoção social

O desporto oferece, pelas possibilidades de promoção e de êxito, uma ténue esperança de bom resultado social. A promoção desportiva é inseparável da promoção do trabalho. O campeão, e o desportista em geral, são seres que, pelos seus êxitos desportivos, terminam a sua carreira com as medalhas do trabalho, que recompensam quarenta anos de bons e leais serviços à pátria e ao trabalho. O desportista é, sobretudo, o homem que sabe integrar-se numa hierarquia, nas relações hierárquicas entre dirigentes e dirigidos, entre os valores desportivos, entre os concorrentes. Este princípio, baseado na selecção, impõe aos fracos ficar na sombra, esquecidos e esmagados, ao nível do operário que não teve a sorte de ser herdeiro dum pai proprietário ou capitalista.

Mais ainda: não é por acaso que todas as estruturas altamente hierarquizadas (Igreja, exército, burocracia) lisonjeiam o desporto com brava tenacidade.

A educação desportiva, habituando os indivíduos a evoluir num quadro hierarquizado, inculcando-lhes as normas da autoridade e da disciplina, leva-os a aceitar ulteriormente, com menos choques, o quadro autoritário socio-político e repressivo.

2. Trabalho — Pátria

A ideologia do labor, da redenção pelo trabalho, da realização pessoal na produção, encontra um poderoso apoio na ideologia «stakhanovista» do desporto. A moral do desporto é a moral do esforço, da ultrapassagem individual no sofrimento, sob o signo «Sempre pronto para o trabalho». A soma de esforços físicos, exigida pelo desporto moderno, necessita de uma justificação, que encontra a sua expressão na glorificação da entrega de si mesmo e do seu sacrifício.

Mais ainda: a realização fiel das tarefas quotidianas pelo desportista é utilizada pela ordem repressiva para incrustar nos indivíduos o sentido do dever, do trabalho bem feito, da fidelidade. *Trabalho, Pátria*, são as ordens de serviço do desporto. Aliás, os países burocratizados do Leste têm retomado esta senha burguesa, popularizando o célebre adágio: «Pronto para a produção e para a defesa do país». A mobilização desportiva é uma pre-mobilização patriótica.

3. Fair-play (procedimento honesto)

O desporto é apresentado por todos os ideólogos como um exercício moral que permite adquirir as virtudes cívicas. Herzog, ao falar do desporto, disse que «a sua própria natureza faz dele precisamente o aliado mais poderoso da moral».

É na noção de «fair-play» (procedimento honesto) que se concentra esta moral. Embora a prática desportiva demonstre todos os dias que o «fair-play» entre os concorrentes, ou entre as nações, é uma coisa que não se vê, os ideólogos burgueses nem por isso deixam de se agarrar a esta noção mistificadora. Uma recente conferência de Maheu (U.N.E.S.C.O) pode ser considerada como a moderna carta da actual ideologia desportiva(6).

(6) *Le Sport et l'Éducation*, discurso de Maheu em 28 de Outubro de 1963.

A ideia de trégua, de cavalheirismo, de humanismo, de cultura, constitui um meio de concórdia universal, graças ao respeito de um código internacional de honra: o fair-play. A mistura de ardor e de lealdade na competição abre a via ao respeito mútuo, à diminuição de tensão e, depois disso, ao entendimento, à cooperação leal entre os povos e os indivíduos. Esta mistificação totalitária esconde, evidentemente, a realidade da selva capitalista onde é lei a guerra de todos contra todos.

A noção do fair-play desagua directamente na prática da colaboração de classes. Foi assim que Maheu disse do seu referido discurso: «Sim, o desporto é uma ordem de cavalaria, porque é uma honra, uma ética e uma estética, mas recrutada em todas as classes, em todos os povos, pois que os agrega fraternalmente através de todo o mundo».

Notou-se muitas vezes que o desporto era efectivamente um meio de unificação social, de conhecimento, de compreensão entre as classes sociais. O fair-play entre as classes é o fundamento do fair-play desportivo. Na escala internacional, como já dissemos, é o reflexo da coexistência pacífica.

4. Moral mistificadora em acção

Na hora presente, o desporto é um poderoso meio de embrutecimento intelectual e de doutrinação moral. Chega a ser uma certa moral em acção. Já em 1888, León Bourgeois escrevia: «Os exercícios corpo-

rais podem ser verdadeiras lições práticas de moralistas». A burguesia gaullista não se enganou nisso e o seu ex-porta-voz, Herzog, sublinhou isto mesmo num artigo da revista *Education Physique, Sport et Société*. «La portée morale du sport»:

A moral desportiva só tem o papel de satisfazer a moral burguesa. «A moral nasce no terreno dilacerado da luta de classes e serve sempre os interesses da classe dominante», foi o que Trotsky escreveu. (7)

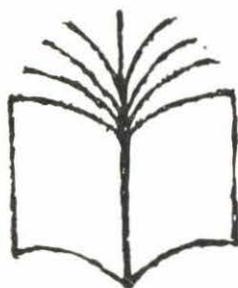
(7) *Conceitos de Moral*. Ed. Delfos, 2ª ed., 1970.

Perante a opressão e o controlo burocrático das massas, pela prática, desportiva, precisamos de lembrar incessantemente que só existe um único desporto e que este é burguês na sua essência, na sua finalidade, nas suas ideologia e organização.

Nestas condições, falar de humanismo desportivo, ou de desporto educativo, ou de cultura do desporto, equivale a admitir que a educação, a moral e a cultura, burguesas, são factores de-humanismo.

A aceitação ideológica e política do desporto é uma profunda capitulação perante a ordem burguesa. Lisonjear esta «educação» desportiva equivale a reivindicar a integração das juventudes campesina, proletária e académica na ordem burguesa.

contributo para a biblioteca do animador



«A ILHA ESTÁ CHEIA DE VOZES»

João Medina
Editora Arcádia

Uma história sobre a cultura e as culturas. A cultura ao serviço dos explorados e oprimidos na luta pela sua libertação. A nossa "ilha" (ainda) está cheia de vozes. Saibamos opor-lhe uma outra voz, uma outra cultura. Uma maravilha. A ler, com urgência.

participar

Eduardo Lourenço

O Labirinto da Saudade
Psicanálise Mítica
do Destino Português



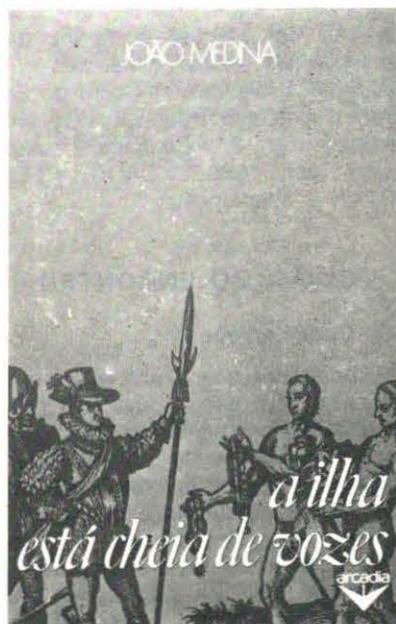
publicações dom quixote

ANIMAÇÃO PEDAGÓGICA SOCIOCULTUR

Num país em que o panorama editorial, no que diz respeito à animação é tão restrito, não podemos deixar de referir os livros que debatem esta problemática. *Animação Pedagógica* é um deles.

Dos temas tratados destacam-se:

A animação, um problema actual. Da animação socioeducativa à animação pedagógica. Ensino elementar e animação pedagógica. A animação no ensino secundário. Não há renovação pedagógica sem animação.



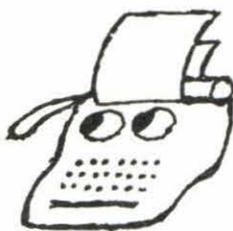
«O LABIRINTO DA SAUDADE» Psicanálise Mítica do Destino Português

Eduardo Lourenço
Publicações D. Quixote

Uma análise sobre a personalidade do povo português, uma reflexão sobre o que somos, que reflete segundo o autor, a "preocupação por Portugal". Um autor que vale sempre a pena ler, pela novidade e originalidade do que nos diz.

«O Labirinto da Saudade» vem confirmar plenamente esta nossa convicção.

INTERVENÇÃO



2.º Encontro de Associações e de Animadores Culturais

Estão convocados cerca de duzentos animadores e mais de quinhentas associações para o 2.º Encontro de Associações e de Animadores Culturais de âmbito nacional a realizar em Lisboa nas instalações do Instituto Superior de Serviço Social, nos dias 1, 2 e 3 de Dezembro. 79

Se pensarmos nas dificuldades crescentes em que se debatem associações e animadores culturais, e, sobretudo, se atendermos à desmobilização progressiva que se verifica, um pouco por toda a parte, fácil será justificar a realização de um Encontro para responder aos seguintes objectivos:

- permitir a troca de experiências e a análise da acção desenvolvida no domínio da cultura, educação popular e animação;
- definir as grandes linhas de orientação do trabalho cultural;
- perspectivar as linhas comuns de intervenção cultural.

Na concepção geral do Encontro haverá dois momentos fundamentais: Por um lado, será proposto aos animadores, quer aos vindos individualmente, quer aos outros que venham em representação das associações, que reflitam acerca do papel que cabe, no Portugal de hoje, ao Associativismo. Espera-se que esta reflexão retome a problemática mais recente, sem esquecer fases anteriores, da história das associações e do seu contributo decisivo para a transformação profunda da sociedade. Mas também se deseja que a reflexão conjunta lance luz sobre propostas de intervenção futura.

Por outro lado, o Encontro assenta em oficinas de serigrafia, jornal de parede, alfabetização, animação infantil (fantoques, exploração do meio...) audio-visuais (cinema, fotografia, diaporama), animação musical, animação teatral, etc. Pretende-se que nas oficinas haja a possibilidade de experimentar em grupo diversas técnicas que poderão transformar-se em instrumentos eficazes de intervenção. Será igualmente uma ocasião propícia para que os participantes discutam acerca das dificuldades e

potencialidades das técnicas. Estando reunidos por especialidade poderão mais facilmente partir da experiência vivida e propor soluções viáveis, que tenham em conta os objectivos gerais a atingir e o carácter específico de cada técnica e de cada meio.

Naturalmente que o Encontro não se confinará apenas à reflexão e ao trabalho de oficina. Estão previstos tempos de convívio e plenários.

Pensamos que só resultará em êxito este Encontro, se associações e animadores o começarem a preparar desde já, enviando relatórios, promovendo reuniões para debate do guia de reflexão enviado, planeando a exposição permanente que funcionará durante o Encontro, desenvolvendo em cada área contactos com outros animadores e grupos no sentido de organizar em conjunto formas próprias de participação e tudo isto já tendo em vista o trabalho a desenvolver em cada região contando com a possibilidade de se iniciar uma entre-ajuda eficaz.

A Intervenção, revista de animação socio-cultural, dá o seu contributo à promoção e realização deste Encontro, consciente de que se trata de uma iniciativa justa e necessária. Espera que cada vez mais se transforme como revista de intervenção em efectivo porta-voz das associações e dos animadores.

Junto divulgamos o Guião do Encontro subscrito pela comissão promotora do 2.º Encontro, constituída por: APAC, CAOB, CEEC, GTAA e Intervenção.

GUIÃO DO ENCONTRO

1 — Considerações

Encerrados que foram 48 anos de fascismo, em que o povo português não podia livremente exprimir a sua voz, a liberdade de reunião, associação e expressão, foram consignadas como direitos inalienáveis.

Para além dos partidos políticos, as associações e grupos, mesmo informais, têm um papel preponderante e insubstituível a desempenhar, no sentido de provocarem nas popu-

lações a consciencialização e livre expressão dos seus problemas, condição da sua participação na resolução dos mesmos.

E se isto é fundamental, em qualquer país, mesmo naqueles em que a saúde, o emprego, o saneamento básico são já conquistas das respectivas populações, em Portugal, onde estes problemas estão longe de ser resolvidos, com taxas de analfabetismo elevadíssimas, torna-se ainda premente a acção destes grupos e associações.

Com efeito, a ausência, nas últimas décadas, de uma experiência livre de associativismo, a preponderância da democracia representativa, do parlamentarismo, da partidarização de toda a vida, são factores que tornam urgente a activação do movimento associativo popular.

2 — No passado

Da Acção das Associações Culturais e de Educação Popular e do Trabalho de Animação.

Antes do 25 de Abril, a acção desenvolvida foi precária. Não esquecermos, contudo, o papel que associações e grupos culturais tiveram na resistência e oposição ao fascismo. Algumas, herdando mesmo as tradições associativas, geradas na 1.ª República.

Todavia, a repressão não possibilitava a sua acção.

Com o 25 de Abril, com o ascenso do movimento popular, todas as suas formas organizativas foram incrementadas. Assistiu-se a um movimento de grande participação popular na luta pela resolução dos seus problemas imediatos (no bairro, no trabalho, etc.), na luta por melhores condições de vida, pelo acesso à palavra, à educação e à cultura.

Alguns Organismos de Estado (nomeadamente no campo associativo e cultural a D.G.E.P. e F.A.O.J.) expressam mesmo algum apoio a este movimento em ascensão.

Com o 25 de Novembro acentua-se contudo um outro poder, o poder de Estado, a recuperação capitalista com ligações ao capitalismo internacional, a recuperação das posições políticas por parte da grande burguesia,

aumento da repressão e consequentes boicotes à iniciativa popular. Dá-se um refluxo do movimento popular. As suas formas organizativas embrionárias (C.T., C.M., etc.) dissolvem-se ou diminuem significativamente a sua actividade. Verifica-se o isolamento das associações culturais e de Educação Popular.

Associado a isto, a inexistência de uma política cultural de apoio efectivo às associações e manifestações culturais populares do I, II e seguintes Governos Constitucionais, levou a uma falta de meios, que agravou a situação das associações e demais grupos culturais portugueses.

Dai, que se torne urgente a reflexão conjunta, de modo a podermos ultrapassar a actual situação.

3 — No presente

Ao convocarmos um Encontro de Associações e Animadores Culturais, temos claras, determinadas questões que pensamos urgente discutir para encontrarmos, a nível do subjacente e, de um trabalho futuro, bases sólidas para a revitalização dos organismos de base.

a) As Associações

- O seu papel histórico
- Quais as actividades actuais dos grupos presentes
- Levantamento das capacidades inovadoras e criativas
- Como mobilizar e avançar
- Os apoios oficiais

b) O que entendemos por cultura Conceito aberto de cultura

- Cultura não são só propriamente as manifestações culturais: teatro, cinema, música, etc.
- Cultura é também: o viver, o trabalho, o habitar, a saúde, o cooperativismo, o sindicalismo.
- Cultura ainda é mais (que isto).

c) A acção cultural

- Democracia cultural
- Animação sócio-cultural
- Formação do animador

d) Articulação das Associações entre si, desde maneiras informais a formais, bem estruturadas

- Articulação das associações entre si.
- Formas organizativas
- Articulação de grupos culturais com estruturas organizativas das classes trabalhadoras e organizações existentes: CM, CT, Assembleias populares, Cooperativas, Sindicatos e outras.

Depois da reflexão sobre estes e outros pontos e vivência conjunta no Encontro, pensamos que se pode reforçar o peso das associações, na sociedade portuguesa, o mesmo é dizer, contribuir para que as populações encontrem meios de expressão que permitam a construção de uma nova consciência do homem português, afastando, definitivamente, o espectro do fascismo e do passado, erigindo uma nova cultura, onde os valores da democracia, do progresso e da solidariedade, estejam solidamente arreigados.

4 — No futuro

As Associações e grupos deveriam lutar pela:

- Defesa intransigente das liberdades fundamentais, em particular, pela de expressão, reunião e associação.
- Participação na elaboração de uma política cultural, ao serviço das populações. Na definição de critérios de subsídios e outros apoios.
- Participação na legislação sobre associações.
- Participação nas estruturas de formação de quadros da acção cultural (animadores, alfabetizadores, etc.).

- Participação, de pleno direito, na educação de adultos, alfabetização e formação contínua.
- Participação no fomento do associativismo.
- Acesso aos meios de comunicação social.

Mais

— *Futuramente*, o trabalho cultural tem de se inserir, cada vez mais, no Movimento Sindical, para ganhar força e criar condições para a sua expressão quotidiana.

— *As autarquias* têm, à luz da lei, uma parcela de poder. Há que criar condições para esse poder ser utilizado pelo Movimento Popular. Há que pensar uma estratégia e articulação.

— *Os meios de comunicação social* têm um papel fundamental na nossa sociedade. É preciso que eles reflitam a realidade e a acção das organizações de base; há que criar condições para uma informação nova, para uma contra-informação e para o aperfeiçoamento, em termos de forma, da comunicação entre os trabalhadores.

Em suma:

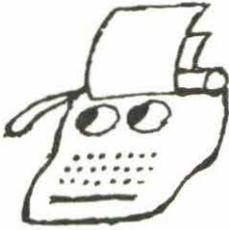
Trata-se de, reflectindo na experiência do passado, construir um movimento associativo popular, capaz de contribuir para a expressão dos problemas da população, pela revitalização das suas manifestações culturais próprias, pela construção de uma nova consciência, duma cultura que tenha a ver com as nossas vidas, com o futuro que queremos construir.

É nesta tarefa que estamos empenhados.

O 2.º Encontro pode, por isso, ser uma óptima oportunidade.

Saibamo-la aproveitar.

INFORMAÇÃO



Despacho n.º 41/78

Considerando que se encontra em curso os respectivos trâmites constitucionais um projecto de diploma que permite a criação, junto de escolas primárias e de escolas preparatórias, de centros de educação para a ocupação de tempos livres;

Considerando que o referido projecto cria ainda um quadro de professores para a educação para a ocupação de tempos livres;

Considerando ainda que importa tomar desde já as medidas necessárias para que alguns daqueles centros possam funcionar no próximo ano escolar de 1978-1979;

Determino:

1 — Poderão ser criados, junto das escolas primárias e de escolas preparatórias, centros de educação para a ocupação de tempos livres, designados abreviadamente neste despacho por CTL, que serão frequentados em regime facultativo por alunos dos ensino primário e preparatório.

2 — A criação dos CTL far-se-á caso a caso, mediante despacho ministerial, desde que se verifiquem os seguintes requisitos:

- Proposta de criação apresentada pelo conselho directivo, ou de quem as suas vezes fizer, ou proposta do director da escola;
- instalações disponíveis no estabelecimento e respectiva capacidade;
- Parecer favorável, devidamente fundamentado, da Direcção-Geral do Ensino Básico.

3 — Os CTL constituem unidades pedagógicas ligadas à Direcção-Geral do Ensino Básico, pela qual, através dos serviços competentes, receberão orientação pedagógica.

4 — São objectivos dos CTL promover a educação dos alunos para a ocupação dos tempos livres, para o que deverão:

- Fomentar o espírito de iniciativa, capacidade criativa e crítica, sentido de planificação e de organização de tarefas, capacidades de realização e persistência e ainda a capacidade de aproveitamento dos recursos locais disponíveis;
- Proporcionar aos alunos oportunidades de realização pessoal através de actividades livres do seu agrado;

c) Proporcionar aos alunos experiências de organização de actividades culturais com intervenção no meio em que vivem;

d) Constituir um estímulo directo para o estabelecimento de relações positivas entre os familiares e a comunidade local;

e) Contribuir para a prevenção da marginalização e delinquência juvenil, oferecendo aos alunos objectivos imediatos e concretos.

5 — Os professores que orientam as actividades dos CTL são designados «animadores».

6 — Os lugares de animadores serão preenchidos de dois em dois anos, por concurso a abrir pela Direcção-Geral de Pessoal, mediante a publicação de aviso no Diário da República.

7 — Ao concurso referido no número anterior, apenas se poderão candidatar professores do ensino primário que, tendo-se candidatado à docência no ano a que respeita o concurso, não tenham obtido colocação.

8 — Para efeitos do disposto no número anterior, a Direcção-Geral de Pessoal aplicará, na ordenação dos candidatos, as regras definidas no Decreto-Lei n.º 265/77, de 1 de Julho.

9 — O vínculo resultante da colocação obtida por concurso é válido por dois anos escolares, findos os quais o professor se deverá candidatar à docência.

10 — O tempo de serviço prestado nos CTL, nos termos do presente despacho, é considerado para todos os efeitos legais, como serviço docente.

11 — Os professores colocados nos CTL auferirão o vencimento que lhes corresponderia na docência do ensino primário, sendo o mesmo abonado pelo estabelecimento de ensino ou direcção de distrito escolar em que a escola se integre.

12 — Aos animadores são ministrados cursos de formação, da responsabilidade da Direcção-Geral do Ensino Básico, cujo plano de trabalho, proposto pela mesma Direcção-Geral, será aprovado por despacho ministerial.

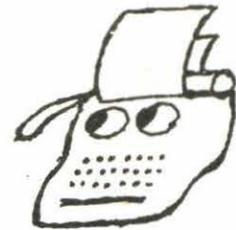
13 — A formação dos animadores far-se-á nos três primeiros meses do ano escolar a que o concurso referido no n.º 6 respeitar.

14 — O regulamento dos CTL será aprovado por despacho ministerial, do qual consta:

- Regras de funcionamento;
- Actividades a levar a efeito;
- Regras de admissão dos utentes;
- Gestão dos CTL.

Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário, 27 de Julho de 1978. — O Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, *Aldónio Simões Gomes*.

INFORMAÇÃO



Sociedade Portuguesa de Psicologia Desportiva

Foi constituída a Sociedade Portuguesa de Psicologia Desportiva tendo como objectivos:

- Estimular o estudo da Psicologia Desportiva como especialidade bem definida, com campo, objectivos e metodologia próprios.
- Promover estudos e investigação científica no domínio da sua especialidade.
- Manter estreitas relações com outras Sociedades Científicas de fins semelhantes e participar nas suas actividades que se relacionem com a sua especialidade.
- Organizar ou promover a realização de cursos, conferências, congressos, seminários e outras actividades que se relacionem com a sua especialidade.
- Fazer-se representar em actividades científicas nacionais e internacionais.
- Facilitar o intercâmbio com Sociedades congêneres e promover a comunicação e confraternização entre os seus associados.
- Promover a publicação de um Boletim bi-anual e outros documentos no âmbito da sua actividade científica.

Na sua Assembleia Constitutiva foram aprovados os Estatutos e eleitos os Corpos Gerentes, sendo Presidente o Prof. A. Paula Brito, Secretário, o Prof. João Boaventura, Presidente da Assembleia Geral o Dr. Aníbal Costa, do Conselho Fiscal o Prof. Noronha Feio e da Comissão Científica o Dr. Breda Simões.

Podem ser sócios da S.P.D. todas as pessoas interessadas pela Psicologia do Desporto, seja qual for a sua profissão e independentemente de possuírem um grau académico.

INTERVENÇÃO

ASSINE

assinaturas **NORMAL** — 150\$00 assinale
por 6 números **APIO** — 200\$00 o tipo de assinatura
escolhido

Para fazer a sua assinatura por 6 números, preencha, destaque e envie-nos este postal.

nome

morada

Assino a partir do N.º (inclusive)

Desejo receber os n.ºs atrasados

*Faça de um seu amigo
um amigo nosso*

Se obtiver, além da sua, a assinatura de um amigo, dum colectividade ou organismo, seria para nós uma prova de amizade e...
uma boa ajuda.

Nome

Morada

Assino a partir do N.º (inclusive)

Desejo receber os n.ºs atrasados

A UTILIZAR
SOMENTE
NO CONTINENTE
E ILHAS ADJACENTES

RSF

NÃO CARECE
DE SELO
O PORTE SERÁ PAGO
PELO DESTINATÁRIO

**BILHETE-POSTAL
RESPOSTA**

AUTORIZADO PELOS C.T.T.

INTERVENÇÃO

APARTADO 21064 – LISBOA-2

T

Não queremos ser
uma obra de um grupinho
com viseiras nos olhos
Procuramos, sim
ser uma obra colectiva,
com consequências práticas

campanha

NOVOS assinantes

INTERVENÇÃO

assine

INTERVENÇÃO

envie
hoje mesmo
este
postal

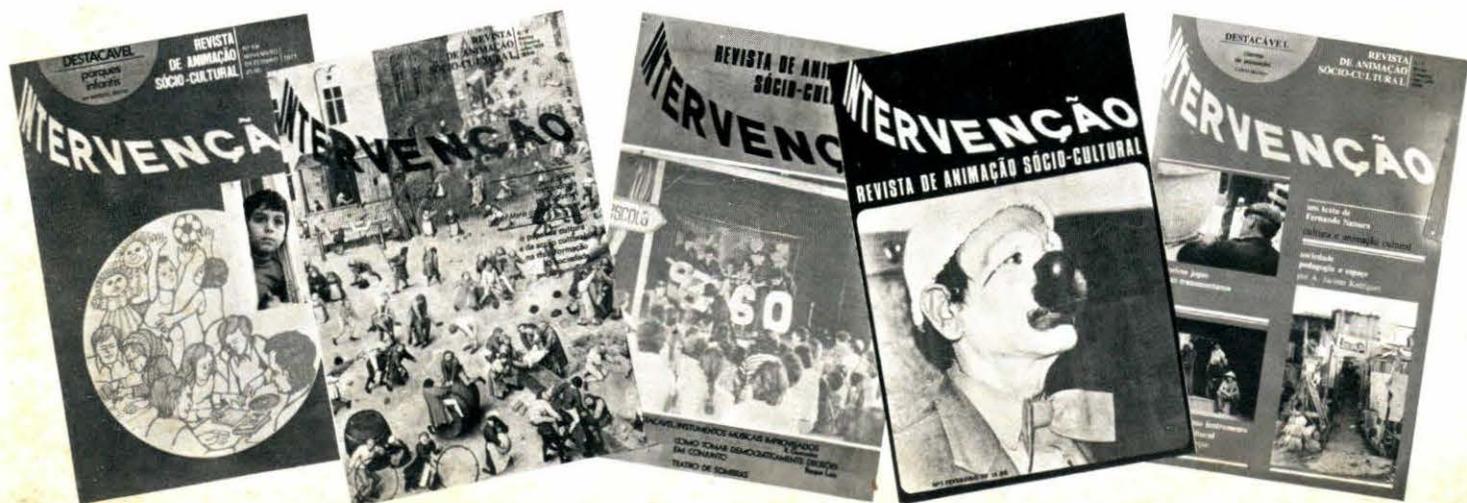
Subscrêvem e participam no projecto *INTERVENÇÃO* todos os que acreditam na importância e urgência duma luta consequente no campo da prática sócio-cultural, contra o isolamento *social e cultural* dos grupos e comunidades, assim como de todas as formas de ser e estar, geradoras da miséria e dependência intelectual, moral e material dos indivíduos.

A continuidade e interligação das diversas formas de intervenção e acção cultural são factores fundamentais no indispensável fortalecimento do trabalho cultural, de modo a torná-lo real, consequente e adaptado às condições sócio-económicas do período histórico que vivemos.

E este projecto só será possível pela discussão aberta das diferentes perspectivas e pela união dos esforços daqueles que, na fábrica ou no campo, na escola ou no bairro, na colectividade ou no sindicato, na aldeia ou na cidade, lutam quotidianamente pelo acesso à cultura, direito à educação e melhoria da qualidade de vida de todos os portugueses.

OUTRAS FORMAS DE COLABORAR COM *INTERVENÇÃO*:
(além da sua assinatura)

● DIVULGÁ-LA ● INFORMAR-NOS COM ANTECEDÊNCIA SOBRE TODAS AS INICIATIVAS CULTURAIS (REGULARES OU NÃO) QUE ACONTEÇAM NA SUA ZONA, NO SEU MEIO ● RELATAR-NOS O QUE ACONTECEU OU GOSTARIA QUE ACONTECESSE ONDE VIVE E TRABALHA; QUAIS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, QUAIS AS SUAS DIFICULDADES, ESTRUTURAS E APOIOS ● ISTO SÃO ALGUNS TÓPICOS-SUGESTÕES: POIS ESTAMOS ABERTOS A TODA A COLABORAÇÃO, A TODO O DEBATE, A TODO O DIÁLOGO QUE QUEIRA ESTABELEÇER E MANTER CONNOSCO DENTRO DO ESPÍRITO QUE NOS ANIMA E EM DIRECÇÃO AOS OBJECTIVOS PARA QUE APONTAMOS.



contributo
para
a biblioteca
do animador



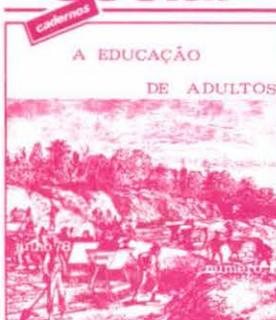
— LER A VIDA MUDAR O DESTINO
Direção e organização: Grupo de Trabalho
de Alfabetização de Almada
Edição: Cooperativa Arma Crítica e Associação
de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa
Destinatário: alfabetização de adultos
de 3.º nível

ler a vida
mudar o destino 1



— INTERVENÇÃO SOCIAL — Cadernos
A Educação de Adultos
Instituto Superior de Serviço Social
de Lisboa
Edição da Associação de Estudantes

Intervenção
Social



LIVROS PARA CRIANÇAS

*importa escrever para as crianças
histórias que sejam encanto e ensinamento,
que possam divertir sem serem supérfluas,
que lhes digam verdades sem as molestar,
enfim, que lhes abram o mundo das palavras e das imagens
que têm dentro delas*

coleção «bola amarela»

1 — SOU UMA ONDA PEQUENINA
por Graça Vilhena
(60\$00)

coleção «bola amarela»

1 — UM + UM — DOIS AMIGOS
por Maria Alberta Meneses
(100\$00)

2 — História do Coelho Contente
por Graça Vilhena
(100\$00)

coleção «bola azul»

1 — A CHAVE VERDE OU OS
MEUS IRMÃOS
por Maria Alberta Meneses
(100\$00)

coleção «Zig-Zag»

1 — AS BRINCADEIRAS DO CÍRCULO
E DO QUADRADO (70\$00)

2 — O PASSARINHO PRETO
E A ALEGRIA DE TODAS AS CORES
(70\$00)

3 — O GATO DAS BOTAS (70\$00)

coleção «para ler, aprender e pintar» por Dorindo Carvalho

1 — eu sou o vermelho (70\$00)
1 — eu sou o amarelo
1 — eu sou o azul
1 — eu sou o verde

coleção «Ja Percebi!» (80\$00)

por Kellie Gardner, Carlo e Mireille Wieland

1 — A LIBERDADE DE EXPRESSÃO
2 — AS INFORMAÇÕES QUE NÓS RECEBEMOS
3 — HISTÓRIA DE UMA DEFINIÇÃO
4 — UMA IDEIA SOBRE ORGANIZAÇÕES
5 — PORQUÊ NÚMEROS NEGATIVOS
6 — UMA SIMPLES LIÇÃO DE HISTÓRIA
7 — A ARITMÉTICA NA BASE-DOIS
8 — A PROPÓSITO DE UMA LEI CIENTÍFICA
9 — A POLUIÇÃO O QUE É?
10 — AXIOMAS, AXIOMAS, AXIOMAS
11 — AS POTÊNCIAS NA MATEMÁTICA

coleção «Quem foi, quem é?» (80\$00)

1 — FERNAO MENDES PINTO
por António Manacas
2 — COPÉRNICO
por Cidália de Brito

estúdio técnico de edições
e artes visuais, lda.
Rua Marquês da Fronteira, 3-r/ c-dto.
Paço de Arcos

—eixo

Distribuição BERTRAND